



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 17

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 21 de março de 2013

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Valdemiro Vasconcelos*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 08 minutos.

Feita a chamada dos Srs. Deputados foi apresentado pela Sra. Presidente da Assembleia um Voto de Pesar [“pelo desaparecimento de três pescadores de São Mateus, na ilha Terceira, e pelas vítimas da derrocada no Faial da Terra, em São Miguel”](#), o qual foi aprovado por unanimidade.

Os trabalhos parlamentares prosseguiram com a continuação da análise e debate da [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 5/X - “Orientações de Médio Prazo 2013/2016”](#); [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 4/X - “Plano Anual Regional para 2013”](#) e da [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 3/X - “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2013”](#).

Participaram no debate os Srs. Deputados Jorge Macedo (*PSD*), Zuraida Soares (*BE*), Costa Pereira (*PSD*), Miguel Costa (*PS*), Lizuarte Machado (*PS*), António Pedroso (*PSD*), Nuno Melo Alves (*CDS-PP*), Cláudio Lopes (*PSD*), Renato Cordeiro (*PSD*), Duarte Moreira (*PS*), Luís Silveira (*CDS-PP*), José Ávila (*PS*), Bruno Belo (*PSD*), Luís Rendeiro (*PSD*), João Bruto da Costa (*PSD*), Aníbal

Pires (*PCP*), Luís Garcia (*PSD*), Luís Maciel (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), José San-Bento (*PS*), António Ventura (*PSD*), bem como o Sr. Secretário Regional do Turismo e dos Transportes (*Vítor Fraga*), o Sr. Secretário Regional dos Recursos Naturais (*Luís Viveiros*), o Sr. Subsecretário Regional da Presidência para as Relações Externas (*Rodrigo Oliveira*) e ainda o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*).

No encerramento do debate proferiram intervenções os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), Aníbal Pires (*PCP*), Zuraida Soares (*BE*), Artur Lima (*CDS-PP*), Duarte Freitas (*PSD*), Berto Messias (*PS*) e o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores (*Vasco Cordeiro*).

De seguida, passou-se para a votação dos diplomas em análise. Submetida à votação, a **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 5/X – “Orientações de Médio Prazo 2013/2016”**, foi aprovada por maioria.

Posteriormente, também foi aprovada por maioria a **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 4/X – “Plano Anual Regional para 2013”**.

No debate na especialidade usaram da palavra os Srs. Deputados Cláudio Almeida (*PSD*), Berto Messias (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), José Ávila (*PS*), Aníbal Pires (*PCP*), Rogério Veiros (*PS*), António Parreira (*PS*), Luís Silveira (*CDS-PP*), Artur Lima (*CDS-PP*), João Bruto da Costa (*PSD*), Isabel Almeida Rodrigues (*PS*), André Rodrigues (*PS*), Duarte Moreira (*PS*), Iasalde Nunes (*PS*), Luís Maurício (*PSD*), Ricardo Cabral (*PS*), Carlos Mendonça (*PS*), Luís Maciel (*PS*), bem como o Sr. Secretário Regional do Turismo e dos Transportes (*Vítor Fraga*) e o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores (*Vasco Cordeiro*).

Seguiu-se a votação da **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 3/X – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2013”**, a qual também foi aprovada por maioria.

No debate na especialidade usaram da palavra as Sras. Deputadas Zuraida Soares (*BE*) e Aida Amaral (*PSD*) e os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Francisco Coelho (*PS*) e Nuno Melo Alves (*CDS-PP*).

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Duarte Freitas (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), Zuraida Soares (*BE*), Aníbal Pires (*PCP*), Artur Lima (*CDS-PP*) e Berto Messias (*PS*).

Para uma interpelação à mesa usou da palavra o Sr. Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*).

O último ponto da Agenda da Reunião, o **pedido de autorização para prestação de depoimento escrito do Sr. Deputado Miguel António Moniz da Costa, no âmbito de auditoria realizada ao enquadramento legal de apoios atribuídos pela Secretaria Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos (Processo n.º 12/106.01)**, foi aprovado por unanimidade.

Por fim, também foi aprovada por unanimidade a **Proposta de Deliberação que declara findo o período legislativo de março**.

Os trabalhos terminaram às 3 horas e 32 minutos.

Presidente: Bom dia Sras. e Srs. Deputados. Agradeço que ocupem os vossos lugares.

Tem a palavra o Sr. Secretário para proceder à chamada.

Eram 10 horas e 08 minutos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão **Rodrigues**
António Gonçalves Toste **Parreira**
Arlinda Maria Focha **Nunes**
Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**
Benilde Maria Soares Cordeiro de **Oliveira**
Berto José Branco **Messias**
Carlos Alberto Medeiros **Mendonça**
Catarina Paula **Moniz Furtado**
Domingos Manuel Cristiano Oliveira da **Cunha**
Duarte Manuel Braga **Moreira**
Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**
Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral
Iasalde Fraga **Nunes**
Isabel Maria Duarte de **Almeida Rodrigues**
José Manuel Gregório de **Ávila**
José António Vieira da Silva **Contente**
José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa
Lizuarte Manuel **Machado**
Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**
Luís Carlos Martins **Maciel**
Manuel Alberto da Silva **Pereira**
Maria da **Graça** Oliveira **Silva**
Marta Cristina Moniz do **Couto**
Miguel António Moniz **Costa**
Paulo Alexandre Vieira **Borges**
Pedro Miguel Medeiros de **Moura**
Renata **Correia Botelho**
Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**

Rogério Paulo Lopes Soares **Veiros**

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo **Amaral** Reis

António Augusto Batista Soares **Marinho**

António Lima Cardoso **Ventura**

António Oldemiro das Neves **Pedroso**

Berta Maria Correia de Almeida de Melo **Cabral**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Cláudio Borges **Almeida**

Cláudio José Gomes **Lopes**

Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**

João Luís Bruto da Costa Machado da **Costa**

Jorge Alberto da **Costa** **Pereira**

Jorge Manuel de Almada **Macedo**

José Maria de Medeiros de **Andrade**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís **Maurício** Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**

Maria **Judite** Gomes **Parreira**

Renato Jonas de Sousa Linhares **Cordeiro**

Valdemiro Adolfo dos Santos **Vasconcelos**

Partido Popular (CDS/PP)

Artur Manuel Leal de **Lima**

Luís Virgílio de Sousa da **Silveira**

Nuno Alberto Lopes **Melo** **Alves**

Bloco de Esquerda (BE)

Zuraida Maria de Almeida Soares

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

Aníbal da Conceição Pires

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 54 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Antes de darmos início aos nossos trabalhos, passarei à leitura de um Voto de Pesar, subscrito por todos os partidos com assento nesta Assembleia.

Voto de Pesar

As nossas nove ilhas foram assoladas pela severidade do inverno nas últimas semanas. Foram dias suspensos em que respirámos bem fundo a insularidade e o isolamento.

Viver nos Açores, pela beleza pura da nossa paisagem, pela saúde ambiental que se respira e pelo calor com que a nossa gente se ampara nos momentos mais difíceis é um privilégio. Mesmo quando enfrentamos momentos de incerteza e de angústia.

Foi o que, uma vez mais, aconteceu. A inclemência do tempo atingiu-nos de surpresa e transformou muito do nosso quotidiano num mar de aflição. Sentimos, como nunca nestas situações, a dupla natureza de que falou Vitorino Nemésio. Foram os constrangimentos das ligações aéreas e marítimas, as derrocadas que cortaram as vias terrestres, os prejuízos na agricultura e na pecuária, os bens das famílias vítimas das enxurradas no Porto Judeu.

Pior do que tudo isto foi a perda de três vidas no Faial da Terra, bem como o desaparecimento de três pescadores de S. Mateus. Choramos as nossas perdas, mas também sabemos que sempre nos erguemos de todos os infortúnios com a mesma coragem e a mesma sabedoria com que enfrentamos tudo na vida.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores manifesta a sua solidariedade às famílias dos três pescadores desaparecidos, às famílias que perderam bens, e expressa sentidas condolências às famílias das vítimas da derrocada no Faial da Terra, num voto de pesar a que se associam todos os partidos com representação parlamentar.

Deste voto deverá ser dado conhecimento às famílias, às Juntas de S. Mateus da Terceira, do Porto Judeu e do Faial da Terra, bem como às Câmaras Municipais de Angra do Heroísmo e da Povoação.

Horta, 20 de março de 2013.

Os Deputados, *Berto Messias, Duarte Freitas, Artur Lima, Zuraida Soares, Aníbal Pires e Paulo Estêvão*

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Antes de continuarmos os nossos trabalhos vou pedir ao Sr. Secretário que dê a indicação dos tempos para o debate.

Secretário: O Governo Regional tem 73 minutos e 40 segundos; o Partido Socialista, 39 minutos; o Partido Social Democrata, 61 minutos; o CDS-PP, 20 minutos e 59 segundos; o Bloco de Esquerda, 1 minuto e 40 segundos; o Partido Comunista Português, 1 minuto e 35 segundos e o PPM, 1 minuto e 20 segundos.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sras. e Srs. Deputados, vamos iniciar o nosso último dia de debate sobre as **Orientações de Médio Prazo e do Plano e Orçamento para 2013.**

A Mesa tinha uma inscrição.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes, ouvi a sua intervenção de ontem e falou de uma nova estratégia para o turismo; uma nova estratégia para a promoção, um novo plano estratégico; que a ATA vai ser o congregador de toda a promoção; que quer apostar no turismo vivenciado ao invés do turismo contemplado; que vai apostar no turismo para os quadros superiores e empresários; que quer utilizar os canais da internet para a promoção turística.

Sr. Secretário, a pergunta que lhe faço é: em que é que isto é diferente daquilo que tem sido feito até agora?

Muito obrigado.

Deputados Cláudio Almeida, Duarte Freitas e João Bruto da Costa (PSD):

Muito bem!

Deputado Francisco César (PS): O senhor na Comissão disse que isto era novo! Agora diz isso!

Que incoerência é essa? Disse o contrário do que disse em Comissão!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, durante as audições o Sr. Secretário afirmou que durante o ano corrente, 2013, iria ser elaborado um plano integrado de

transportes aéreos, marítimos e terrestres para as ilhas do triângulo, assim um pouco como uma decisão “pioneirista” para ver o que é que dava.

O que lhe pergunto é: o que aconteceu ao Plano Integrado de Transportes que foi elaborado durante a última legislatura e que por razões que desconheço nunca chegou a ver a luz do dia?

Segunda questão: o Sr. Secretário também tem afirmado que com a alteração do conceito de serviço público proposto à República todos os açorianos, de qualquer ilha da nossa Região, alcançarão o continente e vice-versa pelo mesmo valor, ao mesmo preço.

A pergunta que lhe faço é: como é que vai fazer isso e com que tipo de tarifas?

Penso que este é o momento, aqui e agora, de explicar isso aos açorianos e açorianas.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

(*) **Deputado Costa Pereira (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário falou ontem, na sua intervenção, da implementação da Escola de Marítimos dos Açores e relativamente a isto eu gostava de perguntar ao Sr. Secretário onde é que pensa implementar esta escola, com que verba, em que programa e em que projeto do Plano se encontra contemplada a Escola de Marítimos dos Açores?

Muito obrigado.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

O Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes** (*Vítor Fraga*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar e em relação à intervenção do Sr. Deputado Jorge Macedo, deixe-me que lhe diga que julgo que terá feito alguma confusão naquilo que foi dito ontem.

Nós não podemos misturar as coisas conforme nos dá jeito.

Deputado Francisco César (*PS*): É costume!

O Orador: Se o Sr. Deputado esteve com atenção àquilo que eu disse e que também já lhe disse numa Comissão em que esteve presente, nós temos que ver as coisas sobre dois prismas completamente distintos.

Nós temos uma situação que se prende com o imediato e temos uma situação que se prende com o médio e longo prazo e tanto num caso, como no outro, nós estamos hoje a discutir estas questões é porque foi feito um trabalho meritório num passado recente. É evidente que não se trata aqui de haver uma quebra com o que foi feito. Trata-se sim de redefinir estratégias e de nos adaptarmos à realidade dos dias de hoje.

Como o Sr. Deputado sabe o mundo mudou e nós temos que ter a capacidade de nos adaptar a essas mudanças. Logo, aquilo que eu disse e que volto a repetir, é que nós temos uma estratégia para o imediato, para fazer face a uma quebra acentuada do mercado nacional, que por acaso é provocada pelo Governo do seu partido na República,...

Deputados Berto Messias e Francisco César (*PS*): Muito bem!

O Orador: ...que está a submeter as famílias a um clima de austeridade que todos nós sabemos e conhecemos.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: O Sr. Deputado certamente não ignora esta situação e aquilo que se pretende é combater esta quebra e combatê-la de duas formas distintas: uma, atuando no mercado nacional, reposicionando o nosso produto turístico para o segmento de mercado que tem efetivamente poder de compra; e outra, reforçando a nossa capacidade de promoção junto dos principais mercados emissores, nos mercados externos.

Julgo que terei respondido à sua questão.

Quanto à questão levantada pela Sra. Deputada Zuraida Soares e relativamente ao Plano Integrado de Transportes, possivelmente não me expliquei bem.

O Plano Integrado de Transportes, que foi realizado no passado, vai ter continuidade. Iremos implementá-lo e aperfeiçoá-lo durante este ano. Iremos implementá-lo nas ilhas do triângulo numa primeira fase e, posteriormente, alargá-lo ao resto da Região.

Relativamente às obrigações de serviço público a proposta é muito clara e não percebo qual é a sua dúvida. Aquilo que nós dizemos é claro como água. Todos os açorianos terão acesso a uma tarifa para residentes no montante de 134 € (é isso que está escrito na proposta que foi apresentada) para as ligações ao continente. Onde há efetivamente abertura à concorrência é nas ligações do continente para a Região.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é verdade!

O Orador: Agora há um princípio que nós não abdicamos, que é da igualdade de todos os açorianos no que concerne à acessibilidade da Região ao continente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): *Low cost!*

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Relativamente ao Sr. Deputado Costa Pereira, a Escola de Marítimos.

A Escola de Marítimos dos Açores é para ser implementada na Horta. Este ano iremos diligenciar toda a parte administrativa para a constituição da escola e

nomeação de uma comissão instaladora para dar seguimento à mesma. Contamos que no próximo ano haja efetivamente uma efetivação. É necessário definir conteúdos programáticos, é necessário aperfeiçoar toda a parte pedagógica, porque este é um trabalho que nós queremos que seja feito em conjunto com o Governo dos Açores e com as empresas. Queremos que seja uma formação muito *on the job*, em que haja uma participação ativa das empresas regionais em todo este processo.

Muito obrigado.

Deputados Berto Messias e Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes, referiu que havia confusão da parte do PSD e da minha parte em concreto e que tinha uma estratégia para o imediato e para o médio e longo prazo.

Sobre o médio e longo prazo falamos mais tarde, mas vamos falar sobre o imediato.

Quando refere que os Açores têm que ter um carácter facilitador para o turismo dadas as quebras do turismo, e evidencia principalmente as quebras do turismo nacional, recorro ao Sr. Secretário que os últimos dados disponíveis pelo Serviço Regional de Estatística referem que o turismo estrangeiro, nos Açores, caiu mais do que o turismo nacional. Refiro 10,3% de queda, de dormidas do turismo estrangeiro, contra 8,1% de quedas do turismo nacional.

Mas vamos falar do turismo facilitador, Sr. Secretário. Já em Comissão de Economia alertei V. Exa. para o facto de quando nós queremos facilitar a *tour* operação ou mesmo os *independent travel*,...

Deputado Francisco César (PS): Quem?

O Orador: ...temos que fazer recurso daquilo a que se chama internet - aliás referido por V. Exa. na sua intervenção - e esta manhã voltei a consultar o *site* da Transmaçor...

Deputado José San-Bento (PS): Então acordou cedo!

O Orador: ...e posso-lhe mostrar que para março está disponível *online* a possibilidade de marcar uma passagem entre a Horta e São Jorge, mas quando nós chegamos a abril, quando nós chegamos a maio,...

Deputado José San-Bento (PS): Nós não percebemos o que está aí!

O Orador: Depois faço-lhe chegar.

Deputado Francisco César (PS): É melhor!

O Orador: ...quando nós chegamos a junho, quando chegamos a julho, quando chegamos a agosto, Sr. Secretário, não existe disponibilidade para nós sabermos, qualquer turista saber, que passagens e que viagens, em que dias e em que horas é que se pode deslocar do principal *harbor* do triângulo para a ilha de São Jorge.

“Palavras, leva-as o vento”. A Comissão de Economia foi já quase há um mês, foi em fevereiro. Puseram em março os horários de março, a partir daí não existem horários para São Jorge. Portanto, não bastam palavras Sr. Secretário. É preciso ação.

Muito obrigado.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

Deputado Francisco César (PS): A sua intervenção consistiu na investigação ao *site* da Transmaçor!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

O Sr. Deputado Costa Pereira tem a palavra.

(*) **Deputado Costa Pereira (PSD):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, quero só agradecer a sua intervenção e as suas explicações, mas fazer registar que não me respondeu à questão que me parece que é essencial.

Onde é que está esta ação prevista no Plano, em que programa, em que projeto e com que verba?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes** (*Vítor Fraga*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Jorge Macedo, o Sr. Deputado diz que o turismo estrangeiro caiu mais do que o turismo nacional. Caiu mais, mas espero que o Sr. Deputado Jorge Macedo tenha feito uma análise de onde é que está a queda, que foi algo que nós nunca escondemos.

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): Ah, pensei que me ia desmentir!

O Orador: Se o Sr. Deputado Jorge Macedo analisar os dados por país de origem verifica que todos os países mercados emissores estrangeiros cresceram à exceção da Escandinávia.

O Sr. Deputado Jorge Macedo também sabe por que é que a operação da Escandinávia, ou por que é que os resultados da Escandinávia são esses.

Como sabe, houve um *tour* operador que faliu. É o risco do negócio!

Deputado Nuno Melo Alves (*CDS-PP*): É culpa do Governo da República!

O Orador: Isto aconteceu com este operador, muito recentemente, como também, bem sabe, aconteceu com um operador espanhol, que felizmente não tem impacto para os Açores, mas que teve impacto para outros mercados.

Sr. Deputado Jorge Macedo, nós não somos um turismo facilitador. O que eu disse e volto a dizer é que o papel do Governo Regional é ser facilitador.

Como o Sr. Deputado bem sabe, quem programa os destinos não são os governos. Os governos criam condições para que a iniciativa privada e para que os operadores turísticos programem os destinos.

É verdade que temos de ir para o canal *web*, é verdade que temos lacunas, mas isto nunca foi escondido.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Foi, foi!

O Orador: Relativamente à situação da Transmaçor eu posso esclarecer-lhe. Não estão os horários como deviam estar no *site* (e devia-os ter) porque a operação está condicionada pelas obras que estão a acontecer no porto de São Roque do Pico.

(Risos dos Deputados Jorge Macedo e Artur Lima)

Sr. Deputado Jorge Macedo, o senhor pode rir-se, mas é esta a verdade,...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Vou desmentir!

O Orador: ...porque a diferença é esta: é que nós estamos aqui a trabalhar com e para as pessoas. Não estamos aqui para gerir agendas políticas, nem agendas mediáticas.

Deputados Berto Messias e José Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: O nosso objetivo é trabalhar com e para as pessoas.

Sr. Deputado Costa Pereira, para fazer aquilo que tenho para fazer não preciso de dinheiro e esta é a diferença: é fazer muito com pouco.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É a diferença entre o senhor e o seu antecessor!

Deputado Luís Garcia (PSD): E não precisa de inscrever a ação no Plano?

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Gostei dessa, Sr. Secretário!

Deputado José Contente (PS): Quase que aplaudiu o Sr. Secretário!

Deputado Rogério Veiros (PS): Ainda vai bater palmas!

Presidente: Srs. Deputados, o Sr. Deputado Jorge Macedo vai usar da palavra.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, não é verdade o que V. Exa. acabou de dizer. A inexistência dos horários da Transmaçor *online* não se deve às obras do porto de São Roque. Sabe por quê?

Porque se V. Exa. fizer o *download*...

Deputado Francisco César (PS): Do quê?

O Orador: ...do *site* onde está o horário em *Adobe Acrobat* estão lá todas as viagens até agosto. O problema não são as obras em São Roque do Pico, porque o horário já existe até agosto, mas está em *Adobe Acrobat*. Ou seja, as pessoas quando querem fazer a sua reserva *online* é que não conseguem fazer. Ou seja, a Transmaçor transporta 400 mil passageiros num triângulo que tem 40 mil habitantes, ou seja, multiplica por 10 o número de habitantes que tem nessas ilhas e V. Exa. acha que é normal e usa uma desculpa esfarrapada para justificar que os horários não existem *online*.

Já lhe tinha chamado a atenção para isso na Comissão de Economia e volta V. Exa. a não conseguir fazer funcionar uma empresa que transporta mais passageiros do que a SATA Air Açores em todas as ilhas dos Açores.

Sr. Secretário, tenho outra questão para lhe colocar relativamente aos *ferries* do triângulo. Foram adjudicados no dia 4 de abril, têm prazos de construção de 365 dias...

Deputado Francisco César (PS): O Sr. Secretário já respondeu a essa pergunta!

Deputado Luís Garcia (PSD): O Sr. Secretário já respondeu a tudo! Há de responder outra vez!

Deputado Francisco César (PS): Já respondeu, não tem que responder!

O Orador: 540 dias (perdão) e de 600 dias. O primeiro navio deveria ser entregue em agosto, o segundo em novembro. Gostaria de saber da sua parte se existem quaisquer tipos de atrasos e qual é a data com que se compromete para a chegada dos navios aos Açores?

Obrigado.

Deputado Francisco César (PS): Já foi dito. Já foi esclarecido pelo Sr. Secretário. Final do ano!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

(*) **Deputado Costa Pereira (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário Regional disse-me que não precisa de dinheiro, então também o senhor não precisa de Plano e se levasse as suas palavras ao extremo, se calhar não precisávamos de estar aqui a fazer nada disto.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: O senhor tem um objetivo, esse objetivo deve estar no Plano, mesmo que não tenha verba adstrita a ele tem que estar num programa e num projeto e tem que ter uma ação e foi isso que eu lhe perguntei.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Costa.

(*) **Deputado Miguel Costa (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Queria aqui fazer apenas uma observação às declarações do Sr. Deputado Jorge Macedo que demonstram uma clara contradição daquela que era a sua postura na Comissão e aquela que foi hoje aqui.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Na Comissão diz que finalmente há uma nova estratégia, hoje aqui diz que essa estratégia é igual.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Essa não foi a minha palavra. Não falei em novas tarefas! Deixa-te de tretas! Isso é *bluff*!

O Orador: Aí também lhe devo dizer que é extraordinário. Tive o cuidado de tentar procurar, no que estava para trás, os contributos do PSD para trazer mais um turista para os Açores e o que encontrei foi zero, utilizando aqui a expressão do Sr. Deputado. Zero de contributos!

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Aliás, tive a curiosidade de ir buscar as declarações dos resultados das jornadas do PSD recentemente feitas sobre o turismo e o que é que a gente encontra?

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Só críticas pela crítica barata e inconsequente.

Aliás, este era um setor que não existia no PSD enquanto governo.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Este, como os transportes marítimos, puramente não existia...

Deputado Luís Garcia (PSD): Tanto existia que os senhores foram buscar alguém do PSD!

O Orador: ...e ao que parece continua a não existir enquanto oposição.

Meus senhores, o PSD abstendo-se do Orçamento da Região em 2013, mais uma vez não apresentando uma única proposta para este setor, só pode estar de acordo com esta renovada estratégia para os Açores.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

(*) **Deputado Lizuarte Machado (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Centro de Formação de Pessoal do Mar dos Açores foi criado na legislatura passada. Para a sua criação muito trabalhou o ex-diretor dos Transportes Aéreos e Marítimos, eu dei apenas um modesto contributo.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Presunção e água benta...

O Orador: Todo o trabalho, a parte burocrática, está feito. Foram assinados os protocolos com todas as entidades envolvidas, uma vez que há a possibilidade de nesse Centro ser dada a formação também a alunos dos PALOPs e, portanto, isso obrigava a um envolvimento, por exemplo, do IPTM para o reconhecimento internacional da formação e aquilo a que o Sr. Secretário se referiu relativamente ao trabalho que tem de ser feito este ano é absolutamente correto, uma vez que este ano deve ser feito o levantamento de tudo aquilo que são os formadores existentes em todas as nossas ilhas, uma vez que se tem como objetivo ter uma estrutura mínima e custos mínimos de funcionamento para o referido Centro.

A formação naquilo que diz respeito aos açorianos residentes nas diferentes ilhas terá que ser dada de forma descentralizada sem a sua deslocalização à ilha do Faial e a formação mais específica, digamos, mais de topo para mestres do alto ou mestres costeiros do tráfego que exigem (alguns módulos) a formação específica em simulador de radar, por exemplo, ou em simulador de casa da máquina para os motoristas práticos de primeira classe, essa sim terá que ser dada na Horta, no Centro que em princípio funcionará nas instalações na Radionaval. Portanto, o trabalho que tem de ser feito este ano é todo esse trabalho de levantamento e de programação e desse ponto de vista, tal como disse o Sr. Secretário, para fazer esse trabalho basta o pessoal da Direção

Regional dos Transportes Aéreos e Marítimos e o pessoal da Direção Regional das Pescas e isso não envolve qualquer custo no presente ano.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Tem que estar no Plano, senhor!

Deputado Francisco César (PS): Não tem que estar!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Jorge Macedo tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção muito rápida apenas para referir que as críticas que o PSD faz ao setor do turismo prendem-se com o facto de que nós em 2011 estávamos ao nível (das dormidas e dos proveitos) de 2005, ou seja, recuámos 6 anos. Nós recuámos 6 anos em 2011.

Deputado Francisco César (PS): Seja qual for o seu discurso o PS nunca chegará lá!

O Orador: Em 2012, as dormidas e os proveitos no turismo regrediram 7 anos, ou seja, temos proveitos e dormidas em 2012 ao nível de 2004.

Deputado Luís Garcia (PSD): Essa é que é essa!

O Orador: Ou seja, regredimos 7 anos.

Mesmo em janeiro, como referi há pouco, temos novamente quebras de 8,8% nas dormidas, nos Açores.

Sr. Secretário Regional, naturalmente V. Exa. será bem intencionado e nós fazemos votos que tenha, para bem dos Açores, todas as felicidades do mundo para que o turismo dos Açores se desenvolva, mas até agora e nos últimos 6 a 7 anos tem sido um desastre. Estão empresários aflitos com os voluptuosos investimentos que fizeram até 2007 que agora não têm turistas e só têm camas, ou só têm camas e não têm turistas.

Deputado Francisco César (PS): O senhor é pior! O senhor é soviético!

O Orador: Uma última questão, Sr. Secretário, relativamente às novas obrigações de serviço público.

Como sabe está prevista, foi proposto pelo Governo Regional, que está neste momento em análise no INAC, que uma tarifa promocional poderá custar 87€, mais a taxa de emissão do bilhete, se for feita através do *call center* da SATA, custa mais 4€.

Deputado Francisco César (PS): Deduzidas!

O Orador: Se o passageiro for reembolsado de 86€, uma viagem dos Açores para o continente custará apenas 5€.

Deputado Francisco César (PS): Não, não! Está a fazer de propósito!

O Orador: É uma excelente notícia para os Açores.

Agora, Sr. Secretário, fica a questão: como é que justifica que uma tarifa promocional para um passageiro residente nos Açores possa vir a custar 5€, quando uma tarifa promocional para um residente nos Açores de São Miguel às Flores ou das Flores a São Miguel possa custar...

Deputado Francisco César (PS): Sr. Deputado, não está a ser sério!

O Orador: ...20 vezes mais?

É preciso que V. Exa. justifique, porque se é boa a notícia relativamente às novas obrigações de serviço público, é importante que, para nós desenvolvermos o mercado interno e a mobilidade interna dos açorianos,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ...também possamos fazer idêntica ou ter idêntica medida para a SATA Air Açores.

Obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Francisco César (PS): O senhor sabe perfeitamente que isso tem que ser deduzido no subsídio ao bilhete!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo mais inscrições, dou a palavra ao Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes** (*Vitor Fraga*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente à questão levantada pelo Sr. Deputado Jorge Macedo no que concerne aos *ferries* que estão em construção, tal como foi dito pelo Sr. Presidente do Governo na altura, o Sr. Presidente Carlos César, estes entrarão ao serviço em 2014...

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): Dois mil e quê?

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): 2014!

O Orador: ...e posso-lhe também dizer que a construção decorre a bom ritmo. Quanto a este assunto estamos encerrados.

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): Encerrados não!

O Orador: Voltando à questão do turismo que o Sr. Deputado Jorge Macedo aqui referiu gostaria de lhe dizer que perante as situações com que nos deparamos há duas posições: ou nos pomos do lado do problema; ou nos pomos do lado da solução. Estou do lado da solução e tenho a certeza que em conjunto com todos os *players* do setor e com todos aqueles que quiserem vamos passar as dificuldades. As dificuldades existem, ninguém as esconde, mas também o Sr. Deputado, (e a bem da verdade) se fizer uma análise objetiva do trabalho que tem sido feito, vê que há muitos bons resultados em muitos mercados externos que provêm de um trabalho que tem sido feito de uma forma contínua por todos aqueles que tão envolvidos no setor.

Recordo-lhe só, por exemplo, o mercado alemão. Nós no ano anterior tivemos um crescimento superior a 30%; recordo-lhe só que para este ano temos mais de 80 rotações previstas para os Açores o que potencia uma vinda do número de turistas. Isto é trabalho de terreno, isto não é conversa, isto não são títulos de jornais. Isto é um trabalho que é feito dia após dia por todas as entidades que

estão ligadas ao setor e que põem todo o seu empenho para que o turismo continue a ter sucesso na Região.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é isso que está previsto!

Deputado Francisco César (PS): É!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é, não!

O Orador: Relativamente às obrigações de serviço público o Sr. Deputado está a fazer aqui uma grande confusão, porque está a misturar a revisão da proposta com as atuais obrigações de serviço público. As coisas têm de ser enquadradas, Sr. Deputado, e aquilo que tem de ser feito é o ajustamento das tarifas promocionais ao reembolso do bilhete. Portanto, julgo que aí também facilmente se entende.

Relativamente às obrigações de serviço público regional também já foi dito que nós estamos a trabalhar para as rever e temos que fazer um trabalho que vise, acima de tudo, prestar um serviço de qualidade às pessoas e garantir a sua mobilidade e o Plano Integrado de Transportes dará também um contributo importante para que essas obrigações sejam adequadas às necessidades das pessoas, tendo sempre racionalidade e tendo sempre a preocupação da eficiência, tanto económica, como operacional da companhia que presta o serviço. A nossa principal preocupação é prestar um serviço de qualidade a todos os açorianos. É para isso que nós trabalhamos diariamente.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Com mobilidade! Não se esqueça da mobilidade, Sr. Secretário!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para referir que vamos ver quem é que está confuso, Sr. Secretário, relativamente à questão das obrigações de serviço público, porque o que está

escrito na vossa proposta, na proposta deste Governo, pode originar a que haja tarifas que com o reembolso do bilhete no valor de 86€ possam originar passagens no valor de 5€, a não ser que desapareçam as tarifas promocionais, mas que estão previstas nas novas obrigações de serviço público ou nas propostas apresentadas por V. Exa.

Relativamente à questão dos *ferries*, Sr. Secretário, não vale a pena agora empurrar com a barriga para a frente a data de entrega dos *ferries*, porque os *ferries* (pode fazer o favor de tomar nota, por favor) foram adjudicados no dia 4 de abril, em que o primeiro *ferry* tinha um prazo de construção de 540 dias e o segundo *ferry* tinha um prazo de construção de 600 dias, aliás, existem notas no gabinete de propaganda...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Disse bem: propaganda!

O Orador: ...no Gabinete de Apoio à Comunicação Social do Governo Regional que o primeiro *ferry* era entregue em agosto de 2013 e o segundo *ferry* seria entregue em novembro de 2013.

Os turistas e os habitantes do triângulo continuam a andar em barcos do tempo do Dr. Mota Amaral.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Do nosso tempo!

(Risos da Câmara)

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Nessa altura o senhor andava de fralda!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Um velho jovem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Srs. Deputados, pergunto se há inscrições para esta fase do debate?

Não havendo mais inscrições vamos encerrar esta fase do debate e passar às intervenções.

Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Costa para uma intervenção.

Deputado Miguel Costa (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Estes são dias difíceis, diria mesmo muito difíceis,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Oh! Com contas equilibradas!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Quem diria!

O Orador: ...mas hoje somos todos chamados, hoje todos devemos estar empenhados e comprometidos com o futuro dos Açores e dos Açorianos, é para isso que cá estamos, é para isso que todos devemos contar!

Os momentos difíceis de hoje devem ser encarados de frente, com verdade e responsabilidade interventiva, com a firmeza que eleve os Açores, que garanta melhores condições de vida a todos os açorianos. É isso que esperam de todos nós, que estejamos ao lado dos açorianos, não para um aproveitamento político dos seus momentos mais frágeis, mas sim para lhes dar força, a ajuda necessária para atingirem os seus principais objetivos,...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ...e que passarão pela estabilidade ao nível familiar, do emprego e das suas empresas.

Os desafios de hoje não se compadecem com comportamentos políticos desviantes, despropositados e descontextualizados, como o que alguns partidos teimam em apresentar, hoje temos de nos unir num percurso autonómico, assumidamente difícil mas nosso, assente em políticas sociais objetivas e em políticas económicas responsáveis e patrocinadoras do desenvolvimento sustentável nos Açores.

As circunstâncias atuais, evidentemente, têm repercussões concretas em setores tão fundamentais para nós como nos Transportes e no Turismo. É nesse

pressuposto que a postura estratégica de hoje terá obrigatoriamente de ser reajustada nos mais diversos sectores, incluindo os Transportes e o Turismo, mas é manifesto que isso só é possível porque os Governos Socialistas nos Açores podem, ao contrário de outros exemplos nacionais, colocar as suas boas finanças públicas ao serviço da economia regional...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já não estou a perceber nada!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Cabe ao Governo Socialista, não é ao PS!

O Orador: ...e porque temos uma região preparada estruturalmente para novos desafios, que se acentuam de sobremaneira e de forma tão diferenciada numa crise mundial como aquela atravessamos.

No TURISMO, como facilmente se compreende, a conjuntura externa, a retração do crédito e a profunda crise nacional, sendo o mercado nacional o maior emissor turístico para os Açores, provocam um enfraquecimento económico que se reflete obrigatoriamente no sector.

Mas será imperioso reforçar e reorientar a aposta no Turismo, por ser um dos pilares da economia regional, pelo seu papel fundamental na criação de riqueza e de postos de trabalho. A aposta passará por continuar a aprofundar a qualidade da nossa oferta,...

Perdi-me!

Deputado Nuno Melo Alves (CDS-PP): Está como o Governo!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Quer um GPS?

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP)

O Orador: Mas será imperioso reforçar e reorientar a aposta no Turismo, por ser um dos pilares da economia regional, pelo seu papel fundamental na criação de riqueza e de postos de trabalho.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

O Orador: A aposta passará por continuar a aprofundar a qualidade da nossa oferta, conjugando o investimento público com a extraordinária capacidade empreendedora já demonstrada pelos açorianos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Acho que continua perdido, Sr. Deputado!

O Orador: Reforçar-se-á a afirmação do destino Açores, onde a sua promoção será concentrada na Associação do Turismo dos Açores (ATA), podendo ser mais bem avaliadas todas as ações de promoção que se venham a desenvolver, reposicionando estratégias, se assim se justificar, em função desses resultados. A par desta concentração, terá igualmente início o desenvolvimento do plano estratégico 2014/2020 para o sector, bem como a necessária consolidação do segmento natureza associado a potenciais atividades que tirem o maior proveito da nossa privilegiada condição natural. À indispensável solidificação dos nossos principais mercados emissores, o Governo Regional iniciará uma abordagem consistente, entre outros, no mercado não étnico dos EUA e Canadá, bem como na manutenção e aprofundamento da aposta na angariação de cruzeiros temáticos e de eventos de projeção nacional e internacional, como alguns já anunciados para este ano de 2013 e que já deram provas no passado recente da sua importância na promoção e divulgação dos Açores.

O mercado nacional continuará a ter um peso fundamental no turismo dos Açores, apesar de todos os constrangimentos conhecidos por que passam as famílias portuguesas, e por isso mesmo ainda há poucos dias, em plena Bolsa de Turismo de Lisboa (BTL), foi anunciado um conjunto de medidas que fazem parte da reformada estratégia de promoção, adaptada à nova realidade do atual e fragilizado mercado nacional, destacando-se a aposta no turismo de família e nos pacotes onde se incluam transportes aéreo e marítimo.

A tranquilidade da nossa natureza conjugada com uma diversidade de atividades que já oferecemos e outras que ainda podemos oferecer em todas as ilhas, será certamente um bom ponto de partida para uma renovada estratégia de

promoção turística dos Açores, que como qualquer sector de atividade, tem de se adaptar às novas realidades e regras dos mercados.

Nos TRANSPORTES, a diminuição dos custos de contexto são a principal missão do Governo dos Açores, porque o seu sucesso trará necessariamente o aumento da competitividade das empresas regionais e a melhoria do bem-estar das famílias.

Nos transportes terrestres foram garantidos nos últimos anos níveis de qualidade superior, sendo por isso a sua manutenção o principal objetivo.

Nos transportes marítimos, a melhoria da eficiência nas suas vertentes de passageiros e mercadorias através da redução do seu custo, aumentando a competitividade da economia, é o fulcral desafio do Governo Regional nesta matéria, em 2013 e na restante Legislatura. No seguimento deste trabalho primordial, a racionalização e otimização do sistema passará numa primeira linha pela fusão das empresas Atlânticoline e Transmaçor. Como já contratado, o regular transporte marítimo de mercadorias, a par do de passageiros, entre as ilhas das Flores e Corvo continuará, como não pode deixar de o ser, como fundamental para a economia e bem-estar a Ocidente. Igualmente, os novos navios já em construção garantirão uma evolução extraordinária, em conjugação com as novas infraestruturas portuárias, no essencial transporte marítimo de passageiros no Grupo Central.

Outro grande desafio nesta matéria prende-se com a intenção ambiciosa de criação nos Açores de uma plataforma central atlântica que potencie a distribuição de carga de e para a Europa. Esta ideia já está a ser trabalhada atualmente, tendo mesmo sido muito bem recebida pela Comissária Europeia aquando da sua recente visita aos Açores.

À regularidade, fiabilidade e qualidade do serviço de transporte aéreo nos Açores e na sua ligação com o exterior, a prioridade em 2013 passa por concluir a revisão das obrigações de serviço público para as ligações com o Continente e

Madeira e rever as obrigações de serviço público inter-ilhas, garantindo-se dessa forma uma melhoria do serviço e uma diminuição do preço dos bilhetes.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Assim, desta forma, o Governo dos Açores dá resposta em 2013 e nas orientações a médio prazo nestes sectores fundamentais e cruciais ao bom e harmonioso desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores, não cortando, mas mantendo e consolidando, não abandonando, mas apoiando, não se descomprometendo, mas assumindo, não fugindo, mas enfrentando momentos difíceis, com respostas possíveis, positivas, objetivas e responsáveis.

Disse.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Não havendo, para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado António Pedroso.

Deputado António Pedroso (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Há pouco mais de três anos atrás, os açorianos tiveram notícia do maior investimento de sempre em promoção turística. Uma verdadeira revolução para um sector que conhecia problemas e que precisava de respostas.

Esses trinta milhões de euros, no discurso oficial socialista, representava uma aposta sem precedentes destinada a vencer os desafios do sector.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Hoje, e 30 milhões de euros depois, o turismo definha. Há hotéis que encerram alguns meses, outros desistem.

Soluções?

O novo secretário do Turismo veio prometer uma nova estratégia, baseada no turismo de experiências, em casais jovens e nas nossas atividades marítimas.

Genial esta nova estratégia! Pelos vistos muito melhor do que a nova estratégia anunciada na Bolsa do Turismo 2010 pelo então secretário regional da Economia e que se propunha a promover os Açores transmitindo a imagem de um local onde o visitante poderá viver várias experiências e aventuras, em nove ilhas de inigualável beleza, e com uma relação muito próxima com o mar.

Talvez aqui, se aplique que nem uma luva, as palavras do antigo presidente da JSD/Açores, Victor Fraga,...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: ...que considerava nas suas entrevistas que os governos socialistas eram excelentes produtos de *marketing* com uma embalagem muito bonita por fora, mas vazia por dentro.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e do PPM)

Minhas Senhoras, Meus Senhores:

O PSD/Açores entende que o sector do Turismo é determinante para que a nossa Região possa ultrapassar com sucesso a maior crise financeira, económica e social do Regime Autónomico.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ai! Belos tempos! Sr. Secretário, não sabia deste seu passado!

O Orador: Como sempre dissemos, este é o sector onde já existe capacidade instalada, mas onde importa estimular a vinda de turistas para que as empresas comecem a recuperar, para que muitos postos de trabalho possam ressurgir, para que se aumente o consumo de produtos regionais.

Os últimos números conhecidos, referentes ao sector do Turismo na nossa Região, demonstram uma grave quebra contínua das dormidas e uma redução muito preocupante dos proveitos.

Os empresários de turismo estão angustiados, nomeadamente os hoteleiros, depois de terem investido o que tinham, e alguns até o que não tinham. Encontram-se a braços com empreendimentos de qualidade, alguns sobredimensionados, mas sem clientes. Antigamente dir-se-ia que estão às moscas, mas agora até as moscas escolhem outros destinos.

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD)

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Foi com alguma preocupação que notamos que 2013 será um ano zero de investimentos estratégicos de turismo para S. Jorge, Santa Maria, Flores e Corvo (curiosamente ou talvez não, 4 ilhas da chamada coesão).

2013 também será um ano zero nas obras de ampliação do cais comercial das Velas, no Núcleo de recreio Náutico da Calheta, ou até no Porto do Topo.

Preocupa-nos o facto de que os turistas que visitam S. Jorge, depois de experimentarem as vivências inesquecíveis de uma viagem marítima em antiguidades gregas,...

(Risos do Deputado Luís Maurício)

...num êxtase contemplativo de verdes e azuis cristalinos, tenham de desembarcar no cais das Velas, misturados com contentores, carga diversa, e até vacas,...

Deputados João Bruto da Costa e Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: ...inalando vivências aromáticas que se confundem entre maresia, silos e estrume.

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Vivências certamente memoráveis.

Também no misterioso conclave da construção dos novos barcos, continuamos a zero e os Açorianos continuam a ver fumo negro, a sair das históricas chaminés dos velinhos cruzeiros e questionam porque não há ainda fumo branco, sinónimo de “*Habemus novum scaphas*”.

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD)

Deputado Aníbal Pires (PCP): Grande aquisição para a bancada do PSD!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Na área do termalismo e bem-estar, o plano está quase a zero, para condizer com a temática do ano zero.

Seria também oportuno do Governo ouvir umas explicações para a situação das Termas das Furnas, das Termas do Varadouro ou para quando a resolução definitiva dos problemas relacionados com o Hotel Casino, que conheceram grande velocidade no papel durante os períodos eleitorais, apesar de agora se perceber que em rigor nada de substancial foi alterado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E já agora, talvez fosse útil, explicar mais precisamente o que significam “obras de manutenção mais profunda e beneficiação” nas Termas da Ferraria em S. Miguel e do Carapacho na Graciosa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E se não fosse pedir muito, talvez fosse bom saber também qual é o custo dessas obras uma vez que, curiosamente, esse valor não é referido na nota de propaganda emitida pelo GaCS. E isso é muito estranho num governo sempre tão propenso a falar de milhares e de milhões.

Vamos aguardar e ver se com os 16.6 milhões de euros que se propõem aplicar em campanhas publicitárias, este ano, se consigam alcançar resultados e o PSD/Açores deseja sinceramente que aqui se cumpra a promessa do governo de fazer mais e melhor com menos!

Nós estamos disponíveis para ajudar o Governo a encontrar soluções.

Propomos a este Governo que publique até o final do próximo mês de maio, os horários marítimos e aéreos para 2014,...

Deputado José San-Bento (PS): Terrestres!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ...sem esquecer as ligações à Europa, como é o caso da nova ligação de Ponta Delgada-Paris.

Um ato tão simples, mas que nunca conseguiram fazer-lo em tempo útil.

É uma questão de “*timing*” e organização, e não de acréscimo de custos.

Os empresários do turismo dos Açores precisam urgentemente de soluções e precisam urgentemente de turistas.

Podem contar com o PSD/Açores para continuar a apresentar propostas e soluções.

Disse!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Melo Alves.

Deputado Nuno Melo Alves (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Página 27 do Plano para 2013 e página 74 das Orientações Médio Prazo: “*A aposta na qualidade das estruturas e serviços da indústria do turismo, resultado da conjugação do investimento público realizado, com a capacidade empreendedora dos açorianos, revelou-se um sucesso*”.

Outras páginas, porém, as dos jornais e do Serviço Regional de Estatística, contrariam este otimismo! Nos últimos anos, encerraram unidades hoteleiras em várias ilhas; há anos que as dormidas decrescem (só em 2012, a redução foi de 7,5%). Decresceu também a duração média da estadia. Nos proveitos, só neste último ano, as descidas nos vários indicadores foram cerca de 10%.

O rendimento médio por quarto nos Açores fica-se nos 76% do nacional e está ao valor mais baixo desde 2007. Portanto, desde 2007, antes da crise oficial, que os números do turismo demonstram uma queda não só nas dormidas, mas também no número de passageiros desembarcados, sobretudo do tráfego territorial e internacional.

O turismo nos Açores atravessa efetivamente um mau momento, fruto de más políticas que falham ao nível do desenvolvimento harmonioso e equilibrado das ilhas dos Açores. Aliás, a falta de coesão é visível nas receitas, pois só uma ilha explica 64% das receitas e 3 ilhas contabilizam 89% das mesmas.

É verdade que a conjuntura nacional e internacional penaliza o turismo nos Açores, como aliás penaliza todas as atividades económicas. Sem dúvida! Porém, o problema do turismo nos Açores tem origem em questões estruturais e não apenas, meramente ou até principalmente conjunturais.

As opções políticas dos últimos 16 anos, atabalhoadas, dirigidas por ATA's, ART's, ORT's, direções regionais, delegações de turismo, POTRAA's e um sem fim de instrumentos... resultaram numa pulverização da responsabilidade de decisão com consequências nefastas e numa mistura incoerente, que baralha e prejudica a aposta no turismo.

Constroem-se e apoiam-se hotéis de 4 e 5 estrelas, mas os *tour operators* trazem clientes de segmentos de 3 estrelas. Afirma-se que se quer aumentar as receitas por quarto, mas insiste-se em soluções contrárias, como sejam os cais de cruzeiros, que só retiram dormidas aos nossos hotéis.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A política de transportes aéreos, pilar essencial do crescimento económico e do turismo na Região, revela-se a maior omissão e o maior entrave a esses objetivos, por força de erros políticos.

A política de ligações aéreas nos Açores precisa de dar resposta a três pilares: primeiro, garantir acessibilidades inter-ilhas, de forma consistente e regular a preços baixos (pois não existem alternativas);

Em segundo lugar, garantir o acesso ao exterior em condições de igualdade, através de tarifas únicas ao exterior,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ...independentemente da ilha onde residam; em terceiro lugar, garantir que o custo de transporte não seja um entrave à criação de pacotes turísticos competitivos, adequados à falta de notoriedade que os Açores ainda têm.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Apenas por manifesta falta de vontade política do Governo Regional os Açores não têm um programa que permita baixar o preço das tarifas aéreas. O CDS-PP tem proposto várias medidas, como as tarifas

promocionais ou a eliminação da taxa de combustível, que visam atenuar a falta de uma política coerente de redução dos tarifários.

As ligações inter-ilhas não são um luxo; são a única forma viável de quebrar o isolamento e transportar pessoas e mercadorias entre ilhas.

É, por isso, que temos combatido a concentração da frota da SATA Air Açores numa só ilha, mas se ainda restassem dúvidas quanto à nossa razão, o que se passou nas últimas semanas, devido ao mau tempo nalgumas ilhas, veio demonstrar a falácia da valorização da eficiência acima da eficácia.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: As ligações ao exterior também têm sido marcadas por um conjunto de disparidades, barbaridades (diria eu), concretizadas pela SATA Internacional, empresa de capitais exclusivamente públicos e regionais: não é aceitável que um português residente em qualquer outra ilha dos Açores pague mais para ir a qualquer destino que um micalense e nalguns casos mais do que um residente em Lisboa a tarifas do continente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: As viagens às comunidades emigradas dos EUA e Canadá custavam mais 225 euros aos residentes fora de S. Miguel, aos quais se acresce o valor da dormida, quando necessária, que é quase sempre, e as vergonhosas taxas cobradas pela diferença da franquia de bagagem.

Existem inúmeras maneiras de minimizar isto ou corrigir esta discriminação... A solução não está sequer nas obrigações de serviço público. Está apenas na determinação política do Governo Regional!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: De que serve uma companhia aérea, pública e regional, se o Governo Regional se diz dependente do serviço público definido com o Governo da República?

Ao abrigo do serviço público, meus senhores e minhas senhoras, qualquer companhia aérea serve!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: A SATA não precisa de esperar por obrigações de serviço público: pode e deve fazer o serviço público...

Deputado Berto Messias (PS): Esperava mais de si!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Esperavas?! Quem espera sempre alcança!

O Orador: ...que o seu único acionista mandar; pode e deve apoiar o turismo nos Açores, conforme o acionista mandar; pode e deve ser parte das decisões estratégicas, quando o mercado não consegue, não sabe ou não quer corresponder. Essa deve ser a vocação estratégica da SATA: servir os Açorianos (todos os Açorianos) e não apenas servir-se dos Açorianos!

Deputados Artur Lima (CDS-PP) e Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em 16 anos, o PS não conseguiu ter ideias novas. Por exemplo, poderia e deveria ter aproveitado para pedir a isenção da taxa de CO₂ nas viagens entre os Açores e Continente Europeu e vice-versa, de qualquer companhia aérea que cá tocasse, em escala técnica ou para embarcar ou desembarcar pelo menos 10% da capacidade de passageiros. Essa medida ajudaria claramente a dinamizar as ligações aéreas, o turismo e traria benefícios a nível de receitas.

Foi mais uma oportunidade de negócio perdida!

Deputado José San-Bento (PS): Não foi nada!

O Orador: As políticas podem e devem ser modificadas e adaptadas aos novos tempos, mas não é seguramente com este Plano e Orçamento que tal será possível e exequível, pois nem sequer há uma aposta clara no turismo interno e os passeios dos idosos defendidos pela Sra. Secretária da Segurança Social não contam para isso.

Estamos perante mais do mesmo nas políticas de turismo de transportes nos Açores, cujos maus resultados, infelizmente, estão bem à vista.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

Deputado Francisco César (PS): Mal orientado!

Deputado Berto Messias (PS): Esperava mais de si, Sr. Deputado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Não havendo inscrições e para uma última intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Lopes.

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apreciando as propostas de Plano e Orçamento para 2013 e as Orientações de Médio Prazo para o quadriénio, no domínio das **Obras Públicas**, o Governo informa-nos, que 2013 será um ano de menor investimento público, que a prioridade é dar continuidade às obras que estão em curso, e à realização de pequenas intervenções de manutenção e conservação.

O Governo diz que o ciclo da construção das grandes infraestruturas e estruturas públicas está no fim.

Diz que os compromissos eleitorais do Partido Socialista são para cumprir nesta legislatura.

Como é nossa obrigação, não deixaremos de estar atentos e vigilantes ao seu cumprimento.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Num cenário de menores disponibilidades de recursos financeiros, acreditamos que os fundos comunitários, para o período 2014-2020, serão a única alternativa para criar um horizonte de esperança, no crescimento económico, na

dinamização do sector empresarial regional, no combate ao desemprego, na correção de assimetrias dentro da Região, na melhor, mais eficaz e mais justa repartição de recursos por todas as nossas ilhas e concelhos dos Açores.

Deputados António Marinho e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Alertamos assim, para a necessidade de se apostar, doravante, mais em investimentos reprodutivos.

É importante não continuar a fazer despesa pública simulando que se faz investimento público.

É urgente, colocar um travão a fundo, no desperdício de dinheiros públicos por parte da administração regional e de todas as entidades públicas ou privadas que utilizam dinheiro público.

É tempo do governo ser mais prudente na utilização dos dinheiros públicos e também de exigir a mesma prudência às entidades de quem é parceiro e financia direta ou indiretamente.

Os erros e exageros de ontem, nomeadamente no sobredimensionamento de muitas estruturas físicas que se construíram por toda a Região, oferecem-nos hoje um leque de dificuldades que se traduzem numa pesada fatura que tem de ser paga em encargos correntes e de gestão, que comprometem o nosso futuro coletivo.

A par de tudo isto, temos as derrapagens financeiras de várias obras públicas, construídas ao longo de muitos anos, que somam milhões e milhões. Este dinheiro poderia ter sido aplicado em algumas das nossas ilhas e contribuído assim para o seu desenvolvimento e para a melhoria da qualidade de vida das suas populações. Se tal tivesse acontecido, não teríamos hoje, certamente, uma Região tão assimétrica em matéria de desenvolvimento e de progresso socioeconómico, como são hoje os nossos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Por exemplo, os 8 milhões de euros gastos a mais na Escola de Ponta Garça, agora denunciados pelo Tribunal de Contas, para além dos contornos escandalosos que envolvem, poderiam ser o necessário para construir uma nova Escola Profissional no Pico, que o Governo sempre tem negado, mas que é importante para a ilha e para a Região.

Deputados Cláudio Almeida e Judite Parreira (PSD): Muito bem!

O Orador: Pior do que a falta de recursos é a sua má utilização e a sua má repartição!

Minhas Senhoras, Meus Senhores:

A situação de emergência económica e social hoje vivida nos Açores, exige da administração regional outro rigor, outra responsabilidade na gestão do erário público.

É por isso que acompanhamos algumas, que consideramos boas intenções da nova tutela das Obras Públicas, nomeadamente a Carta das Obras Públicas e o Catálogo de materiais endógenos. Estes são sinais positivos aliados à preocupação em reduzir custos de contexto no domínio da construção civil, o que pode ser bom para as empresas e para os privados do setor imobiliário.

As empresas regionais precisam de ser “resgatadas” das profundas dificuldades em que se encontram. Elas são o ativo mais importante para travar ou debelar esse grande flagelo social que hoje se vive nos Açores que é o **desemprego**.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No domínio das políticas sociais, a Habitação assume especial importância.

Durante alguns anos, assistimos a uma desenfreada dinâmica na construção de fogos para habitação social. Foram os Poderes Regionais e Locais, por iniciativa própria ou em parceria com os privados, a mais uma vez, exagerar perante aquilo que a realidade exigia. Hoje, muitos destes fogos construídos

com o dinheiro público, estão devolutos, o que se revela perfeitamente incompreensível e inadmissível.

A estratégia agora parece ser a de reabilitar edifícios em detrimento de novas construções. Será aproveitar o edificado existente para apostar mais na política do arrendamento social e no regime da renda apoiada e, sempre que possível, passar-se da renda apoiada para a propriedade resolúvel. Esta é uma orientação que acompanhamos politicamente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As intenções do novo Governo, expressas nos documentos que hoje aqui analisamos, falam-nos muito, e de modo transversal, em todas as áreas da governação, em reformular e requalificar políticas. Eis a confissão clara, aqui trazida pelo próprio governo, de que ao longo destes anos de governação socialista nos Açores muitas políticas foram erradas e muitas outras mal executadas.

Com tanto dinheiro que houve à disposição dos Governos Regionais socialistas em 16 anos de governação, se tivéssemos tido políticas mais assertivas, não teríamos, certamente, manchetes de jornais a lembrarem-nos que há crianças nos Açores a passarem fome e que o número de açorianos que engrossam as filas do desemprego não para de crescer.

Mas há que olhar em frente. E o PSD/Açores não vai ser um estorvo entre a governação do PS e os açorianos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Vamos, isso sim, estar atentos à aplicação dos dinheiros públicos para termos a certeza que eles são bem aplicados, na procura das melhores soluções para os açorianos.

O único desígnio que nos deve mobilizar a todos e em qualquer circunstância deverá ser sempre: servir os açorianos!

Disse.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado Nuno Melo Alves tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Melo Alves (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Na sequência das intervenções que ouvimos ontem e hoje na área do turismo não ficou esclarecido um aspeto, ou não ficou mais esclarecido um aspeto, que o Sr. Secretário Regional referiu na sua intervenção. Pensei que alguém da bancada do PS, nas suas intervenções, fosse referir isso, portanto, não fiz a pergunta logo de manhã, mas gostaria que o Sr. Secretário esclarecesse aqui um aspeto: que investimentos é que está a prever em diversas ilhas para concretizar o conceito de “Azorlândia” que pretende propor agora como cartaz turístico dos Açores?

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado, nós já não estávamos nesta fase do debate, mas se o Sr. Secretário Regional quiser responder...

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Nuno Melo Alves é com todo o gosto que respondo à sua questão. O “Azorlândia” não é um cartaz turístico, não é um programa turístico. O “Azorlândia” é um *pack* destinado às unidades hoteleiras com equipamento complementar para animação turística para as crianças que nos visitarem

durante este período. O investimento que está associado a esse *pack* será adequado às necessidades de cada unidade hoteleira. Do levantamento que nós fizemos, estimamos que o custo será de cerca de 2.500€ por unidade hoteleira. Portanto, julgo que respondi à sua questão.

Mas este *pack* enquadra-se numa política mais vasta e enquadra-se numa política que ontem tive a oportunidade de referir que é de promover o destino Açores como um destino para famílias, destinado ao mercado nacional, com vista a colmatar a quebra que se estima para este ano.

Mas não ficamos só por aqui e posso também dizer a todas as Sras. e Srs. Deputados que para além destas medidas nós estamos a trabalhar a outros níveis, a um nível prático de concretização de negócio, de captação de fluxos para a Região. Posso anunciar que estabelecemos um protocolo com o INATEL que fará com que mil turistas visitem a Região (as ilhas da Graciosa e das Flores) durante este ano na época média e baixa.

Portanto, nós estamos a trabalhar em várias frentes em simultâneo, porque, como lhe disse e volto a repetir, nós temos aqui situações distintas: temos um problema no imediato, que temos de resolver e que é muito acentuado por aquilo que se passa ao nível do mercado nacional e temos uma perspetiva de médio e longo prazo que está a ser trabalhada e que será concretizada com o estabelecimento do Plano Estratégico 2014/2020.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Nuno Melo Alves.

(*) **Deputado Nuno Melo Alves (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, só para reforçar aqui o meu pedido de esclarecimento.

Que características específicas ou dirigidas especialmente às famílias ou às crianças têm os Açores para se qualificar este pacote de atração como “Azorlândia”?

Há destinos no mundo onde sabemos que existem parques temáticos e situações muito específicas para essa natureza dirigidas às famílias. Por outro lado, também são poucas as unidades que têm quartos familiares com dimensão suficiente para albergar famílias mais numerosas, com 2 ou 3 filhos, por isso queria saber que preparação adicional, se há alguma, está a ser feita para o sucesso deste pacote?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes** (*Vítor Fraga*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Nuno Melo Alves, a campanha de famílias teve início no ano anterior e teve bons resultados.

As unidades hoteleiras adaptaram-se para receber as famílias com crianças.

Nós entendemos que não basta isso, que é preciso ter uma oferta integrada dos vários produtos turísticos que temos de forma a proporcionar momentos inesquecíveis às crianças.

A “Azorlândia” é um *pack* de equipamentos para os hotéis. A campanha de famílias é uma coisa mais vasta que engloba um pacote global ao nível da animação turística e do produto turístico que nós temos. Nós estamos a trabalhar nesse sentido também, com todas as entidades envolvidas, nomeadamente entidades privadas no âmbito da animação turística e entidades públicas, como por exemplo os parques naturais das ilhas, os laboratórios de ciência, tudo o que nós temos, que pode ser complemento de oferta e que possa proporcionar momentos agradáveis e inesquecíveis a quem nos visita, porque há uma coisa de que eu não tenho dúvidas e julgo que o Sr. Deputado também não terá: os Açores são um local de excelência e têm todas as condições para despoletar emoções fortes a quem nos visita...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Que não sejam muitas!

O Orador: ...e se tivermos essa capacidade, se formos todos capazes de inculcar isto em todas as pessoas, em toda a população, em todos aqueles que contactam direta e indiretamente com quem nos visita, este será sim o maior e melhor veículo de promoção do destino a um custo significativamente muito mais barato.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Não havendo mais intervenções, proponho que façamos agora o intervalo.

Regressamos a um quarto para o meio-dia.

Eram 11 horas e 25 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos então reiniciar os nossos trabalhos.

Eram 11 horas e 51 minutos.

Vou pedir ao Sr. Secretário que dê a indicação dos tempos.

Secretário: O Governo Regional, 61 minutos; o Partido Socialista, 28 minutos e 9 segundos; o Partido Social Democrata, 28 minutos e 2 segundos; o CDS-PP, 12 minutos e 59 segundos; o BE, 50 segundos; o PCP, 1 minuto e 35 segundos e o PPM, 1 minuto e 20 segundos.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Dou a palavra ao Sr. Secretário Regional dos Recursos Naturais.

Secretário Regional dos Recursos Naturais (Luís Viveiros): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os Açores, enquanto região insular situada no meio do atlântico, confrontam-se com particularidades e constrangimentos muito próprios, resultantes da distância aos mercados, tanto do ponto de vista da obtenção das matérias-primas, como do destino dos seus produtos.

As sucessivas gerações que nos antecederam, sabiamente têm ultrapassado as dificuldades com que se depararam, contribuindo de forma decidida, para que os Açores sejam hoje, uma região pela qual vale a pena lutarmos e onde vale a pena viver.

Para isso, muito concorreu e concorre a atividade agrícola na Região, que sem dúvida se constitui com o fator determinante para o rendimento das populações e para a consolidação da economia Açoriana.

De facto, este setor demonstra grande estabilidade na produção, é gerador de emprego e de riqueza, graças não só aos investimentos de que tem sido alvo, mas também devido à reestruturação e modernização das suas estruturas produtivas.

A consolidação da economia Açoriana será consequência do reforço da atividade agrícola regional, particularmente ao nível das suas principais fileiras produtivas, o leite e a carne, bem como do aumento da produção regional nas áreas da diversificação agrícola, como forma de reduzir as importações de bens alimentares e consequentemente, diminuir a nossa dependência do exterior.

Conseguiremos assim, criar mais riqueza, potenciando a utilização dos nossos principais recursos, designadamente a fertilidade dos solos, as condições edafoclimáticas e a capacidade produtiva das nossas gentes.

O número de explorações agrícolas baixou nos últimos anos 31%, a que corresponde um aumento da área por exploração da ordem dos 41%, isto é, a superfície agrícola útil média das explorações cresceu, de 6,31 ha em 1999, para 8,9 ha em 2009.

De acordo com o INE, as explorações Açorianas, em virtude da sua viabilidade económica, foram aquelas que nos últimos 10 anos, registaram os maiores ajustamentos da sua Superfície Agrícola Útil, 41%, contra 30% no continente e apenas 3% na Madeira.

A acrescer a tudo isto, registamos ainda um importante rejuvenescimento dos ativos agrícolas, o que, associado a uma melhoria relevante dos seus níveis de formação, garantem uma dinâmica impulsionadora de sucesso no futuro que se avizinha.

A idade média da população agrícola familiar nos Açores segundo o censo de 2009, é de 42 anos, contra 52 no continente e 46 na Madeira. Somos assim a Região do País com a população agrícola mais jovem.

Paralelamente, registamos um crescimento significativo do número de bovinos existentes na Região, bem como dos animais abatidos nos matadouros dos Açores, a que corresponde um crescimento sem paralelo, na exportação de gabo bovino em carcaça.

Embora o n.º de vacas leiteiras tenha diminuído, a produção total de leite aumentou, graças ao melhoramento genético a que temos assistido e à implementação de melhores práticas de manejo das explorações.

Os indicadores de natureza sanitária, são também pronúncio de que estamos no bom caminho.

O atual estatuto epidemiológico dos Açores apresenta-se invejável, quer à escala nacional, quer a nível comunitário.

Este cenário, embora confortante, não nos permite reduzir a atenção e os esforços que deverão ser continuados, em ordem a atingirmos o estatuto de excelência que vimos perseguindo.

Não obstante, mesmo conscientes de todos estes indicadores que nos encorajam a prosseguir, temos naturalmente a consciência das dificuldades que aí veem e dos obstáculos que teremos de superar.

O desenvolvimento da agricultura e o incremento da sua competitividade, exigem um esforço de todos os agentes envolvidos, na busca das melhores condições de produção e na garantia do escoamento dos seus produtos.

As opções de médio prazo 2013-2016 e as medidas inscritas no Plano de 2013 que estamos hoje a discutir, certamente concorrerão de forma decidida, para a consolidação e reforço deste importante setor da nossa atividade económica.

O investimento global proposto, no **PROGRAMA 2 DO PLANO DO GOVERNO, AGRICULTURA FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL** é da ordem dos 140 milhões de euros, o que reflete bem a importância que o XI Governo dos Açores atribui a estas áreas produtivas, geradoras duma significativa parte das suas exportações.

A atual proposta de plano dá continuidade ao investimento nas infraestruturas associadas às fileiras do leite, da carne e da diversificação agrícola.

Relevam-se, desde logo, os investimentos em eletrificação, abastecimento de água às explorações e no melhoramento dos caminhos agrícolas, potenciando os últimos recursos do atual quadro comunitário de apoio, num investimento superior a 25 milhões de euros.

Tratam-se de infraestruturas essenciais ao nosso sistema produtivo, que concorrem para a melhoria das condições de trabalho agrícola, induzem uma melhor qualidade dos produtos e reduzem os custos de produção.

Ao nível das infraestruturas, este plano afeta um significativo investimento, superior a 15 milhões de euros, à construção dos parques de exposições da Terceira e de São Miguel e ao Laboratório Regional de Veterinária.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A Salvé Rainha!

O Orador: O novo Laboratório Regional de Veterinária é indispensável à implementação dos planos de vigilância, ao combate sanitário e à certificação e qualificação dos nossos produtos, no estrito cumprimento de todas as normas nacionais e internacionais vigentes.

Ainda no âmbito das infraestruturas, importa referir as obras de remodelação dos Matadouros do Pico e de São Jorge, concorrendo para a reestruturação da rede regional de abate em curso e que será concluída durante a presente legislatura.

No âmbito da **MODERNIZAÇÃO DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS**, os setores do leite, da carne e da diversificação agrícola, decisivos na base produtiva e empregadora da região, merecem atenção particular.

Os dois primeiros por serem geradores de receita através do seu forte contributo para as exportações e o terceiro pela sua contribuição para a redução das importações.

No âmbito da Sanidade Animal, garantiremos a execução de todos os programas conducentes à erradicação das doenças de declaração obrigatória, onde assume particular relevância a Brucelose. Seis das nove ilhas da Região Autónoma dos Açores são já reconhecidas como oficialmente indemnes a esta doença. Apenas em S. Miguel se registaram nos últimos três anos casos de positividade à Brucelose, que embora em valores residuais, urge anular.

A presente proposta de plano e orçamento para 2013 aponta ainda como eixo estratégico de referência, a afetação de verbas para corresponder às expectativas de investimento da iniciativa privada entretanto aprovadas.

Estão inscritas verbas significativas nas ações 2.2.4 e 2.3.1, destinadas a participar projetos aprovados e em execução, quer ao nível do investimento na modernização das explorações agrícolas, quer ao nível da indústria agroalimentar e florestal.

A agroindústria, setor fundamental na área da transformação dos produtos agrícolas e primeira responsável pelas exportações dos Açores, verá os seus investimentos devidamente apoiados ao abrigo do PRORURAL, com a conseqüente garantia da participação regional.

A este propósito, é de realçar a excelente taxa de execução do nosso programa comunitário de apoio, o PROPRURAL, registando significativos níveis de realização na modernização e reestruturação produtiva de todo o setor.

Por outro lado, as populações rurais verão também inscritas verbas, na ação **2.4.3 – DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA RURAL**, visando a implementação de atividades não agrícolas, criação de microempresas, incentivos a atividades turísticas no meio rural, criação de serviços básicos para a economia das populações, no âmbito do programa LEADER que tão bons resultados tem produzido na nossa Região.

No âmbito das florestas, importa certamente referir as **MEDIDAS FLORESTAIS DE DESENVOLVIMENTO RURAL**, que garantirão a consolidação dos projetos de arborização de vastas áreas agrícolas, contribuindo assim para a sustentabilidade da qualidade ambiental dos Açores.

De realçar ainda o **Programa de Rentabilização da Fileira da Madeira**, através da implementação das medidas recentemente anunciadas do corte de matas públicas, cuja madeira se destinará exclusivamente à venda para o mercado externo.

Trata-se do plano de *marketing* e comercialização para a madeira de criptoméria dos Açores e execução do catálogo com as especificações técnicas para a utilização da marca criptoméria dos Açores, bem como do início da exploração florestal em diferentes perímetros florestais da região, com vista ao corte potencial de 100 ha/ano.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Programa 3 – Pescas e Aquicultura, do plano e orçamento para 2013 que agora submetemos a este Parlamento, consagra uma verba de cerca de 33 milhões de euros, ao setor da Pesca.

É de facto, a maior dotação dos últimos anos destinada a esta importante atividade económica, que contribuiu em cerca de 20% para as nossas exportações.

Esta proposta de plano e orçamento espelha a aposta e a preocupação do Governo dos Açores na implementação de políticas de fortalecimento deste ramo produtivo da nossa economia marítima.

Manteremos os regimes de incentivos em vigor, que estão ao dispor das empresas e dos profissionais da pesca e que são o garante da existência de mecanismos de apoio à exploração das embarcações e à compensação salarial das companhas.

Manteremos ainda os mecanismos de apoio aos armadores, na modernização das suas embarcações, tendo como objetivo dotá-las de melhores condições de conservação de pescado e de segurança a bordo.

Este plano irá permitir a continuação da empreitada de melhoramento do porto do Porto Judeu, a consolidação dos portos da Fajã do Ouvidor e de São Fernando, bem como, a construção da rampa de varagem do porto de pesca da Lagoa, promovendo a melhoria das suas condições de abrigo e de operacionalidade.

Uma referência especial às obras de ampliação, reordenamento e beneficiação do Porto de Pescas de Rabo de Peixe.

A empreitada, que se iniciou no final do passado mês de agosto, prevê, para além do prolongamento do molhe existente, criar condições de abrigo para as embarcações que frequentam o Porto de Rabo de Peixe, melhorando a sua operacionalidade e segurança, fundamentais para o bom desempenho desta atividade.

Nos Açores, mais de 90% do pescado descarregado em lota é produto de uma pesca tradicional e artesanal, utilizando aparelhos de linhas e anzóis, com

impactos mínimos sobre o meio marinho e originando produtos de grande potencial em termos de qualidade, que urge valorizar.

A pesca é a atividade com maior impacto nos recursos marinhos e o garante da coesão territorial de dezenas de pequenas comunidades distribuídas nas nove ilhas dos Açores.

O incremento da procura de produtos naturais provenientes do mar, como é o caso do nosso pescado, continuará a valorizar economicamente a atividade piscatória da nossa frota, que, entretanto, deverá diversificar a sua atividade para capturar outras espécies ainda não exploradas, aproveitando assim todo o potencial do Mar dos Açores.

Torna-se por isso imperativo pescar ainda de forma mais organizada, que não conduza à sobre-exploração dos recursos e que permita valorizar ao máximo as capturas.

Os indicadores disponíveis confirmam que estamos no caminho certo, nos últimos dois anos o preço médio por Kg do pescado descarregado em lota passou de 2,78€ para 3,42€ e o descarregado em fábrica de 1,04€ para 1,31€, representando assim aumentos por quilograma, de 23% e 26%, respetivamente.

É necessário que os nossos produtores continuem a colocar em lota as espécies com tamanho adequado e quando o mercado tem maior procura.

A escassez verificada nos recursos de algumas espécies piscícolas aconselha a diversificação, a promoção e a valorização do pescado capturado, ou seja, será necessário não capturar mais, mas sim capturar menos e valorizar mais esse mesmo pescado.

Em articulação com as Associações representativas dos profissionais do setor das pescas, com os comerciantes e com a Lotaçor, SA, implementaremos ações de sensibilização e divulgação junto dos profissionais da pesca, visando a criação de hábitos diferentes na sua abordagem aos recursos pesqueiros.

Terão de, no âmbito do desenvolvimento da sua profissão, serem mais seletivos, direcionando as capturas em função das necessidades dos mercados e concorrendo, deste modo, para uma melhor valorização comercial do pescado capturado.

A fragilidade biológica da nossa Zona Económica Exclusiva obriga também, a que todos os parceiros do sector continuem, em articulação, a lutar por uma melhor proteção da área marinha em torno dos Açores.

A solução que atualmente existe, no âmbito da política comum de pescas, não é suficiente para cumprirmos o objetivo da gestão de recursos de forma precaucionaria e sustentável, nem garante ainda a estabilidade das capturas à nossa comunidade piscatória.

No passado mês de fevereiro, o Parlamento Europeu deu razão aos argumentos esgrimidos pelo Governo dos Açores aprovando, no âmbito da reforma da Política Comum de Pescas, a criação das regiões biogeográficas sensíveis, o que nos poderá permitir gerir os nossos bancos de pesca e os montes submarinos para além das 100 milhas.

Mas, para garantir uma maior rentabilidade e sustentabilidade a longo prazo na pesca comercial, devemos reforçar as zonas de proteção à pequena pesca artesanal, num processo de diálogo e de colaboração com as associações do setor e com as nossas instituições de investigação marinha.

Deverá olhar-se para a experiência desenvolvida, por exemplo, no Banco Condor e estudar a possibilidade de se alargar, a outros bancos de pesca tradicionais que se encontram sobre explorados, esta experiência de recuperação dos *stocks* tradicionais existentes.

Este plano expressa também a preocupação do Governo com os armadores e pescadores Açorianos, e com a situação social das famílias dependentes do setor das pescas. Iremos por isso manter os apoios à atividade, relacionados com a modernização das embarcações, ao pagamento dos juros bancários, aos

seguros, aos combustíveis, ao escoamento do pescado das ilhas de coesão e ao desenvolvimento das pescarias de profundidade.

O investimento previsto neste plano para o setor das pescas constitui uma oportunidade de valorização da fileira da pesca, por via do desenvolvimento de um setor que tem no Mar dos Açores um meio de sustentação económica.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Programa 12 – **AMBIENTE E ORDENAMENTO**, com uma dotação de 30,8 milhões de euros, visa prosseguir e consolidar as políticas públicas que fazem dos Açores um território reconhecido pelo elevado nível de qualidade ambiental.

Estrutura-se em sete distintos projetos, que visam garantir a preservação da natureza, o ordenamento do território, a gestão e manutenção dos nossos recursos hídricos, a qualidade do ambiente, a gestão dos resíduos, a requalificação da orla costeira e a monitorização e promoção ambiental marinha.

A preservação do nosso património natural é, não apenas uma questão de prestígio, mas também, um pilar essencial do desenvolvimento, que pretendemos responsável e duradouro. O mesmo é dizer, um alicerce do desenvolvimento sustentável.

Apesar de vivermos num contexto de incerteza, à escala global, não devemos prescindir de alcançar o patamar da excelência ambiental e, por maioria de razão, não nos podemos alhear das fragilidades que ainda persistem na nossa Região e que, uma vez identificadas, importa certamente debelar.

O futuro passa, não só pela consolidação do funcionamento de todas as infraestruturas ambientais existentes e pela estabilização da atuação dos instrumentos de regulação e monitorização da qualidade do ambiente, mas ainda, pelo desenvolvimento e implementação de políticas em domínios que permanecem deficitários.

É necessário reforçar os mecanismos de intervenção no território, com especial incidência na inventariação de riscos e na atuação ao nível da prevenção de acidentes, designadamente resultantes de ocorrências hidrogeológicas.

Neste campo, e com os investimentos previstos nos documentos ora em apreciação, propomo-nos desenvolver a cartografia de riscos e alargar ou desenvolver os sistemas de monitorização, alerta e alarme associados, ao mesmo tempo que intensificaremos o estudo e acompanhamento das alterações climáticas e dos respetivos efeitos em territórios limitados como são as nossas ilhas.

Há que continuar e até intensificar as ações tendentes a garantir ou a recuperar o património natural, a diversidade biológica e a qualidade paisagística.

A proliferação de espécies invasoras constitui, pois, um dos principais problemas ambientais com que nos deparamos nos Açores, permitindo-me destacar o incremento que o Plano Anual confere ao desenvolvimento de ações no âmbito da erradicação e controlo dessas espécies, bem como, aos processos de restauro ecológico e de recuperação de endemismos.

No âmbito do Ordenamento do Território uma referência particular para a conclusão e implementação do Plano Sectorial do Ordenamento do Território para as Atividades Extrativas, que atualmente se encontra em período de discussão pública.

Trata-se duma importante ferramenta que irá concretizar políticas com incidência territorial, considerando a relevância económica da atividade extrativa de recursos minerais não metálicos, aliada, à presença física marcante no território, que, por vezes, comporta impactes paisagísticos e ambientais negativos.

A inadequada gestão dos resíduos é, ainda hoje, um dos principais problemas com que nos deparamos, um pouco por todas as nossas ilhas.

A operacionalização do Plano Estratégico de Gestão de Resíduos dos Açores (PEGRA) – uma das principais ações do Plano para 2013 – significará um salto imenso na qualidade ambiental, pois permite, por um lado fomentar a redução e, por outro, estimular o encaminhamento dos resíduos para cadeias de valorização, ao mesmo tempo que promoveremos uma considerável diminuição das quantidades de resíduos eliminados por via da deposição em aterro.

Entre 2004 e 2012, a expedição de resíduos para valorização nas entidades gestoras nacionais, cresceu de 1733, para 12.325 toneladas anuais. Isto deve-se naturalmente, não só à sensibilização das populações para esta questão, ao envolvimento das autarquias, mas também à entrada em funcionamento dos Centros de Processamentos de Resíduos que temos estado a implementar.

A tendência no futuro será naturalmente de crescimento destes números, consolidando uma política de gestão de resíduos assente em princípios de racionalidade, eficácia e sustentabilidade financeira.

Do ponto de vista da proteção e sustentabilidade ambiental, a ação do Governo dos Açores promove, de forma evidente, a afirmação do património natural e da qualidade ambiental dos Açores, associada à valorização económica dos nossos recursos naturais.

A orla costeira das diferentes ilhas dos açores merecerá atenção especial, promovendo equilíbrios entre a consolidação e manutenção das suas estruturas, incentivando o seu uso apropriado, bem como incrementando a utilização sustentada pela população e por quem nos visita.

Como parte integrante da nossa vivência com o mar, continuaremos na senda da promoção ambiental marinha através do desenvolvimento de projetos já tradicionais na nossa região, como são o “Açores entre Mares” e a “Campanha SOS Cagarro”, porventura a maior organização para a defesa de uma espécie em Portugal.

O Mar é um ativo importantíssimo para a Região Autónoma dos Açores. Já anteriormente o afirmei. Com um território emerso limitado, é no oceano que reside a nossa oportunidade de crescimento.

Desde 1998 que o Governo dos Açores tem sido particularmente assertivo no que diz respeito à proteção do mar, recomendando áreas marinhas para a Rede Natura 2000.

O Banco D. João de Castro, um dos sítios propostos inicialmente, tornou-se o primeiro local, para lá do mar territorial da Europa, a ser protegido.

Nesta sequência, e mais uma vez de forma precursora, propusemos a proteção de um local já fora da própria Zona Económica Exclusiva de Portugal.

A fonte hidrotermal de grande profundidade, o *Rainbow*, localizado fora de qualquer área de jurisdição, tornou-se o primeiro local marinho da Europa a ser protegido por uma Convenção Internacional. Foi por ação dos Açores!

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Desde que o Estatuto Político Administrativo o permitiu, em 2009, por iniciativa do Governo dos Açores e com aprovação desta casa, já transpusemos diversas diretivas comunitárias e legislamos sobre a gestão de espécies e habitats, avaliação e licenciamento ambiental, pescas, exploração de inertes e minerais.

Com estes passos, estamos a dar sequência ao repto da Organização das Nações Unidas no sentido de atribuir responsabilidades à gestão do alto mar e a garantir o seu uso dentro de balizas ambientais e sociais adequadas.

Queremos retirar rendimento do mar, mas não aceitamos que isso seja feito a qualquer custo!

Como documento aglutinador das diferentes iniciativas e fomentador da utilização dita “azul”, continuaremos a trabalhar no Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo dos Açores dando contributos efetivos e pertinentes para a estruturação do Plano de Ação da Estratégia Marítima da Região Atlântica.

Da mesma forma que em 2006 demos contributos reconhecidos internacionalmente para a elaboração da Política Marítima Integrada, agora, mais uma vez, estamos a influenciar o desenvolvimento da Economia Sustentável do Mar.

Este plano de investimentos, que será gerido com rigor, e numa perspetiva de aproveitamento das sinergias resultantes dos vários departamentos sob a tutela da Secretaria Regional dos Recursos Naturais, responde às necessidades prementes que atravessamos e, de uma forma consequente, inspira caminhos e soluções para um futuro cada vez mais azul e verde, nestas ilhas reconhecidas pelo seu precioso valor ambiental.

Muito obrigado.

Disse!

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Renato Cordeiro tem a palavra.

(*) **Deputado Renato Cordeiro** (*PSD*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Numa época em que se enfrenta uma crise austera com poucos recursos financeiros estes têm de ser utilizados com toda a responsabilidade de modo a que a sociedade retire algum retorno do investimento público.

O setor agrícola tem sido um dos pilares da economia da nossa Região. Acho que nesta câmara não há dúvidas disso e tem dado provas disso.

É com grande preocupação que vemos que estes recursos destinados à agricultura emagreceram neste Plano de 2013. Bem sabemos que há que fazer

opções, mas as opções que se tomam não podem pôr em causa aquilo que tanto custou a construir a tantos e tantos agricultores e lavradores açorianos.

Quero levantar aqui algumas questões a quem assumiu a responsabilidade política de liderar as políticas públicas no setor agrícola.

Com um corte de cerca de 20% nos recursos afetos à agricultura em relação ao Plano de 2012 não se estará a danificar o setor da nossa economia que maior contributo tem dado para a estabilidade social das nossas ilhas?

As nossas exportações têm no setor agrícola, nomeadamente na agropecuária e na industrialização dos seus produtos, o seu grande suporte. É este setor que tem criado e mantido uma boa fatia dos postos de trabalho que ainda temos.

Com este corte de 20% nas verbas destinadas à agricultura, não está o Governo Regional a pôr em causa o equilíbrio económico e social da nossa Região?

Mais ainda! 25% das verbas destinadas à agricultura neste Plano de 2013 têm como destino dois parques de exposições, um em São Miguel e outro na ilha Terceira, e o Laboratório Regional de Veterinária na ilha Terceira. Repito: 25%!

São investimentos que mantêm alguns postos de trabalho na construção civil? Esperamos que sim.

Recentemente o Governo Regional demonstrou um grande interesse também na rentabilização da fileira de madeira, no fomento florestal.

Podia aqui perguntar: se essa madeira é tão boa para ser escolhida para a exportação, por que é que não pode ser usada nestas 3 grandes obras?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não faz sentido!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Vamos começar por casa antes de preocuparmo-nos em pôr madeira lá fora.

A lavoura açoriana merece tais obras, disso também não temos dúvidas, mas não estão sobredimensionadas? Não correm o risco de obrigarem no futuro ao consumo de recursos que tão poucos são?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Mais! Quando no mesmo mês descem apoios às infraestruturas agrícolas (refiro-me, por exemplo, a caminhos agrícolas) face às intempéries que têm ocorrido nos últimos dias, como irá o Governo reestruturar todos esses caminhos que foram danificados?

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Moreira.

(*) **Deputado Duarte Moreira (PS):** Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção rápida até porque temos algumas limitações de tempo...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Isso foi muito mal controlado por aí!

O Orador: ...para colocar algumas questões ao Sr. Secretário Regional no âmbito do Programa 2 da agricultura.

A primeira questão tem a ver com um setor que nos últimos 8, 10 anos teve um crescimento enorme na nossa Região e que inverteu aquilo que era a prática corrente ao nível da comercialização do gado bovino de carne nos Açores. Essa tendência teve obviamente reflexos quer ao nível dos prémios pagos aos produtores, com o aumento dos prémios das vacas aleitantes, dos novilhos, dos abates, e teve também a virtude de inverter aquilo que era a prática de exportação de gado em vida, passando neste momento a maioria do nosso gado a ser abatido na Região e a ser exportado em carcaça.

Isto teve a ver obviamente com o investimento que foi feito de muitos largos milhões de euros na rede regional de abate, sendo que a mesma ainda está por concluir...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Na Graciosa então... São sempre promessas!

O Orador: ...e como sabemos e já foi dito pelo Sr. Secretário relativamente aos matadouros de São Jorge e do Pico que intervenções seriam para este ano, gostaria que nos pudesse esclarecer relativamente a dois outros matadouros, nomeadamente do Faial e da Graciosa.

Uma outra questão tem a ver obviamente com o momento que se passa. Infelizmente mais uma época de intempéries que tem provocado enormes prejuízos diretos aos agricultores, nomeadamente com a morte de animais e problemas na alimentação, e também indiretos, nomeadamente através dos estragos em caminhos rurais.

Saber se pode explicitar o que é que tem sido feito e o que é que irá ser feito nomeadamente a estes problemas provocados pelas intempéries.

Porque também sou um deputado eleito pelo círculo de Santa Maria, não poderia também deixar aqui de colocar duas ou três questões relativamente a alguns investimentos específicos para a ilha, até porque tenho ao longo dos anos, por questões profissionais e também associativas, tido responsabilidades nesta área em relação à ilha de Santa Maria.

Realço que nos últimos anos e nos últimos 8, 10 anos foram feitos grandes investimentos na agricultura e na pecuária da ilha, nomeadamente a rede integrada de abastecimento de água, o novo matadouro, o apoio à organização das produções, mas há aqui alguns projetos que foram iniciados e que gostaria de saber para quando se prevê a sua conclusão, nomeadamente o tanque de água do Juncal, na freguesia de Santo Espírito, a pavimentação de um troço que falta no caminho do Facho, também na freguesia de Santo Espírito e, finalmente, um

caminho que foi iniciado em 2012 na freguesia de São Pedro, o caminho do Favelo. Saber o que é que se prevê e para quando ou se irão continuar os trabalhos neste caminho que é importantíssimo, porque dá acesso a uma área muito grande de hectares e favorece um grande número de produtores.

Para já era só.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Renato Cordeiro tem a palavra.

(*) **Deputado Renato Cordeiro (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Era só uma correção que queria fazer àquilo que o Sr. Deputado Duarte Moreira disse. A diminuição da exportação de gado vivo e aumento da exportação de carcaças não se deve à ação do Governo, deve-se ao trabalho das associações agrícolas, dos produtores e o dever de qualquer Governo que governasse as nossas ilhas seria responder a essa necessidade do aumento das infraestruturas.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado Francisco César (PS): Seja sério!

Presidente: Srs. Deputados, o Sr. Deputado Renato Cordeiro está a usar da palavra.

O Orador: Acho que não devem pegar nisto para si.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Luís Silveira tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Silveira (CDS-PP):** Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:...

Deputado Francisco César (PS): O microfone!

Deputado Berto Messias (PS): Não é que fazemos muita questão!

O Orador: Peço desculpa.

É uma pergunta muito rápida e muito direta ao Sr. Secretário.

O que é que pensa fazer em relação aos perímetros agrícolas da ilha de São Jorge, nomeadamente o perímetro agrícola Ribeira Seca/ Biscoitos, que já está definida a área do perímetro, mas que não foi feita ainda qualquer intervenção, bem como a segunda fase do perímetro agrícola Beira/ Rosais, que falta a pavimentação e que segundo a informação do Sr. Ex-Secretário da tutela já está adjudicada há mais de um ano, mas que até agora não avançou?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Ávila tem a palavra.

Deputado José Ávila (PS): Obrigado, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Zona Económica Exclusiva dos Açores é a maior da União Europeia e representa um enorme potencial. É unanime que o seu valor deve ser retido e gerido na Região.

Esse potencial, como hoje se sabe, vai muito para além das pescas. Uma vez ouvi uma frase que explica tudo: o nosso mar é muito mais do que a nossa vista alcança.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): E o porto da Graciosa?

O Orador: No entanto hoje falamos de pescas.

Num Plano de Investimentos que é referido como de grande contenção, é de elementar justiça reconhecer que neste sector há até um reforço na sua dotação,

gesto que nos permite aferir a importância que o Governo dos Açores dá a esta atividade.

Já se falou no enorme esforço feito neste sector, nomeadamente dando condições aos profissionais, com a construção de novos portos e a reabilitação dos poucos existentes por essas ilhas fora, construção de casas de aprestos, colocação de equipamento de apoio, construção e certificação das lotas, conceção da rede de frio, renovação da depauperada frota.

Hoje os pescadores têm melhores condições de trabalho, quer no mar, quer em terra. Hoje o pescado é colocado no exterior mais valorizado. Hoje a pesca emprega a tempo inteiro pescadores, comerciantes, exportadores e outros profissionais desta fileira.

Ao longo destes últimos anos o Governo dos Açores tem transferido responsabilidades para as Associações de Pescas, pois são estas que estão junto dos seus profissionais e são estas que conhecem mais de perto as suas necessidades e problemas.

Sabe-se que esta transferência de responsabilidades tem sido acompanhada de recursos financeiros, que permitem às Associações desempenharem essas funções.

O que queria perguntar ao Sr. Secretário Regional é se vai o Governo continuar a apoiar as Associações para prestarem esses serviços de proximidade?

O FUNDOPESCA tem sido um mecanismo com um carácter social importante que compensa os profissionais da pesca quando estão impedidos de saírem para o mar devido ao mau tempo.

É conhecida a intenção do Partido Socialista, nomeadamente na última campanha eleitoral, de aperfeiçoar o diploma que o regulamenta para cobrir outras situações de perda de rendimento não previstas.

Gostaria de saber, Sr. Secretário, em que fase está a tão anunciada alteração ao FUNDOPESCA e quais as questões abrangidas por essa alteração?

Gostava de saber também que outras situações de perda de rendimento não previstas na atual legislação estarão consagradas na nova proposta?

Muito obrigado.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, uma pergunta muito breve.

A ilha das Flores beneficia de um estatuto sanitário bastante bom e que já é indemne em relação a algumas doenças relacionadas com os bovinos.

No entanto, existe ainda uma situação que considero algo preocupante e que tem uma ação direta no rendimento das explorações, que é uma predominância nas explorações da BVD e IBR.

O que é que o Sr. Secretário pretende fazer ou o que é que está previsto fazer na tentativa de irradicação desse problema?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Penso que agora não há mais intervenções.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional dos Recursos Naturais (Luís Viveiros):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Passaria então a esclarecer as questões que foram colocadas, começando pelo Sr. Deputado do PSD, o Sr. Renato Cordeiro.

De facto há uma ligeira diminuição na dotação dirigida ao setor agrícola, mas deriva da política de contração de alguns custos do Governo na elaboração deste Plano, consagrando no entanto as ações essenciais à manutenção das

estruturas e à manutenção dos apoios diretos às explorações, como garante do desenvolvimento da ação concreta das suas explorações e do concurso para a rentabilidade desta atividade.

A questão dos investimentos de grande monta, o Laboratório Regional de Veterinária, penso que é por todos reconhecida a sua importância no nosso panorama, não fosse a atividade pecuária a principal atividade da nossa economia que naturalmente merece uma estrutura desta natureza para que se possam certificar os produtos, garantir a segurança alimentar e garantir também a excelência sanitária, pela qual todos trabalhamos. Portanto, penso que é um investimento perfeitamente justificável.

Quanto aos parques de exposições são também obras de referência no setor agrícola que pretendem dinamizar e mostrar aquilo que de bom se faz na Região e que terão, não só para além dessa faceta, outras vertentes de utilização diária, designadamente do pequeno comércio, de instalação de serviços, de instalação de serviços bancários, que estarão naturalmente ao serviço dos agricultores no seu dia-a-dia e que naturalmente terão bastante utilidade.

Para além disso, enquanto parques de exposições, servirão certamente não só para atividades de promoção daquilo que bem se faz na atividade agrícola, mas também em quaisquer outras atividades que a sociedade entenda utilizar para promoção dos seus produtos, designadamente no comércio, de forma geral, na indústria, enfim, nos serviços, em tudo aquilo que entenderem e em que é possível fazer eventos de qualidade nestas estruturas.

Relativamente àquilo que infelizmente aconteceu nestes tempos recentes e que tem a ver com os prejuízos causados pelos temporais, já foi feito um levantamento exaustivo conforme também nesta casa já foi referenciado nestes últimos dias.

Naturalmente que é uma preocupação prioritária nossa e que serão alocados todos os meios financeiros necessários para recuperar as estruturas que

infelizmente, por via dos acontecimentos dos últimos tempos, estão danificadas e que terão de ser rapidamente arrançadas para que continuem a fazer o seu papel no trabalho diário dos agricultores.

Relativamente às questões colocadas pelo Deputado Duarte Moreira. De facto a produção de carne teve um incremento enorme nos últimos anos, alterando quase por completo a sua estratégia, passando de uma predominância de exportação de animais vivos, para uma predominância, neste momento, de exportação de carne já tratada em carcaça com todas as mais-valias que esta atividade traz à economia dos Açores, à economia do setor, em particular. Assentou também na possibilidade que os agricultores têm de usufruírem de uma rede de abate moderna que, conforme disse na minha intervenção de tribuna, ficará concluída no âmbito da presente legislatura.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Nem todos!

O Orador: Neste momento, aquilo que posso anunciar é que serão entregues no dia 29 de abril os matadouros de São Jorge e do Pico. As empreitadas serão concluídas já muito em breve.

Relativamente àquilo que são as intenções do Governo para os matadouros do Faial e Graciosa, também como já referi noutras ocasiões, são investimentos financiados pelo programa CONVERGENCIA que não encontraram cabimento no corrente ano, no corrente quadro, e que serão construídos no âmbito do próximo quadro, já em 2014.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Devia ter dito isso na campanha!

O Orador: De qualquer maneira posso referir que na rede regional do abate já foram investidos 50 milhões de euros, o que dá bem nota da importância que este Governo e os governos que o antecederam têm dado a este setor.

Deputado Luís Garcia (PSD): Já não sabiam isso na campanha?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Na campanha eleitoral falhou esse pormenor!

O Orador: Ainda relativamente aos temporais e no que diz respeito à questão que também tem sido pública e frequentemente referenciada nos últimos dias, que tem a ver com a falta de alimento provocado pelo inverno rigoroso que nos tem atravessado, – penso que também já é público – o Governo Regional publicou esta semana uma portaria que vai ajudar à aquisição de alimentos fibrosos em todas as ilhas da Região num total de 10 mil toneladas, distribuído pelas várias ilhas em função da sua dimensão e da quantidade de animais nelas existentes. É uma iniciativa que, à semelhança de outros anos, irá certamente contribuir para colmatar a falta de alimento com que os agricultores se têm debatido.

Para além disso estamos também a fazer um levantamento detalhado de todos os outros prejuízos que eventualmente tenham ocorrido em cada uma das explorações através dos serviços operativos de ilha, acompanhando de perto a situação que nos permitirá depois tomar as decisões mais adequadas para ajudar a resolver este problema.

Relativamente ao abastecimento de água ao Juncal, em Santo Espírito, conforme também colocou a questão, o reservatório está neste momento concluído. Estão a ser feitas as ligações, as tubagens necessárias e prevemos que no próximo mês de abril a obra fique também concluída e em condições de perfeita utilização.

Os caminhos que referiu também ficarão concluídos este ano. O caminho do Facho, em Santo Espírito, prevemos que esteja concluído no mês de agosto com a sua fase de betonização e o caminho do Juncal também em finais de agosto ficará concluído.

Relativamente às questões das pescas, o Deputado José Ávila falou na questão dos apoios às associações dos produtores de pesca. Tem sido de facto uma política que este Governo e os governos anteriores têm acarinhado. Provavelmente com outros *plafonds*, com algumas reduções nos apoios a

conceder a cada uma das associações em critérios que estão a ser neste momento discutidos e analisados, mas serão certamente apoios a conceder e a continuar, porque entendemos que são nossos parceiros importantes para que os serviços que prestam à comunidade piscatória sejam de facto continuados.

O diploma do FUNDOPESCA está concluído. Vai ser levado a Conselho de Governo muito brevemente e depois será naturalmente também submetido à apreciação e aprovação nesta Assembleia numa próxima sessão plenária.

Concretamente pretende-se introduzir uma ferramenta mais ágil que permita acionar o FUNDOPESCA sempre que as condições que nele se refere se verifiquem e que tenha uma aplicação mais justa do que a versão atual, portanto, do diploma atual. Muito em breve estaremos aqui, na Assembleia, com este documento para ser discutido e aprovado.

Relativamente à questão das Flores, à questão sanitária, é de facto uma das ilhas com melhor estatuto sanitário desde já e ao longo dos anos e ainda bem que assim o é. As questões do BVD e do IBR não são naturalmente exclusivas da ilha das Flores, infelizmente. É de facto um problema que existe por toda a Região e por todas as ilhas dos Açores. Não são doenças de declaração obrigatória, não são zoonoses, são doenças do foro económico e, portanto, terão de ser combatidas através da intervenção particular de cada um dos agricultores com o nosso apoio técnico, com o nosso acompanhamento, mas não estamos prevendo ações públicas de monta para fazer campanhas dedicadas, pela própria natureza das doenças e pelas próprias implicações que têm neste âmbito.

Relativamente às questões colocadas pelo Deputado Luís Silveira no que diz respeito a São Jorge e aos perímetros de ordenamento agrário. Estamos a prever fazer a eletrificação de furo de captação de água subterrânea na Ribeira do Nabo, nas Velas, uma obra com um investimento de cerca de 70 mil euros. Estamos a prever também a construção do reservatório metálico no Norte

Grande e ainda a empreitada de fornecimento e instalação do equipamento de furo da Ribeira do Nabo. É o que está previsto para este ano.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Exma. Sra. Presidente, Exmas. Sras. e Exmos. Srs. Deputados, Exmo. Sr. Vice-Presidente do Governo, Exma. Sra. e Exmos. Srs. Membros do Governo:

Uma pergunta muito rápida para o Sr. Secretário Regional: consegue-nos garantir que o Laboratório Regional de Veterinária consegue continuar a dar o apoio aos testes de IBR e BVD na Região, uma vez que é sabido que houve uma altura em que os *kits* de testagem dessas mesmas doenças estavam esgotados e a Região estava incapacitada de fornecer o apoio às explorações agrícolas e aos agricultores no rastreio dessas mesmas doenças?

Muito obrigado.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Cordeiro.

(*) **Deputado Renato Cordeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A minha questão vem um pouco no seguimento daquilo que o meu colega disse. Com uma quebra de 53% nestas verbas, o que a gente hoje ouve no campo é que não há dinheiro para fazer análises de IBR. Para quê um laboratório tão grande se não há dinheiro para a gente fazer análises?

Deputado Jorge Macedo (PSD): É como a escola da Ponta Garça!

O Orador: É essa questão que ponho.

Outra questão. Foi prometido aqui, nesta câmara, que no primeiro trimestre, que finda agora, se efetuava o pagamento das intempéries do ano passado. Já

começaram a ser pagos, é verdade. Também tenho conhecimento disso. Esperamos que até dia 31 seja tudo posto em ordem, mas também queria aqui lembrar se serão ou não pagos os que são relativos aos programas de incentivo à aquisição de terreno, como o SICAT e o RICTA, e da reestruturação, que é o caso do SAFIAGRI?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo mais inscrições, pergunto se o Sr. Secretário vai responder?

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional dos Recursos Naturais** (*Luís Viveiros*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

De facto houve nalgum tempo dificuldade de elaboração destes testes no Laboratório Regional de Veterinária que foram naturalmente colmatadas e que neste momento está perfeitamente apto a fazer e continuará naturalmente com essas valências. Não faria sentido construir ou investir numa obra com a qualidade e com a dimensão que tem o Laboratório Regional de Veterinária se naturalmente depois não tivesse perfeitamente abalizado a fazer estes testes que são testes de rotina e que serão garantidos.

Relativamente às questões colocadas pelo Deputado Renato Cordeiro, ele próprio fez a pergunta e também acabou, um pouquinho, por dar a resposta. De facto todos estes itens estão a ser devidamente tratados. Os pagamentos das intempéries estão na sua fase final, não consigo precisar exatamente quanto já pagamos e quanto falta, mas de facto o compromisso que assumimos de pagá-los durante o 1.º trimestre estamos a cumprir. Estão também garantidas no Plano, conforme certamente teve oportunidade de ver, as verbas necessárias à manutenção às ajudas que são concebidas à aquisição de terras, à bonificação de juros através do SICAT e do RICTA, com os projetos todos que estão a correr e com aqueles que eventualmente ainda venham a ser candidatos e o mesmo se

diz relativamente ao SAFIAGRI que também consagra no Plano as verbas necessárias a respeito dos compromissos entretanto assumidos.

Devo dizer que todas estas intempéries representam um pagamento de cerca de 7 milhões de euros que estão neste momento a ser devidamente liquidados.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Exma. Sra. Presidente, Exmas. Sras. e Exmos. Srs. Deputados, Exmo. Sr. Vice-Presidente do Governo, Exma. Sra. e Exmos. Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional mais uma pergunta muito rápida.

Sabendo que a vacinação contra a IBR e BVD é da responsabilidade das explorações agrícolas e dos respetivos proprietários, se está ou não prevista alguma indicação ou regulamentação por parte do Governo Regional no sentido da vacina a utilizar ser uma das vacinas de última geração e ser uma vacina marcada de modo a se conseguir diferenciar os animais positivos devido ao uso da vacina, ou positivos devido à presença da doença?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Cordeiro.

(*) **Deputado Renato Cordeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É com satisfação que o PSD vê aqui verbas que são dedicadas ao melhoramento das infraestruturas de abate em São Jorge e na ilha do Pico e sabemos bem da necessidade que aí existe, mas também gostaríamos de saber se a ilha de São Miguel merece alguma atenção ou não, já que é a ilha que é responsável pela maior exportação de carne da nossa Região?

O matadouro que nós temos, a abegoaria que tem, está completamente ultrapassada o que põe muito em risco aquilo que nós designamos de marca

Açores. A carne não chega em condições, derivada ao bem-estar animal após a entrada.

Perguntava se irá haver alguma reestruturação ou não?

E esta pergunta leva-me a outra que grande parte da lavoura de São Miguel não me ia perdoar se não pusesse esta questão aqui, que tem a ver com a SINAGA, que é uma fábrica que tem grande interesse para a ilha e até mesmo para a própria Região.

O Governo Regional adquiriu a SINAGA como forma de salvaguardar postos de trabalho, prometendo um projeto credível para o desenvolvimento desta estrutura industrial.

Infelizmente, temos assistido a um acumular de prejuízos de ano para ano na SINAGA.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Por culpa do seu partido!

O Orador: Criou-se uma política de arrendamento que trouxe um grande conflito no setor e, como seria de esperar, a sua própria ruína.

Será para continuar esta política ruinosa de arrendamento de terrenos ou não? É uma questão que deixo aqui, porque muita gente também me faz.

Quando pensa a administração da SINAGA pagar aos agricultores a beterraba que foi entregue na fábrica na campanha de 2012?

Este pagamento era para ser feito a 17 de dezembro de 2012, mas até agora não houve nada. Perguntava para quando.

E mais ainda: quais serão os próximos planos para a SINAGA?

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, o senhor já disse que o matadouro da Graciosa será candidatado a fundos comunitários.

Gostava apenas de perguntar se tem previsão de quando é que o novo matadouro da Graciosa pode iniciar a sua construção?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional dos Recursos Naturais** (*Luís Viveiros*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente à questão colocada pelo Sr. Deputado Luís Rendeiro, quanto à utilização das vacinas marcadas ou não, esta é naturalmente uma opção dos produtores e que merecerá um acompanhamento técnico, como tem sido até aqui, dos serviços de desenvolvimento agrário de cada uma das ilhas, através dos seus competentes veterinários. Portanto, não há de facto uma obrigatoriedade de utilizarem um ou outro tipo de vacina, é uma opção dos próprios produtores que terão todo o acompanhamento da nossa parte.

Relativamente às questões colocadas pelo Sr. Deputado Renato Cordeiro a propósito do matadouro de São Miguel. Terá certamente pequenas obras de beneficiação que são necessárias. O Governo e a Secretaria, em particular, estão atentos a esta problemática. Temos consciência de que de facto na zona da abegoaria são necessárias algumas correções que serão feitas durante o ano e nos próximos anos que aí vêm, no sentido de garantir tudo o que tem a ver com a eficiência daquela unidade, com as condições de bem-estar animal e com o pleno funcionamento desta importante estrutura de abate da nossa ilha de São Miguel.

A questão da SINAGA. A situação da SINAGA não tem propriamente a ver com o arrendamento das terras, tem a ver com outros fatores correlacionados com o funcionamento da própria empresa.

Naturalmente que dinamizaremos a cultura. É uma cultura típica da nossa Região, particularmente da ilha de São Miguel, é a principal matéria-prima que a SINAGA usa para além das ramas, e portanto, será mantida a estrutura atual do arrendamento das terras para utilização com esta cultura.

Relativamente à questão colocada pelo Sr. Deputado João Costa da ilha Graciosa, quanto ao matadouro. Não lhe consigo dizer em concreto exatamente quando é que as obras terão início, mas o projeto será candidatado logo no início do quadro e tanto depressa esteja aprovado e consignado será dado início às obras.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Cordeiro.

(*) **Deputado Renato Cordeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, obviamente que a política de arrendamento que foi feita contribuiu muito para a ruína e vou explicar-lhe porquê.

Houve muitos terrenos que foram arrendados a 400€ por alqueire onde a SINAGA não foi lá colher beterraba nenhuma e por uma razão muito simples: porque não havia.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Semearam, mas claro os donos tinham a certeza de que ela iria ser paga, nem sequer trataram dela e quando chegaram lá as máquinas para irem colher não havia.

Onde a gente põe e não tira, acho que se sabe qual é a finalização que se tem.

Peço desculpa, mas não sei se ouvi ou não: os pagamentos de 17 de dezembro, qual a data que ficam?

Deputado Berto Messias (PS): O Sr. Deputado António Ventura vai ter que intervir!

O Orador: Esta questão ou não ouvi, ou não me respondeu a ela.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Responda, Sr. Secretário! Responda!

Deputado Lizuarte Machado (PS): Já respondeu!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Conseguiste ouvir?

Deputado Lizuarte Machado (PS): Ouvi!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Estás mais próximo!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional dos Recursos Naturais (Luís Viveiros):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Tal como qualquer outra cultura agrícola está sujeita às condições climáticas (infelizmente nalguns anos menos propícias do que noutros) também está condicionada a estas situações, portanto, aquilo que ocorreu com as plantações de beterraba em determinadas circunstâncias não teve propriamente a ver com o abandono da cultura pelos intervenientes, mas sim com condições de clima que não foram propícias ao seu desenvolvimento normal.

Relativamente aos pagamentos da beterraba devo referir que a 31 de dezembro de 2012 (a informação que disponho) foram pagos todos os cultivadores do ano de 2012.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Cordeiro.

(*) **Deputado Renato Cordeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, no ano de 2011 a associação da qual eu fazia parte fez uma grande quantidade de beterraba e fez com que eu acompanhasse muitos terrenos de beterraba. A questão é que quando os senhorios fizeram aquela tal política,

aquele tal contrato de arrendamento, os verdadeiros produtores de beterraba saíram do terreno para os senhorios fazerem.

A manutenção dessas culturas ficou a cargo da SINAGA, que por sua vez não tinha meios suficientes para chegar às culturas todas e a verdade é que depois quando chegou a altura de colheita, não tinha lá nada, tinha terra, ervas daninhas. Beterraba não havia!

Isto foi aquilo que se passou. O ano de 2011 foi um ano mau, é verdade. Foi um mau ano agrícola, mas houve quem produzisse beterraba e até com valores bastante bons e não foi assim também tão mau como dizem.

No ano de 2012 voltou a repetir-se o mesmo na campanha. Os verdadeiros produtores de beterraba não tiveram acesso aos terrenos por não poderem pagar rendas que se equiparassem à SINAGA, logo aí os senhorios o que é que fizeram? Dispensaram o espaço para isso e depois acontece que a SINAGA voltou novamente a não ter meios para acompanhar culturas, chegou ao fim, não tinha beterrabas e teve de pagar estes senhores.

2012 não está a correr mal, porque não foram pagos ainda.

Ainda hoje de manhã falei com algumas pessoas para me darem a certeza disso e não tinham sido pagos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

Deputado Jorge Macedo (PSD): O Vice-Presidente é que devia responder a isso! É que comprou a SINAGA!

(*) **Secretário Regional dos Recursos Naturais (Luís Viveiros):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Penso que já respondi à pergunta. De facto admito que possa ter havido um ou outro caso de alguma incúria, mas de uma maneira geral as produções foram normais e aquilo que esteve um pouco abaixo do normal teve basicamente a ver

com as condições de clima, salvaguardando naturalmente algum ou outro caso que possa ter a ver com a incúria dos seus intervenientes.

Relativamente ao pagamento a informação que disponho é que de facto foi tudo pago a 31 de dezembro, mas de qualquer modo terei muito gosto em que depois o Sr. Deputado Renato Cordeiro me possa dizer quais as pessoas que não receberam para podermos averiguar o que é que de facto se está a passar.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma pergunta muito rápida e que tem a ver de facto com a produção de beterraba.

A pergunta é, Sr. Secretário: vai-se continuar a insistir no modelo de apoio à área cultivada ou vai-se repensar o modelo de apoio e passá-lo para o apoio à produção em termos quer da quantidade, quer da qualidade de beterraba produzida?

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional dos Recursos Naturais (Luís Viveiros):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Presumo que se esteja a referir às ajudas comunitárias no âmbito do POSEI para a beterraba. Essas irão naturalmente continuar a ser ajudas concedidas por hectare que resultam do regulamento e da aplicação da legislação regional.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, não sei se ainda tem tempo?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Aníbal!

Presidente: Desculpe, Deputado Aníbal Pires.

Ainda não chegou à noite, quando chegar!

Sr. Deputado Aníbal Pires, 20 segundos.

Deputado Aníbal Pires (PCP): 20 segundos que vão ficar para o início da tarde.

Presidente: Agora sim, não há mais inscrições, mas dada a hora em que estamos (faltam 5 minutos para as 13 horas), para não interromper a próxima intervenção, proponho que façamos o intervalo para o almoço.

Pedia apenas aos líderes e ao Sr. Vice-Presidente que se aproximassem da Mesa, se fazem favor.

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputados, um bom almoço.

Regressamos às 15 horas.

Eram 12 horas e 59 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, peço que ocupem os vossos lugares.

Eram 15 horas e 03 minutos.

Antes de recomeçarmos os nossos trabalhos vou pedir ao Sr. Secretário que dê a informação dos tempos.

Secretário: O Governo Regional, 22 minutos e 45 segundos; o Partido Socialista, 22 minutos e 19 segundos; o Partido Social Democrata, 28 minutos e 30 segundos; o CDS-PP, 12 minutos e 29 segundos; o Bloco de Esquerda, 50

segundos; o Partido Comunista Português, 1 minuto e 20 segundos e o PPM, 1 minuto e 20 segundos.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Vamos então passar às intervenções de tribuna.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Moreira.

Deputado Duarte Moreira (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As minhas primeiras palavras são dirigidas a todos aqueles que fazem da atividade agrícola, pecuária e das pescas, o seu modo de vida e que, com o seu trabalho, ajudam a criar riqueza e a contribuir de forma significativa para o desenvolvimento e coesão regional, muitas vezes sob condições adversas, como se tem verificado nas últimas semanas.

A apresentação das Orientações de Médio Prazo e do Plano Regional Anual 2013, surge numa fase de enorme contração económica, de redução drástica da procura interna, ao que se junta agora, também, a diminuição da procura externa, como demonstra o abrandamento das exportações portuguesas, aliada a uma espiral de desemprego e de redução de rendimento real das famílias, fruto das políticas do Governo da República do PSD-CDS/PP.

Este é também o último ano de aplicação do atual quadro comunitário de apoio, que vigorou entre 2007-2013, relevando para o caso os programas “POSEI” relativo às ajudas diretas aos agricultores e o “PRORURAL” – Programa de desenvolvimento rural, ambos para a agricultura e o “PROPESCAS” – programa de apoio ao investimento no âmbito do fundo europeu de pescas.

Estes são aspetos que não podem deixar de ser tidos em conta na apresentação e discussão da proposta de Plano de Investimento aqui em apreciação, no âmbito da nova Secretaria Regional dos Recursos Naturais, concretamente os programas 2- Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, e o programa 3- Pescas e Aquicultura.

Relativamente à Agricultura, um dos principais pilares da economia regional o mesmo conheceu um grande desenvolvimento quer ao nível das infraestruturas, na reestruturação agrícola, na modernização e diversificação das explorações e indústrias e no aumento do nível de formação e conhecimentos dos agricultores, o que aliado a um bom programa de ajudas diretas às produções locais, através do POSEI, teve um impacto significativo, em particular nas fileiras do leite e da carne, mas também nos designados sectores da diversificação, cujos números não deixam dúvidas da sua evolução, como se pode constatar nos resultados do recenseamento geral da agricultura de 2009, e dos indicadores regionais.

As orientações a médio prazo, 2013-2016, têm como principal objetivo, aumentar o rendimento da produção regional, através do incremento das exportações e da contribuição que o sector pode dar para a contínua redução das importações.

Há que continuar a trilhar este caminho, há que continuar a investir em infraestruturas de ordenamento agrário, na modernização das fileiras regionais, no aumento de competências, na investigação e desenvolvimento, investindo-se também na redução dos custos de produção e na diminuição da dependência do exterior, bem como no trabalho junto dos mercados, através de ações de promoção e fomento ao consumo de produtos da marca “Açores”, medida que consta da Agenda Para a Criação de Emprego e Competitividade Empresarial.

Na proposta de Plano 2013, destaca-se, pela sua importância estratégica, a conclusão do laboratório regional de veterinária, infraestrutura fundamental na alavancagem da qualidade e diversificação dos produtos locais, potenciando a fidelização junto dos consumidores.

As medidas previstas na já referida “Agenda Açoriana Para a Criação de Emprego e Competitividade Empresarial” com aplicação na agricultura, entre outras, a já referida criação da “Marca Açores”; o fomento das exportações; a redução dos custos de transporte aéreo; o projeto “Terra Açores”; o programa

de estágios profissionais; o programa para potenciar o sector Vitivinícola; e o programa para rentabilizar a Fileira da Madeira, constituem contributos importantes para a criação de riqueza e de emprego, num sector que tem mantido e até aumentado os seus postos de trabalho.

A Região Autónoma dos Açores, pelo seu posicionamento geográfico, apresenta um carácter singular no contexto nacional e europeu, sendo o seu desenvolvimento económico e social fortemente condicionado pela insularidade e afastamento, bem como pela dispersão do seu território, sendo uma das Regiões Ultra Periféricas da Europa, estatuto consagrado no artigo 349.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia.

As especificidades das ilhas representam oportunidades para a produção regional diferenciada e as suas características edafoclimáticas dão aos Açores condições favoráveis para a produção pecuária e agrícola, que continuarão a ser potenciadas.

É pois fundamental, numa fase em que o Parlamento Europeu aprovou um conjunto de alterações às propostas de reforma da Política Agrícola Comum (PAC), continuar a apoiar, no âmbito do Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020, a modernização e o rendimento dos agricultores dos Açores, em particular quando o mesmo Parlamento Europeu votou pelo fim do regime de quotas leiteiras, contrariando os estudos que apontam para a importância da manutenção deste regime, como tem sido defendido pelo Partido Socialista e diga-se por esta Assembleia e pelo Governo dos Açores.

A Agricultura dos Açores irá continuar a ser vista numa ótica de desenvolvimento sustentável, de aumento da produtividade sem afetar a capacidade de uso dos solos e da água, produzir alimentos sãos, seguros e de qualidade, de valorização das produções diferenciadas, geradora de rendimento suficiente à subsistência das explorações, de preservação da biodiversidade,

melhoradora da qualidade de vida em meio rural e de reforço da economia regional.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A pesca constitui outro pilar fundamental da economia regional e uma das principais fontes de exploração do mar, representando 3,6% do PIB, empregando cerca de 5% da população ativa, tendo o valor do pescado descarregado em lota ultrapassado os 36,7 milhões de euros no ano de 2012.

Os investimentos verificados nos últimos anos, quer através do PROPESCAS, em que foram executados mais de 18,8 milhões de euros, muito em particular em novos portos de pesca e condições de armazenamento e conservação do pescado, bem como o investimento, através do Orçamento da Região, em novas embarcações, mais modernas, mais seguras, com melhores condições de habitabilidade e com maior autonomia, num investimento superior a 21,4 milhões de euros desde 1996, devem dar lugar a uma nova fase de investimento público, muito em particular na valorização do pescado, numa melhor proteção da área marinha à volta dos Açores, no âmbito da Política Comum das Pescas, reservando-a para a frota da Região, pescando-se de forma mais organizada e mais sustentável, evitando-se a sobre-exploração dos recursos.

Reveste-se também como fundamental o reforço das parcerias ao nível da investigação científica e no conhecimento, de forma a apoiar a decisão e a fundamentar novas políticas para o setor, nomeadamente as ligadas à proteção e gestão dos recursos.

Como ideias fortes para os próximos anos no sector das pescas, sublinho:

- A manutenção dos apoios à investigação pesqueira no Mar dos Açores;
- A manutenção dos apoios aos armadores da frota regional de pesca;
- A manutenção dos apoios às Associações do sector no âmbito dos bons serviços prestados;

- A manutenção dos mecanismos de apoio aos pescadores, como compensação por períodos de mau tempo (nomeadamente o FUNDOPESCA);
- A implementação segura e decisiva na aquicultura, de forma a diminuir a diferença relativa da produção de pescado por esta via, relativamente ao verificado internacionalmente, contribuindo-se para o “alívio” dos bancos de pesca;
- A implementação da “Marca Açores” ao pescado e produtos da pesca, imprimindo a esta atividade uma imagem amiga do ambiente.

No que ao Plano de investimentos para 2013 diz respeito, é de realçar o reforço em 14% no Plano da responsabilidade do orçamento regional (ORAA) e de 8% do total do investimento, comparativamente ao ano de 2012, destacando-se as infraestruturas portuárias, entre elas os investimentos previstos para o porto de pesca de Rabo de Peixe, com uma dotação superior a 9 milhões de euros.

Esta obra, que dará melhores condições de segurança aos profissionais da pesca daquela comunidade e da costa norte de S. Miguel, e a par do compromisso de legislatura para a requalificação do Porto da Casa, na ilha do Corvo, fechará um ciclo de investimento em infraestruturas portuárias de grande qualidade e segurança.

Com isso, todas as ilhas da Região Autónoma dos Açores estarão dotadas de excelentes condições para o exercício das diversas profissões existentes nesta fileira, desde a captura até à comercialização, valorizando, por esta via, este produto que, como se sabe, é muito sensível.

Hoje, este sector encontra-se melhor preparado para enfrentar os novos desafios que se adivinham.

O caminho feito até aqui, com o investimento em portos, estruturas de apoio em terra, renovação da frota e formação, proporcionarão aos profissionais, exercer

a pesca mais longe e mais fundo, porque, não temos dúvidas, o futuro passará mais pela valorização dos produtos da pesca e pela diversificação das pescarias, do que pelo aumento do esforço de pesca ou pela sobre-exploração de espécies demersais.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As dificuldades, que não escondemos, e os desafios que temos pela frente, apelam ao nosso melhor esforço, ao nosso empenho e capacidade de inovação, mas acreditamos num sector agrícola e num sector das pescas com viabilidade económica e social, com crescente eficiência na utilização dos recursos, norteado por princípios da sustentabilidade.

Acreditamos nos seus profissionais, cada vez mais preparados, desde a produção até à distribuição passando pela transformação, como se aponta nas orientações a médio prazo, podendo os agricultores, os pescadores e restantes operadores das fileiras produtivas regionais, continuar a contar com o apoio e o trabalho do Partido Socialista, deste Grupo Parlamentar e do Governo dos Açores.

Disse!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Não havendo, para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Luís Garcia.

Deputado Luís Garcia (PSD): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Encontramo-nos a debater aqueles que são, a par do programa do governo, os documentos mais importantes da governação.

Um dos aspetos que devemos avaliar nestes documentos é a sua coerência com o discurso e com as propostas eleitorais.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: E no domínio dos aspetos relacionados com o Mar importa afirmar com desassombro que estes documentos não são coerentes com os discursos e com as palavras ditas e reditas.

O PS passou a campanha eleitoral a prometer que o Mar seria, agora, a grande aposta da sua governação.

Tal discurso parecia antever a atribuição de uma grande prioridade ao mar e às questões com ele correlativas.

Porém, o governo tarda em evidenciar e a mostrar na prática tal aposta.

Começou por esconder o mar na sua orgânica.

No debate e no próprio programa do Governo não se percebeu qual era a política do governo para o mar.

E, agora, constata-se que uma das grandes lacunas do plano para 2013 é a inexistência de uma verdadeira estratégia para operacionalizar a prometida aposta no mar.

Nestes documentos estruturantes não há uma única referência, não há uma única linha para a economia do mar.

Numa Região em que os indicadores demonstram que a economia travou de forma assustadora menosprezar o potencial da economia do mar é, no mínimo, incompreensível.

Deputados João Bruto da Costa e Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Se ao nível de uma política integrada para o mar estes documentos primam pela omissão, ao nível mais específico das pescas a característica é a falta de inovação.

Anunciam-se mais milhões para infraestruturas mas as políticas e as medidas são as mesmas do passado.

E se dúvidas existem desafio-vos a compararem o capítulo dedicado às pescas que faz parte das orientações de médio prazo 2009-2012 com o agora em análise, relativo ao período 2013-2016. São parágrafos inteiros copiados.

Porém, a diferença que nos parece mais substancial entre esses dois documentos tem a ver com a mudança de estratégia do governo em relação à defesa das 200 milhas.

O caminho jurídico até agora teimosamente prosseguido parece, a crer no que está escrito nas orientações de médio prazo 2013-2016, que dará lugar a outro mais racional e eficaz, que há muito defendemos, baseado numa abordagem ambiental sólida e cientificamente fundamentada, no contexto da defesa do princípio das zonas biogeograficamente sensíveis.

Este caminho, aliás, já começou a dar frutos como aconteceu recentemente na aprovação do Regulamento Base da Política Comum de Pescas em que conseguimos que passassem a ser consideradas medidas específicas destinadas a proteger as zonas identificadas como sendo biogeograficamente sensíveis, como os montes submarinos em torno das regiões ultraperiféricas.

Esta vitória confirma a eficácia deste caminho em detrimento daquele que foi seguido anteriormente pelo Governo.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O setor das pescas vive um momento difícil e de incertezas, resultado de problemas conjunturais e estruturais profundos.

O rendimento dos nossos pescadores decresce.

As capturas diminuem em consequência da diminuição dos recursos haliêuticos pelo que não é possível nem desejável aumentar o esforço de pesca.

A frota para as pescarias que fazemos está sobredimensionada, fruto de um erro político que o Governo agora reconhece e, por isso, aponta como objetivo o abate da frota.

Paradoxalmente, a modernização encetada na nossa frota não a capacitou para pescar em outras áreas.

As empresas públicas do setor vivem constrangimentos financeiros graves que são mais um problema.

A diversificação tantas vezes apontada tarda a acontecer.

Plano após plano a aquacultura é apontada como uma prioridade mas sempre sem resultados práticos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: A pesca turismo é uma opção não considerada.

A valorização do pescado exige novos e inovadores caminhos ao nível da transformação e uma rede de transportes eficaz e competitiva.

A qualificação dos recursos humanos e a dignificação das profissões da fileira das pescas é outro desafio que urge assumir.

O diagnóstico está feito. Agora é tempo das soluções.

Não basta, pois, anunciar mais milhões, o setor precisa de políticas adequadas.

O novo quadro de financiamento europeu que se avizinha, exige de políticos responsáveis uma reorientação das políticas e da aplicação dos respetivos meios financeiros de forma a procurarmos e a podermos ter resultados diferentes.

Se fizermos tudo da mesma forma obteremos resultados semelhantes. Seria de todo imperdoável que não aproveitássemos melhor mais esta oportunidade e que em 2020 viéssemos a estar novamente confrontados com os mesmos problemas.

Fica, pois, o apelo; fica, pois, o desafio para que haja disponibilidade governamental para novas, audazes e inovadoras soluções para este que é um importante setor económico da Região.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: E que na busca desse desiderato se cultive e mantenha o envolvimento ativo de todo o setor, bem como se potencie a mais-valia que é para os Açores a qualidade da nossa investigação científica.

O PSD/Açores não é responsável pelos problemas que afetam as pescas açorianas mas, também neste setor, disponibiliza-se para estar do lado das soluções.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Silveira.

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Estamos a analisar um dos Planos e Orçamentos regionais mais reduzidos da última década, fruto da má gestão e das irresponsabilidades do Partido Socialista.

Numa altura em que se vive uma das piores crises de sempre do País, e por conseguinte nos Açores, temos um Governo Regional que não soube, com base na nossa Autonomia, criar condições para ajudar verdadeiramente as famílias e as empresas.

Temos um Governo que apregoa *superavits*, que afirma continuamente ter estabilidade e sustentabilidade financeira e equilíbrio nas contas públicas.

Estes argumentos são contraditórios com o facto deste mesmo Governo apresentar a esta Casa um Plano e um Orçamento que não vão ao encontro dos compromissos assumidos com os Açorianos e, em especial, para com aqueles

que vivem verdadeiros momentos de angústia, pois nestes documentos o Governo corta no apoio à Solidariedade Social, à Educação, à Agricultura, à Competitividade Económica...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: A verdade é que temos uma Região com taxas de desemprego jovem elevadíssimas, com a maior taxa de RSI do País, com insolvências de empresas, com hotéis a fechar, com o sector primário a definhar...

Exemplo prático do que atrás se disse é a Ilha de São Jorge que após 16 anos de sucessivas governações do Partido Socialista nos trouxeram até este estado calamitoso em que vivemos.

Vejamos:

Temos um sector cooperativo tecnicamente falido; temos uma Conserveira com um passivo insustentável, que faz com que tenha, ano após ano, prejuízos de centenas de milhares de euros; temos uma Escola Profissional à beira do colapso; temos o sector da construção civil a mandar diariamente pessoas para o desemprego por falta de investimento público.

Aliás, e por falar em falta de investimento público, não é demais lembrar que o PS assumiu muitos compromissos com os Jorgenses. Estamos no último ano do atual quadro comunitário de apoio e muito ficou por cumprir:

- Aumento do cais acostável do Porto Comercial de São Jorge;
- Porto do Topo;
- Ligação Marítima Calheta/Angra do Heroísmo;
- Novos barcos de transportes de passageiros e viaturas;
- Núcleo de recreio náutico da Calheta;
- Perímetros Agrícola Ribeira Seca/Biscoitos;
- Sala de desmancha do Matadouro de São Jorge;
- Parque de exposições de Gado;
- Escola Básica da Calheta;

-Parque de Campismo da Caldeira do Santo Cristo;...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: -Heliporto da Calheta;

-Lar de Idosos de Santo Antão e Topo;

-Museu Francisco Lacerda.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Todos estes compromissos do Partido Socialista reivindicamos que sejam dados aos Jorgenses por aquilo que foi o seu compromisso. Não pedimos mais do que isso.

Se estes compromissos tivessem sido cumpridos não teríamos uma Ilha com uma economia mais estável, com menos desemprego? Certamente que sim.

É caso para dizer que, para o PS, compromisso assumido não é compromisso cumprido!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Outro dos grandes erros das Governações Socialistas foi não passar do discurso à realidade, no que se refere ao desenvolvimento da coesão dos Açores. Fruto disso temos ilhas a perder população, ano após ano; Ilhas que, por si só, são mais frágeis e que estão com populações envelhecidas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: Exemplo disso é também a Ilha de São Jorge que, na última década, perdeu mais de 20% da sua população jovem, por não lhes ser dada oportunidade de emprego após os estudos.

Deputado Nuno Melo Alves (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Podem chamar-lhe o que quiserem, mas para o CDS-PP esta falta de políticas de combate à desertificação e à fixação dos jovens na sua terra é, indiretamente, um convite à imigração...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: É o mesmo que lhes dizer: vão e não voltem!

Em suma, temos um Plano e um Orçamento regionais que prejudicam gravemente a Ilha de São Jorge, reduzindo o investimento público em sensivelmente 10 milhões de euros (menos 21%), em relação ao ano transato, o que é bem demonstrativo da discriminação que têm para com esta Ilha.

Perante isto tomo a liberdade de lançar um desafio aos Srs. Deputados do Partido Socialista eleitos pela ilha de São Jorge: não continuem a puxar São Jorge para baixo, mas juntem-se a nós a puxar São Jorge para cima,...

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ...na defesa intransigente daqueles que nos elegeram.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP e de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado Rogério Veiros tem a palavra.

(*) **Deputado Rogério Veiros (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Luís Silveira, se há alguém que acredita no futuro dos Açores, no futuro do nosso país e no futuro da ilha de São Jorge são os socialistas, este Grupo Parlamentar e aquele Governo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quem diria!

O Orador: Se há alguém que jamais incentivará os jovens a emigrar não é este Governo do Partido Socialista nem os socialistas,...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ...mas sim a maioria que o senhor apoia lá fora...

Deputado Berto Messias (PS): O seu amigo Miguel Relvas!

O Orador: ...e que o Sr. Artur Lima é Vice-Presidente de um dos partidos.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Depois gostaria de lhe dizer, Sr. Deputado, que é verdade que há matérias que ainda faltam cumprir em São Jorge, mas uma verdade, essa, ninguém nos tira, é que se há Governo que tem investido em São Jorge, esse governo tem sido os governos do Partido Socialista e a obra está lá à vista e a confiança dos jorgenses no Partido Socialista solidifica-se ato eleitoral após ato eleitoral, ao contrário daquilo que era esperado por V. Exa.

Por isso, Sr. Deputado é verdade que ainda há obras que estão por fazer, mas nós vamos cumpri-las e os jorgenses sabem que nós as vamos cumprir e vamos fazê-las, mas queria-lhe dizer que mesmo que nós tivéssemos executado todas as obras do nosso manifesto eleitoral, tudo aquilo que nós queremos fazer por São Jorge, nós não conseguiríamos dar a volta ao problema da austeridade imposta atualmente aos portugueses, porque isso sim é que atrofia a nossa economia e atrofia uma economia mais isolada, como é a economia de uma ilha pequena como São Jorge.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é falso!

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): E o porto da Calheta, Sr. Deputado?

O Orador: E por isso Sr. Deputado os jorgenses podem continuar a confiar no Partido Socialista, porque o Partido Socialista honrará os seus compromissos e continuará ao lado dos jorgenses o tempo que for necessário e que eles confiarem em nós para continuarmos ao lado deles.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Há 10 anos que S. Jorge definha!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Silveira.

(*) **Deputado Luís Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Rogério Veiros, mais do que o CDS-PP estar a definhar ou não, mais do que o Partido Socialista ter ato eleitoral após ato eleitoral maiores vitórias na ilha de São Jorge, aquilo que é inegável e que não se pode negar nesta casa é o facto de São Jorge estar à beira do colapso.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Esta é uma grande verdade e esta verdade não é de há um ano ou de há um ano e meio a esta parte, quando o Governo da República do PSD-CDS tomou posse.

A desertificação dos jovens na nossa ilha acabei de dizer: na última década (10 anos) perdemos mais de 20% da população jovem.

Deputado Nuno Melo Alves (CDS-PP): 10 anos!

O Orador: Essa é uma responsabilidade do Partido Socialista e do Governo Regional dos Açores. Não é nem do CDS, nem do PSD na República.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Estas tendências demográficas têm 20 anos!

O Orador: Até porque lembrando as palavras do ex-presidente do Governo do Partido Socialista, Carlos César, na sua campanha, nas regionais de 2008, dizia que nós tínhamos a “menor taxa de desemprego da Região, fruto da boa governação do Partido Socialista dos Açores.”

Deputado Francisco César (PS): Temos a segunda mais baixa!

O Orador: Onde é que está a boa governação agora quando temos das taxas mais elevadas do país em termos de desemprego jovem?

É essa a verdade.

Deputado Francisco César (PS): O país está arruinado devido às vossas políticas!

O Orador: Sr. Deputado Rogério Veiros, que responsabilidade tem o Governo da República em nós termos um setor cooperativo da forma que temos?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Quem trouxe o setor cooperativo ao estado em que ele está, quem visou este Plano e quem se fartou de o dizer, quem criou a unificação e quem criou estruturas que hoje são insustentáveis foi o Partido Socialista.

Deputados Artur Lima (CDS-PP) e Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Portanto, não se podem ilibar dessa responsabilidade com a gestão do Governo da República, porque os senhores fartam-se de dizer nesta casa que a oposição, incluindo o CDS, puxa os Açores para baixo, porque falam mal ou porque alertam sobre aquelas que são as dificuldades da nossa Região.

O que os senhores fazem todo o dia aqui é a desresponsabilizarem-se, responsabilizando o Governo da República pelas más políticas e pelos maus investimentos que os senhores têm colocado em prática nesta Região.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: É essa a verdade e essa é uma irresponsabilidade da sua parte, Sr. Deputado.

Deputado Francisco César (PS): Falam mal dos Açores para iludir os açorianos!

O Orador: E depois quero-lhe dizer outra coisa, Sr. Deputado.

Deputado Berto Messias (PS): Seja sério!

O Orador: O facto de nós hoje estarmos como estamos em São Jorge, de São Jorge ter hoje, neste orçamento, uma diminuição na ordem dos 100 ou 102 milhões de euros em relação ao ano passado, é isso que o senhor tem de explicar.

Por que é que São Jorge perde nessa ótica 10 milhões, Sr. Deputado?

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não se faz um aeroporto duas vezes!

O Orador: Mais uma vez se prejudica São Jorge e se prejudica São Jorge em detrimento de não se cumprir aquilo que são os compromissos do Partido Socialista.

Sr. Vice-Presidente, não precisa de fazer outro aeroporto, precisa de cumprir aqueles que são os compromissos do Partido Socialista...

Deputado José Ávila (PS): Faz-se mais um aeroporto?

O Orador: ...que ali foram ditos e que não foram feitos e por isso o discurso do Sr. Vice-Presidente que compromisso do Partido Socialista é compromisso cumprido é uma grande inverdade em relação a São Jorge. Há muito para fazer. Não continuem a prejudicar aqueles que são mais frágeis em detrimento de continuar a favorecer aqueles que têm mais estabilidade económica.

Muito obrigado.

Deputados Nuno Melo Alves (CDS-PP) e Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Veiros.

Deputado Nuno Melo Alves (CDS-PP): Lá vem o choradinho!

(*) **Deputado Rogério Veiros (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado, de forma telegráfica e rápida, porque o nosso tempo não nos permite mais,...

Deputado Nuno Melo Alves (CDS-PP): Têm pouco tempo?!

O Orador: ...mas queria dizer-lhe que estar ao lado dos jorgenses é estar ao lado daquilo que nós fizemos na intervenção na Santa Catarina,...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): E o porto da Calheta, Sr. Deputado?

O Orador: ...salvando 125 postos de trabalho que São Jorge bem precisa, porque em São Jorge há senhoras que se levantam de madrugada...

Deputado Nuno Melo Alves (CDS-PP): Não me diga!

O Orador: ...para trabalhar e produzir um produto de excelência, num projeto no qual nós acreditamos, em que este ano fizemos baixar o seu passivo e que será um projeto de sucesso para a ilha de São Jorge. É estando ao lado dessa gente que trabalha que nós salvamos São Jorge. Não é estar sempre a criticar a gestão de uma empresa que está no caminho certo, que é o caminho das exportações, da produção de um produto de excelência que valoriza os Açores e a imagem dos açorianos.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Fale das cooperativas, Sr. Deputado!

O Orador: Ao lado do setor cooperativo estará este Governo e continuará a estar como sempre esteve, porque hoje nós temos um setor cooperativo que tem melhores índices de produtividade graças ao trabalho dos seus produtores...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É falso!

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: ...que merecem a nossa colaboração e terão a nossa colaboração e continuarão a ter, Sr. Deputado, continuaremos a estar ao lado deles e vamos cumprir tudo aquilo que foi dito em campanha eleitoral.

Agora uma coisa é certa: trabalharemos ao lado do setor cooperativo para que daqui a alguns anos não voltaremos a ter os problemas que estamos a enfrentar. Nós precisamos do setor cooperativo forte para termos uma ilha forte na produção de um produto de excelência que é âncora para todos os Açores.

Deputado Cláudio Almeida (CDS-PP): E o porto da Calheta, Sr. Deputado?

O Orador: Por isso, Sr. Deputado, as obras que nós nos comprometemos a fazer, vamos fazê-las e são obras de legislatura. O aumento do porto comercial de São Jorge e outras obras que são compromissos nossos,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E o porto da Calheta para ver se o barco vai lá?

O Orador: ...serão compromissos para cumprir e são compromissos desta legislatura para com os jorgenses e para com o Partido Socialista.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isto é a defesa da falência!

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Também é a pessoa indicada!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Silveira.

(*) Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Estar ao lado dos jorgenses, na sua opinião, é o facto de nós termos uma indústria (Santa Catarina), que foi muito bem adquirida pelo Partido Socialista e pelo Governo, que ainda no ano que acabou de 2012 apresentou um saldo negativo,...

Deputado Rogério Veiros (PS): Até parece que não!

O Orador: ...um passivo na ordem dos 2,5 milhões de euros, por não ter capacidade de sustentar o passivo que tem, apresentou um saldo negativo de sensivelmente de 2,5 milhões de euros.

Deputado Francisco César (PS): Está a empregar mais gente!

Deputado Rogério Veiros (PS): Baixou o seu passivo!

O Orador: Sabe o que é que as tais cento e tais senhoras que se levantam às 5 da manhã para ir trabalhar sentem?

É isto que elas me dizem: instabilidade. “Nós não sabemos por quantos dias vamos ter este emprego.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: E cada dia que nos levantamos, levantamo-nos a pensar se chegamos lá e não temos emprego.”

Deputado Rogério Veiros (PS): O senhor quer fechar a empresa?

O Orador: É isso que elas me transmitem e o senhor sabe porque também lho dizem a si. É essa a verdade.

Não quero fechar a empresa, quero que os senhores resolvam o passivo da empresa...

Deputado Rogério Veiros (PS): É o que estamos a fazer!

O Orador: ...para que nós continuemos a ter um produto de excelência, continuemos a ter cento e tal senhoras a produzir o bom produto que produz a fábrica de Santa Catarina.

Deputado Rogério Veiros (PS): O senhor tem que saber o que é que quer!

O Orador: Em relação ao setor cooperativo só lhe deixo aqui um desafio e espero ter a sua resposta: se o senhor concorda com o plano que este Governo apresentou ao setor cooperativo para resolver o seu problema de um passivo na ordem dos 15 milhões de euros?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): 15 milhões?

O Orador: Se concorda ou não concorda com a solução apresentada? É isso que os agricultores esperam ouvir da sua boca e hoje espero aqui uma resposta de si.

Deputado Francisco César (PS): Vamos saber isso em breve!

O Orador: É isso que quero ouvir, que os jorgenses querem ouvir e que os tais produtores que o senhor diz e bem, que produzem bem, que conseguiram ter um

dos melhores produtos dos Açores, querem saber se vão receber o seu dinheiro, como e quando.

É essa a grande questão.

Depois, para finalizar, quero dizer uma coisa, Sr. Deputado, pela primeira vez o Conselho de Ilha de São Jorge que é apartidário, porque lá estão todas as forças políticas representadas, inclusive o Presidente da Câmara das Velas do Partido Socialista, o provável candidato do Partido Socialista à Câmara das Velas, deram um parecer por unanimidade negativo a este Plano e Orçamento da Região. Não sou eu que o digo, é o Conselho de Ilha, Sr. Deputado.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Que vergonha!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem, Sr. Deputado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Veiros.

(*) **Deputado Rogério Veiros (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima tenha calma, porque no Partido Socialista quem tem opinião por vezes contrária,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Diga lá!

O Orador: O Partido Socialista de São Jorge não é o CDS-PP de São Miguel...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ...e por isso todos têm direito a ter opinião plural dentro do Partido Socialista.

Relativamente à questão do protocolo, não tenho tempo, mas quero aqui deixar registado. A proposta de protocolo que foi feita pelo Governo Regional ao setor cooperativo de São Jorge espelha aquilo que foi a proposta defendida durante a campanha eleitoral pelo candidato Vasco Cordeiro.

Aguardamos as repostas do setor cooperativo e quero aqui dizê-lo de forma totalmente séria, porque o assunto é muito sério. Não é hora de cada um olhar para a sua capelinha ou para o seu umbigo. É hora de todos trabalharem, de agarrarem e de ajudarem o setor cooperativo de São Jorge, nomeadamente os nossos produtores que todos os dias produzem um produto de excelência...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor é que deu cabo deles!

O Orador: ...para garantir a sustentabilidade daquele setor.

O Governo e o Partido Socialista estarão ao lado dos agricultores e esperemos que todos saibam estar de forma responsável e muito equilibrada para resolver um assunto que é importantíssimo para o futuro da ilha de São Jorge.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor é a pessoa indicada para resolver o problema! É especialista em falência!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Silveira.

Alerto que tem apenas 2 minutos.

(*) **Deputado Luís Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Rogério Veiros, a sua preocupação mais do que defender os jorgenses é o CDS de São Miguel e o Governo da República do CDS-PSD.

A sua preocupação deviam ser o problema que os produtores de leite de São Jorge levam até a si, como trazem até a mim, que é: há 6 e há 7 meses que não recebem o dinheiro do seu produto.

Deputados Artur Lima (CDS-PP) e Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: É esse o problema, é essa a questão que está no ar e o senhor foge e chuta para canto não respondendo concretamente como é que se vai resolver o problema. É isso que os jorgenses esperam de si e é isso que o senhor não é capaz de responder nesta casa.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): É uma vergonha!

O Orador: O senhor que acusa o CDS, que acusa todos os partidos da oposição de puxarem mais uma vez São Jorge para baixo, não há ninguém que esteja a puxar mais São Jorge para baixo que seja os deputados do Partido Socialista...

Deputado Nuno Melo Alves (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS-PP)

O Orador: ...que mesmo sabendo que estão a prejudicar quem os elegeu continuam a defender aqui dentro essas políticas.

Deputado Domingos Cunha (PS): Não apoiado!

O Orador: Depois dizer uma outra coisa. Se a resposta que o senhor tem para os produtores de leite de São Jorge é dizer que eles estão preocupados com a sua capelinha e com o seu umbigo, está tudo dito, Sr. Deputado.

Deputado Rogério Veiros (PS): Não ouvi uma única proposta!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Sr. Vice-Presidente tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para reafirmar duas coisas essenciais.

Em relação à avaliação sobre o grau de cumprimento dos nossos compromissos na legislatura anterior penso que os açorianos, e particularmente os jorgenses, avaliaram e deram a resposta. **Deputado Ricardo Cabral (PS):** Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é soberba! Foram enganados!

O Orador: Portanto, sobre esta matéria estamos conversados. Segundo aspeto essencial: reafirmo aquilo que disse na minha intervenção inicial. Todos os compromissos que assumimos com os açorianos nas 9 ilhas dos Açores...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Foram enganados!

O Orador: ...serão integralmente cumpridos nesta legislatura. O que os senhores não podem pedir é que antes de termos aprovado o primeiro instrumento que operacionaliza a nossa ação governativa, possamos já ter cumprido aquilo com que nos comprometemos para 4 anos.

Deputados Francisco César e Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: Neste contexto, afirmamos aqui aquilo que sempre dissemos e que os açorianos reconheceram no ultimato eleitoral. Para nós compromisso assumido é compromisso cumprido.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mas não é assim em todo o lado?!

Deputado Jorge Macedo (PSD): E na SINAGA?

O Orador: É isso que fizemos, é isso que vamos fazer, é isso que continuaremos a fazer, porque para nós, felizmente, nos Açores não há uma realidade antes das eleições e uma realidade depois das eleições.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ai, há!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Francisco César (PS): Que humilhação, Sr. Deputado!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

O Sr. Deputado Luís Silveira pede a palavra. Tem 1 minuto e meio.

(*) **Deputado Luís Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente, dizer e relembrar-lhe o seguinte.

As promessas do Partido Socialista que o senhor diz - compromisso feito é compromisso cumprido - não corresponde à realidade. Sabe por quê?

Porque esses compromissos ali enumerados por mim, ali naquela tribuna, não são desta legislatura, são de há 12 anos, de há 8 anos,...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Os jorgenses já avaliaram isso!

O Orador: ...de há 4 anos e o primeiro instrumento que o senhor fala, o senhor já teve dois instrumentos. O senhor já gastou um quadro comunitário, já gastou outro quadro comunitário, já vai para o terceiro e as obras continuam por cumprir.

Deputado Cláudio Almeida (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Não são de agora, são de há 12 anos, Sr. Vice-Presidente.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Agora sim, parece não haver mais inscrições.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): O senhor trabalha à terça e à sexta!

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Se quiser formação!

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Aceito! E a respetiva remuneração!

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Para o formador!

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Não! Para o formando!

Presidente: Peço atenção aos Srs. Deputados.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Maciel para uma intervenção.

Deputado Luís Maciel (*PS*): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A definição das políticas e opções em matéria de ambiente, e gestão dos nossos recursos, são verdadeiramente estratégicas para determinar que região queremos ser no futuro, e para a nossa capacidade de valorizar e promover o nosso património e colocá-lo ao serviço dos açorianos, e ao serviço de toda a humanidade.

Um dos grandes desafios passa pela preservação e valorização do nosso património natural. Neste âmbito é fundamental prosseguir o combate às espécies de flora invasora que nalgumas ilhas ameaçam de forma preocupante

os nossos ecossistemas nativos, colocando em risco muitos dos seus serviços fundamentais. A preservação do nosso património natural é um desígnio que todos temos de perseguir. Temos de o conseguir pela importância que a biodiversidade desempenha no equilíbrio dos ecossistemas, no equilíbrio hídrico e na manutenção da paisagem das nossas ilhas, e pelo valor que os nossos ecossistemas representam para a humanidade enquanto santuários de cerca de 500 espécies endémicas únicas que caracterizam os nossos ecossistemas terrestres e marinhos.

A correta gestão e valorização dos nossos recursos hídricos é outro desígnio que teremos de prosseguir, nomeadamente os trabalhos de recuperação e proteção das nascentes e massas de água da região, bem como assegurar a limpeza e desobstrução das linhas e cursos de água, como medida essencial para garantir a segurança das nossas populações. Mais do que um recurso inestimável de que dispomos, as nossas ribeiras e lagoas são elementos determinantes da caracterização da nossa paisagem, e uma imagem de marca do que melhor temos a oferecer a quem nos visita.

Outra área absolutamente central é a Gestão dos Resíduos nos Açores. Após o início da construção da rede dos Centros de Processamento de Resíduos dos Açores, será necessário prosseguir para a construção das centrais de valorização de resíduos nas ilhas de S. Miguel e Terceira. Desta forma será possível terminar com a deposição de resíduos nas nossas ilhas e proceder à sua expedição e valorização.

As políticas relativas ao ambiente e à sustentabilidade dos nossos recursos são estratégicas para o nosso futuro e os seus efeitos e impactos são transversais a muitos outros sectores de atividade. Neste sentido temos de tirar partido do facto da produção da nossa atividade económica, nomeadamente os produtos resultantes da agricultura, da pesca e do turismo serem obtidos numa região

ambientalmente sustentável, a partir de práticas tradicionais que respeitam o bem-estar animal e a utilização sustentável dos recursos.

A Marca AÇORES, que está a ser desenvolvida pelo Governo Regional como forma de promoção da produção resultante da nossa atividade económica, terá no nosso património ambiental um aliado, e deverá estar associada a uma região ambientalmente sustentável onde são obtidos produtos naturais e saudáveis obtidos de forma amiga do ambiente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os Governos dos Açores do Partido Socialista têm um património inquestionável em matéria de políticas de ambiente, tendo a região dados passos gigantescos nesta área nos últimos anos.

Apesar da difícil situação que atravessamos, motivada por uma conjuntura nacional e internacional adversa, com efeitos inevitáveis sobre a nossa Região, o Governo Regional soube dar as respostas necessárias e indispensáveis. Este facto atesta bem a inteligência, a capacidade e a visão de, não só, atender às prioridades do momento, mas sobretudo de planear a médio e longo prazo, de modo a preservar e valorizar o nosso património e a transformá-lo num ativo estratégico para a nossa Região.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): E a Lagoa das Sete Cidades?

O Orador: Podemos concluir que nem a crise internacional nem os fortes constrangimentos que Portugal atravessa desviam o Governo e o Partido socialista do arrojado propósito de fazer dos Açores uma região de referência em termos ambientais, no cumprimento do compromisso firmado com os açorianos e ratificado pelo Povo açoriano no passado mês de outubro.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Cláudio Almeida (PSD): E a intervenção nas lagoas?

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): As coisas boas incomodam, não é?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Não havendo, para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Exa. Sra. Presidente da Assembleia, Exas. Sras. e Srs. Deputados, Exa. Sra. e Exmos. Srs. Membros do Governo:

Queria começar por saudar o único membro do Governo que só falou dos Açores e não culpou a República pelo que quer que fosse. Portanto, queria-lhe dar os parabéns Sr. Secretário dos Recursos Naturais por esse facto.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Falou da sua terra, falou dos Açores e foi isso que viemos aqui discutir.

O Ambiente e o Ordenamento do Território são as áreas da atividade e da ação governativa que podem, e devem, ser a imagem de marca da identidade Regional. “Tocam” todos os outros sectores da política Açoriana e devem marcá-los de uma forma indelével, a bem da promoção, interna e externa, do bom-nome dos Açores, das suas gentes e das suas produções. Não podem ser o parente pobre desta orgânica do Governo como, infelizmente, foi comprovado na passada semana.

Há questões que são inerentes à nossa condição arquipelágica, dotadas de grande imprevisibilidade e que requerem um adequado planeamento e reservas financeiras. Reservas que não temos, infelizmente.

V. Exas. não compatibilizam as dotações orçamentais com as intenções que professam.

Anteontem, quer o Governo, quer a comunicação social, assumiram o valor de 35 MILHÕES de Euros como valor dos prejuízos causados pelas intempéries da passada semana.

Relembro que o mesmo Governo e o líder parlamentar da Bancada do PS assumiram aqui, que procederiam aos ajustamentos e opções orçamentais adequadas a fazer para compensar as populações afetadas pelos temporais da passada semana.

Não estamos a falar de “*peanuts*”! O Valor total do orçamento para 2013 para Ambiente e Ordenamento do Território dos Açores é de cerca de 30 M€! (30,8 como precisou o Senhor Secretário).

O valor a acrescentar às verbas a atribuir à Saúde é também de 30 M€!

O que se gastou na promoção do Turismo Regional, com a falta de resultados que hoje todos reconhecem, também foram 30M€.

É essencial que HOJE, neste debate, o Governo assumira quais as opções que vai fazer! Quais as obras que não vai executar e quais os compromissos que não vai cumprir para colmatar esta situação. É importante que os Açorianos saibam com o que contar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: É que este é, de novo, ano de eleições.

Cada vez mais, a realidade obriga a que a Limpeza e Manutenção das Ribeiras seja uma prioridade Regional. No entanto, não vemos nestes documentos previsionais meios adequados para o efeito ou para apoio às juntas de freguesia, de modo a evitar as situações como as que aconteceram na semana passada, que são cada vez mais frequentes e cujas causas são já demasiado conhecidas e debatidas.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Os Resíduos e o cumprimento do PEGRA serão centrais a toda a governação ambiental dos próximos tempos.

- Qual a avaliação feita pelo governo em relação ao PEGRA?
- Onde estão os “Relatórios de Progresso Bienal” que deveriam ter sido produzidos entre 2007 e 2013?

Estão prontas, ou quase, as estruturas de processamento e triagem de resíduos de ilha, mas muito atrasadas estão as principais unidades de tratamento e valorização de resíduos da Região, que são o Centro de tratamento e valorização energética de S. Miguel (cujo início de construção está previsto para Junho) e o centro de tratamento e valorização pelo processo de pirólise/gaseificação na Terceira (com arranque de construção previsto para o final deste ano de 2013).

Não aceitamos que, nesta fase, se culpem os municípios por quaisquer atrasos na calendarização do PEGRA,...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Ah não?!

O Orador: ...uma vez que foram os governos do PS que o criaram, regulamentaram e deixaram os municípios amarrados ao seu cumprimento sem estarem asseguradas as devidas condições de financiamento dos projetos em causa.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: As responsabilidades são vossas.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Estamos cheios de medo de si!

O Orador: Para que o PEGRA funcione, a parcela da comparticipação do apoio ao transporte marítimo dos resíduos, paga pela ERSARA, é um dos componentes fundamentais.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: O valor previsto nos documentos previsionais (cerca de 92.000€) parece-nos claramente insuficiente para a tarefa a realizar, não garantindo a sustentabilidade do sistema.

Os passivos ambientais existentes na Região têm rapidamente de ser transformados em ativos económicos e ser explorados como tais. A Remoção de Passivos Ambientais tinha uma dotação de 12.610€ em 2012... Tem ZERO euros em 2013.

- Os nossos Percursos Pedestres são uma das formas mais íntimas de ligação entre o Turismo e o Ambiente, bem como um dos maiores chamarizes dos turistas que interessam à Região. Então o que justifica uma redução de verbas de cerca de 50% de 2012 para 2013?

O PSD entende como importantes todos os investimentos nas energias renováveis. A energia Eólica tem sido um enorme sucesso nas ilhas onde foi implementada.

Já no que à Geotermia diz respeito, o caso do projeto geotérmico da Terceira tem sido um amontoado de fracassos que tem custado milhões. Algo tem de ser assumido: ou não há ali condições para se ter energia geotérmica...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Esbanjamento!

O Orador: ...ou o trabalho está a ser mal feito e custa os olhos da cara. Alguém tem de assumir alguma responsabilidade e tomar decisões.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Venha daí o reforço das mini-hídricas, as centrais de biomassa (importantes para ajudar na limpeza de ribeiras e combate à flora invasora), a valorização energética de resíduos e o uso do hidrogénio. Cumpram as promessas!

Quanto às lagoas dos Açores, com particular enfoque para as de S. Miguel, preocupa-nos o facto de as verbas para planeamento e gestão das bacias hidrográficas das Lagoas sofrerem uma descida de quase 6 M€ em 2012 para apenas 644 mil euros em 2013,...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: ...parecendo haver uma transferência dos valores de 2012 para a Requalificação das Margens das Lagoas das Furnas e Sete Cidades.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Para as casinhas!

O Orador: A eutrofização das lagoas deixa de ser um problema prioritário para o governo?

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Oh, senhor, se não requalificar as margens, não se pode resolver o problema da eutrofização das lagoas!

O Orador: Parece que a requalificação das margens das Lagoas das Sete Cidades e Furnas leva o investimento que deveria ser canalizado para a aquisição dos terrenos agrícolas que contribuem com os nutrientes em excesso que aceleram o processo de eutrofização das lagoas.

- No que toca à questão das pragas urbanas, e para que não hajam dúvidas, refiro-me às Térmitas, esperava-se mais.

O resultado do “esforço” deste governo é uma dotação orçamental de APENAS 36.800€ para todas as ilhas dos Açores no Plano de 2013.

Já ouvimos e lemos variadas intervenções do Deputado, Professor Paulo Borges, acerca desta temática. No entanto, a sua competência parece ser pouco reconhecida no Governo e na bancada que o Senhor Deputado apoia.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O custo mínimo para que a “reputada” empresa que andou por cá a fazer testes com recurso a calor húmido para a eliminação das térmitas nos imóveis afetados, se desloque à Região, é de 130 mil euros! É mais que o custo das obras em muitas das casas que requerem intervenção. Ninguém pode pagar isso! Nem os privados nem o público.

Podem V. Exas. vir agora justificar o que bem entenderem quanto às térmitas, mas no Plano só estão 36.800 euros para as ilhas todas.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Alguém se importa de me explicar o que se vai fazer às casas que estão a cair por causa das térmitas com os 36.800 Euros do Governo?

O Senhor Deputado Paulo Borges desdobra-se em entrevistas e em explicações, mas resultados práticos, daqueles que o cidadão comum possa usar, ZERO! Quem muito fala, pouco acerta...

Cais de Cruzeiros em Angra - não foi o PSD que andou anos a fio a prometer obras que não podia ou sabia não poderem ser cumpridas. O PS fê-lo repetidamente em Eleições Regionais e Autárquicas e agora faz desaparecer tudo isso dos seus documentos previsionais, como quem assobia para o lado, apesar do embaraço que foi, para o governo, a assunção por parte do Secretário da Educação, Ciência e Cultura, em comissão parlamentar, que daria parecer negativo ao projeto em questão. Já não é só o PSD que pede explicações, é todo o Conselho de Ilha da Terceira que o exige e V. Exas. como governo eleito dos Açores têm a obrigação de as dar. *Show* acerca do tema, têm dado com fartura... E a Terceira não pode continuar a ser o estaleiro de obras inacabadas do Governo.

Para finalizar,...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Já se vai embora?

O Orador: ...lamento muito o facto de nem haver referência neste Plano à importantíssima questão da contaminação por combustíveis do aquífero da Praia da Vitória. Pelos vistos não é uma questão que preocupe o Governo Regional dos Açores.

Disse

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Não havendo inscrições, vamos para a última intervenção neste debate do Plano e Orçamento.

Dou a palavra ao Sr. Subsecretário Regional da Presidência para as Relações Externas.

Subsecretário Regional da Presidência para as Relações Externas (*Rodrigo Oliveira*): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No âmbito do presente debate sobre as propostas de Orientações de Médio Prazo e do Plano e Orçamento Anuais, começo, naturalmente, por saudá-la, Senhora Presidente da Assembleia, bem como todas as Senhoras e os Senhores Deputados, passando, de seguida, a apresentar as principais linhas de orientação estratégica nos domínios das Comunidades, dos Assuntos Europeus e da Cooperação Externa, com uma dotação prevista, em 2013, de 734 mil euros.

As políticas setoriais relativas às Comunidades Açorianas assumem, como orientação geral - deste quadriénio e em conformidade com o Programa do Governo - a promoção e valorização da identidade e presença dos Açores, dos Açorianos e dos seus descendentes na diáspora.

As Casas dos Açores, do continente português, América do Norte e do Sul, bem como todas as instituições representativas e agregadoras das comunidades açorianas na diáspora desempenham, neste contexto e como bem sabemos, um papel fundamental.

Para além das suas funções nucleares – e que, com tanto sucesso têm sido assumidas - de preservação e promoção da Açorianidade (da nossa identidade, costumes e tradições), estas instituições serão incentivadas a assumir um maior protagonismo também na divulgação dos Açores de hoje, dos seus interesses e potencialidades.

A parceria estratégica da Região com as Casas dos Açores, com a estabilidade que resulta dos protocolos celebrados, será, pois, reforçada com valências adicionais e a identificação de novas áreas de atuação.

O Congresso Mundial das Casas dos Açores de 2013 será uma oportunidade para, em conjunto, analisarmos este ponto e para que estas instituições, em parceria com o Governo, identifiquem e abracem – de acordo também com as particularidades dos espaços e comunidades onde se inserem – o contributo renovado que são chamadas a desempenhar.

Por outro lado, os açor-descendentes – detentores, cada vez mais, de posições e cargos de relevo nas sociedades de acolhimento – e, em particular, as gerações mais novas, constituem-se como agentes incontornáveis da prossecução que todos almejamos da presença, dos costumes e tradições Açorianas, sendo de igual modo imprescindível a sua ligação aos Açores.

Constitui, assim, uma ação prioritária do Governo um trabalho conjunto das novas gerações de açor-descendentes, incentivando-os ao associativismo e participação cívica e social nas suas e nossas comunidades e, em particular, promovendo a sua contínua integração – que, felizmente, vemos ocorrer já em diversas instituições - nos corpos dirigentes das Casas dos Açores e de outros organismos ligados à Região.

Com este propósito, torna-se pois imperativo aproximar estas gerações das suas origens, dar-lhes formação sobre os Açores de hoje, as realizações da nossa Autonomia e promover a criação de redes de contacto e de partilha de conhecimentos entre os jovens das ilhas 'de cá' e das ilhas 'de lá'.

Com este objetivo, organizaremos este ano um Encontro de Jovens Açor-Descendentes, o qual, mais do que um mero 'encontro', se constituirá como uma intensa ação de formação, fonte ativa na criação de sinergias e ligações e que contará com a participação de representantes das nossas comunidades do Brasil,

Uruguai, Estados Unidos, Canadá e Bermuda, mas também do movimento associativo da Região.

Outro desafio da Açorianidade relaciona-se com a manutenção da língua portuguesa enquanto elo de ligação privilegiado, não apenas às tradições e raízes açorianas, mas também entre as várias gerações emigradas.

Apoiaremos, assim, o ensino da nossa língua-mãe na diáspora, incentivando também o uso de novas tecnologias e uma aprendizagem interativa, em articulação com conteúdos sobre a Região Autónoma dos Açores.

Ainda no âmbito das Comunidades, teremos, em 2013, dois eventos comemorativos: os 60 anos da emigração para o Canadá e os 250 anos do povoamento açoriano do Uruguai, efemérides que serão devidamente assinaladas e potenciadas através da promoção e apoio à realização de iniciativas na Região e naqueles países.

Transversal à atuação neste domínio será ainda o princípio da estabilidade das parcerias e da continuidade do trabalho das associações e interlocutores do Governo - Casas dos Açores e outras instituições -, bem como da Rede Internacional de Apoio Social, um conjunto de instituições dos EUA e Canadá que prestam serviços, aos mais diversos níveis, aos nossos concidadãos da diáspora.

A este propósito, serão mantidos também ao longo da legislatura programas de solidariedade e àqueles que menos sorte tiveram, como o 'Saudades dos Açores', que visa o reencontro com as raízes daqueles emigrantes que, sem condições económicas, não regressam aos Açores há mais de 20 anos.

Em relação à imigração, privilegiaremos um relacionamento próximo e de parceria com as instituições que, na Região, diretamente trabalham e apoiam essas comunidades.

Em 2013, indo ao encontro de medidas que representem uma mais-valia para a sua plena integração, será promovida a realização de cursos de Língua Portuguesa para imigrantes residentes no arquipélago.

Com estes cursos, os cidadãos estrangeiros que escolheram a Região para residir passam, assim, a ter acesso a uma ferramenta essencial para a aquisição da nacionalidade portuguesa e para a sua inserção.

Além disso, atenção especial merecerá também o fomento da interculturalidade, estando previsto o desenvolvimento na corrente legislatura de diversos projetos orientados para as escolas e para os mais jovens, a exemplo da exibição, iniciada recentemente, dos programas de televisão para público infantil 'Contos de Lá'.

Em todas as áreas já referidas – da identidade açoriana na diáspora à imigração – manteremos, através de um sistema de candidaturas, o apoio a entidades privadas e a diversos projetos de comprovado relevante interesse regional na área das comunidades.

Reformularemos, para o efeito, já em 2013, o regime jurídico de apoios ligados à promoção da identidade, à emigração, à imigração e a intercâmbios escolares, unificando procedimentos, harmonizando critérios de apreciação e agilizando procedimentos.

Por outro lado, o serviço de atendimento da Direção Regional das Comunidades – que apoia imigrantes, emigrantes e regressados - terá uma preocupação constante com a prestação atualizada de informação, a ajuda em processos administrativos e uma maior proximidade às populações de todas as ilhas.

Este será, aliás, uma linha transversal a todas as ações do Governo: a proximidade, a presença, a atenção e consideração devida às nossas comunidades, nos Açores e na Diáspora.

No que toca aos assuntos europeus, o Governo dos Açores prosseguirá a sua ação de análise cuidada, de coordenação interdepartamental reforçada e

preparação técnica qualificada, em particular dos vários instrumentos regulamentares, na definição da sua implementação a nível regional, pugnando sempre junto dos interlocutores nacionais e instituições europeias pela justa tomada em consideração da nossa realidade ultraperiférica e atlântica.

Em paralelo, durante a legislatura, será promovida uma série de iniciativas destinadas à aproximação entre os Açores e a União Europeia e à divulgação de temas europeus, muito em particular junto dos mais jovens.

Em 2013, dinamizaremos diversas atividades ligadas ao Ano Europeu dos Cidadãos, com especial incidência junto dos mais jovens, como o concurso de trabalhos multimédia e as celebrações do Dia da Europa.

Organizaremos, de igual modo, o primeiro Encontro Regional de Clubes Europeus, um momento de conhecimento das atividades desses vários organismos, de debate sobre as necessidades específicas e de recolha de contributos para a concretização de um programa regional de apoio às atividades dos Clubes Europeus dos Açores.

Durante o presente ano será ainda apresentada uma proposta – a submeter a esta Assembleia – de um regime de apoios, mediante um processo de candidaturas, a projetos sem fins lucrativos promovidos por entidades regionais nas áreas dos assuntos europeus e cooperação.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Muito bem!

O Orador: Este diploma incluirá também as bases do regime de concessão de bolsas para frequência de cursos de pós-graduação e especialização em Assuntos Europeus e um programa de apoio a estágios em instituições e organizações europeias.

Ainda sobre a Europa, trabalharemos em parceria privilegiada com as Regiões Ultraperiféricas, através da sua Conferência de Presidentes, mas não abdicaremos de procurar e trabalhar novos parceiros e redes.

Neste sentido, apresentámos já à Comissão Europeia a proposta de criação de um consórcio, no âmbito da Semana Europeia das Regiões e Cidades, com as regiões da Bretanha e Pays de la Loire, das Astúrias, de Vastra Gotaland e de Wales.

No que diz respeito à cooperação externa, prosseguiremos, é certo, com um contínuo processo de presença e liderança, assumindo mais responsabilidades e visibilidade, levando a realidade e o exemplo da Autonomia e da Ultraperiféricidade Atlântica aos diversos organismos de cooperação europeus e de representação institucional do poder regional da União Europeia e no Conselho da Europa.

De salientar, ilustrando esta postura de liderança no âmbito das relações inter-regionais, que o Senhor Presidente do Governo foi recentemente eleito Vice-Presidente da 'R20 – Regiões de Ação Climática', cabendo assim aos Açores assumir a coordenação no espaço europeu de uma organização de âmbito global.

No que se refere à Macaronésia, atenção especial será dada à estruturação do programa de cooperação territorial 2014-2020 e à defesa de uma área de cooperação que abranja, para além dos Açores, da Madeira e das Canárias, também Cabo Verde, permitindo, desse modo, uma nova geração de apoios à cooperação e uma maior proximidade política, institucional, mas também económica e empresarial deste espaço atlântico.

Nestes três domínios de ação sob tutela das 'Relações Externas' trabalharemos ainda, com grande proximidade, com outros departamentos do Governo - incluindo as áreas do desenvolvimento empresarial, do fomento das exportações e da captação de investimento externo, bem como no turismo - na identificação de áreas, setores e iniciativas para que, em ligação e potenciando a ação das nossas comunidades, bem como das relações políticas e institucionais com

outras regiões - possamos intensificar a criação de mais-valias e sinergias na promoção económica da Região.

Sra. Presidente da Assembleia e Srs. Deputados:

A terminar, referir-me-ei também à comunicação social, domínio na dependência da Presidência do Governo.

Tendo em conta o atual contexto económico e reconhecendo a importância fundamental da existência de uma comunicação social regional ativa, dinâmica e plural, o Governo dos Açores apresentou recentemente, como é sabido, a esta casa, um novo programa regional de Apoio à Comunicação Social Privada, o PROMEDIA III.

Com este enquadramento para a legislatura e numa perspetiva de aperfeiçoamento em relação aos anteriores programas, destacam-se, para além do esforço na atribuição de liquidez às empresas, a indexação de apoios e majorações à manutenção ou reforço de postos de trabalho.

Em 2013, prevê-se um investimento de 515 mil euros, montante que corresponde a uma manutenção dos valores médios da anterior legislatura e que dá bem nota do esforço e prioridade do Governo dos Açores sobre esta matéria, consciente que está dos desafios do panorama atual da comunicação social, em que avultam os impactos negativos no âmbito das receitas, por força da conjuntura económica.

Por outro lado – e sem prejuízo do processo de conversações com o Governo da República e com o Conselho de Administração da RTP no sentido de garantir a componente regional do serviço público no âmbito do plano de reestruturação da RTP – prevê-se ainda um montante de 75 mil euros de apoio complementar ao serviço público de rádio e televisão na Região.

Este valor representa – ainda mais no decurso de um processo de reestruturação - mais um exemplo do compromisso do Governo dos Açores no sentido da

contínua qualificação dos meios e recursos técnicos da rádio e televisão públicas, bem como ao reforço da cobertura do seu serviço em todas as ilhas.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Subsecretário.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Devo dizer que não tenho grandes diferenças em relação àquela que é a perspetiva do Governo Regional sobre esta matéria.

Julgo aliás que os partidos aqui presentes nesta discussão não têm, sobre esta questão da diáspora açoriana, das nossas comunidades e da importância da projeção externa da Região, muitas diferenças.

O que nos interessa nesta matéria é de facto promover a ligação cada vez mais próxima com a nossa diáspora, potenciando assim aquele que é o enorme potencial da comunidade açoriana, não pensando apenas nos 250 mil habitantes que a Região Autónoma dos Açores tem, mas pensando também nos 3 milhões de açorianos e descendentes de açorianos que vivem sobretudo na América do Norte.

Se pensarmos assim pensamos nuns Açores grandes, nuns Açores com muito potencial e é necessário, na nossa perspetiva (e sei que o meu tempo já deve ter terminado e vou já terminar Sra. Presidente), é fundamental que esta cooperação não seja apenas uma cooperação meramente cultural, sentimental e de saudade, mas seja também uma cooperação em que se faça um esforço muito grande por parte do Governo Regional no sentido de tentar criar pontes de

intercâmbio, de colaboração na área económica, que, à nossa escala, se exerça uma diplomacia de carácter económico mais forte.

No fim da minha intervenção quero deixar algumas questões, 3 questões muito específicas.

A primeira tem a ver com o pedido que lhe faço de me descrever algumas das ações que estão previstas para as comemorações dos 250 anos do povoamento açoriano no Uruguai.

A mesma coisa em relação aos 60 anos de emigração açoriana para o Canadá.

Depois peço que me descreva resultados concretos obtidos no âmbito da Cimeira dos Arquipélagos da Macaronésia.

São estas as questões que tinha para lhe colocar.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Subsecretário.

(*) Subsecretário Regional da Presidência para as Relações Externas (Rodrigo Oliveira): Muito obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, concordando desde logo com a sua intervenção e palavras iniciais, aproveito também para registar e manifestar, nesta que é uma área que deve ser de unidade e de visibilidade externa da nossa Região, a nossa disponibilidade, que é transversal a outras áreas, mas muito em especial também nesta área para acolher os contributos das Sras. e dos Srs. Deputados e das diversas forças políticas.

Em relação às ações previstas para o Uruguai e para o Canadá devo dizer que estão em preparação uma série de atividades junto das comunidades e na nossa Região.

Junto das nossas comunidades privilegiamos as parcerias com as entidades do Canadá e do Uruguai, nomeadamente as nossas Casas dos Açores. Neste

momento, nos termos dos protocolos celebrados, as Casas dos Açores apresentam até 31 de março o seu programa de atividades e nós decidiremos as parcerias em função disso, portanto, muito em breve iremos anunciar este que é um programa e que será um programa.

Mas posso adiantar desde já que vamos preparar iniciativas na Região, por exemplo, junto das escolas, levando alguns dos nossos emigrantes que foram para o Canadá para compartilharem as suas experiências e para transmitirem aos mais jovens também aquilo que eram os Açores de então e os Açores de agora; vamos organizar do ponto de vista científico, com a Universidade dos Açores, seminários comemorativos e evocativos destas duas emigrações muito diferentes. A emigração para o Uruguai há 250 anos teve um caráter obviamente completamente diferente e também junto dessas instituições com a Casa dos Açores do Uruguai, com as entidades oficiais do Uruguai, do mesmo modo como no Canadá, vamos organizar desde logo obviamente conferências, sessões solenes comemorativas e também ações junto das escolas, promovendo estas comemorações junto dos alunos, nomeadamente ligando também à questão do ensino do português e da promoção da língua portuguesa no Canadá. Em relação à Cimeira dos Arquipélagos da Macaronésia.

Sr. Deputado, a cimeira decorreu em 2009. Foi criada esta cimeira. Esta cimeira está ainda sob a presidência de Cabo Verde. As nossas expectativas são que com o novo quadro e a estruturação de um novo quadro de cooperação e de financiamento europeu possamos estruturar uma cooperação que englobe os arquipélagos dos Açores, Madeira, Canárias e Cabo Verde, para que possamos também dar um novo impulso a esta cooperação.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Subsecretário.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado José San-Bento (PS): De quanto tempo é que disponho, Sra. Presidente?

Presidente: Quatro minutos.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Por razões temporais irei abreviar a minha intervenção, não sem no entanto referir que no que diz respeito ao Programa 14 do plano de investimentos “Comunidades e Cooperação Externa” o Governo inscreveu uma dotação que representa uma redução, representa um corte – é verdade! –, mas apesar disso nós consideramos que estamos perante uma alocação e recursos que permitem implementar uma estratégia coerente e que será por isso capaz de atingir os objetivos definidos no programa do Governo que aprovamos aqui em novembro.

Os açorianos confiaram uma maioria absoluta ao PS para governarmos em circunstâncias particularmente difíceis. Sabemos bem disso e o PS respeitará o contrato eleitoral firmado com os açorianos em outubro.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ainda antes de terminar gostaria de abordar um assunto da maior importância para a nossa Região e para o qual o meu Grupo Parlamentar tem dedicado a maior atenção: a anunciada diminuição da presença norte-americana na Base das Lajes.

Constrangimentos de tempo impedem-me de abordar detalhadamente vários aspetos referentes a este problema. Aproveito para lembrar que este tema mereceu há 2 meses uma interpelação ao Governo Regional.

Nesse debate o PS provou o grande trabalho e o grande património político que temos na defesa da Base das Lajes, na valorização desta infraestrutura, na

defesa dos postos de trabalho civis portugueses e também dos direitos dos trabalhadores e ainda na maximização do impacto económico da presença de forças americanas nas Lajes.

Saliento, todavia, que numa abordagem centrada apenas em aspetos socioeconómicos e segundo dados realizados por um estudo da Câmara Municipal da Praia da Vitória poderemos estar a ser confrontados com um cenário marcado por um impacto de redução de um terço no PIB do Conselho da Praia e de quase 10% da ilha Terceira.

Reafirmamos que os Estados Unidos face às opções que tomam no quadro dos seus interesses nacionais, mas também das alianças e acordos a que estão veiculados, têm a obrigação de considerar o passado da sua presença nos Açores, a história da relação com Portugal e o acolhimento que sempre mereceram numa região amiga.

Do nosso ponto de vista a decisão anunciada pelas autoridades americanas acarreta responsabilidades concretas. As autoridades dos Estados Unidos têm a obrigação de ponderar as circunstâncias sociais por forma a atenuar os impactos das medidas a implementar.

O Governo Regional contará sempre com o apoio do Grupo Parlamentar do PS em todas as medidas que entender tomar na defesa dos interesses da Região e na construção de um amplo consenso político no tratamento desta questão sensível.

Registamos mesmo, mais uma vez tal como já tínhamos feito, a forma atenta, ativa e inovadora com que o XI Governo Regional dos Açores tem atuado neste *dossier*, particularmente o Sr. Presidente do Governo.

No nosso entender, e decorridos que estão vários meses após as declarações de responsáveis do Governo da República sobre a Base das Lajes, o momento atual impõe que este Parlamento tome mais uma iniciativa em defesa da Base das Lajes e dos seus trabalhadores.

Nós não enjeitamos as nossas responsabilidades, mas não ignoramos o contexto nacional de soberania de que esta matéria se reveste.

Apesar da nossa autonomia constitucional nós não podemos esquecer aquilo que compete à soberania nacional nesta matéria, ou seja, ao Governo da República Portuguesa.

Compete ao Governo da República liderar as negociações em nome do interesse nacional e é em nome deste mesmo interesse nacional que o Governo da República deve traduzir neste processo negocial as posições legítimas que o Governo Regional dos Açores consensualizou internamente com todos os parceiros envolvidos, incluindo este Parlamento.

Considerando o papel essencial que os Açores assumem na relevância geoestratégica nacional e na projeção atlântica portuguesa, é fundamental que o Governo do país defina com urgência uma posição clara e inequívoca sobre o processo relativo à Base das Lajes.

Em nosso entender isto não tem acontecido.

Por isso mesmo, o Grupo Parlamentar do PS irá propor, na comissão especializada, em razão desta matéria, que uma delegação do Parlamento açoriano reúna, com a maior brevidade possível, com o Ministro dos Negócios Estrangeiros e com o Ministro da Defesa Nacional. Nós não cometeremos o erro da inação.

Deputados Berto Messias e Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Nuno Melo Alves tem a palavra.

Deputado Nuno Melo Alves (CDS-PP): De quanto tempo é que ainda dispomos?

Presidente: Um minuto.

(*) **Deputado Nuno Melo Alves (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo: Serei muito breve.

Por um lado, satisfação por este assunto ser trazido aqui, agora, neste momento, nesta apresentação deste Secretário, porque no programa do Governo, este Secretário que falou há pouco, limitou-se a dizer que não era da sua competência, felizmente que agora já parece que é. No programa do Governo foi assim. Está escrito nos Diários desta Assembleia.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Já foram 45 segundos!

O Orador: Por outro lado, em jeito de iniciativas, falarmos aqui de duas coisas. Uma no seio de uma comissão parlamentar quando reunida com o Presidente da Câmara Municipal da Praia.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): 55!

O Orador: A atitude do Sr. Presidente da Câmara Municipal da Praia em relação a este problema foi achar que nas empresas municipais dessa câmara, apesar dos milhões de euros que devem,...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Isto é um minuto muito comprido!

O Orador: ... não deve aplicar um cêntimo, nem um tostão do orçamento da Câmara Municipal da Praia para colmatar os impactos da saída dos americanos da Base das Lajes, uma vez que isso não são responsabilidades da Câmara da Praia de acordo com aquele Sr. Presidente de Câmara.

Neste orçamento vemos um pouco plasmado também esta atitude. Não são problemas, não são contas deste rosário, são problemas da República.

Deputado Berto Messias (PS): Lá está o senhor a ser porta-voz do Governo da República!

O Orador: A bancada do Partido Socialista fecha assim este debate do Plano e do Orçamento com chave de ouro. Encerra como começou: a falar mal do Governo da República.

Deputado Francisco Coelho (PS): Isso é a sua consciência pesada!

Deputado Berto Messias (PS): Mais uma vez o PP está a ser porta-voz do Governo da República! É absolutamente lamentável a sua postura!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

(*) **Deputado António Ventura (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:...

Deputado José San-Bento (PS): Sr. Deputado, não tenho tempo para responder!

O Orador: Pois, não lhe vou fazer uma pergunta. Fique descansado!

Vou fazer um comentário, que acho que é importante fazer nesta altura.

Obviamente que o assunto da Base das Lajes é um assunto que tem preocupado esta Assembleia, não só nesta legislatura, mas também nas várias legislaturas que têm marcado o nosso Parlamento regional. Têm sido várias as diligências, várias as comissões constituídas para o efeito, várias as afirmações regionais perante a República. É verdade que aquele é um espaço cuja responsabilidade administrativa é do Governo da República, mas obviamente não nos devemos esquecer da nossa responsabilidade regional, da nossa autonomia,...

Deputado José San-Bento (PS): Eu disse isso!

O Orador: ...da nossa vontade também de fazer as coisas acontecerem, de darmos a resposta a situações do nosso espaço territorial...

Deputado José San-Bento (PS): Eu disse isso!

O Orador: ...que achamos por bem construir para que se minimize todos os impactos negativos sobre a vida dos açorianos e em especial sobre a vida dos terceirenses, quer pela redução do número de postos de trabalho,...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: ...quer pela diminuição da atividade económica direta ou indiretamente.

Sr. Deputado José San-Bento, o meu comentário é no sentido de dizer que essa sua proposta foi por nós endereçada a si no âmbito da Comissão de Política Geral a 30 de novembro de 2012, ou seja, o PSD propôs que, no âmbito daquela que foi a comunicação dos Estados Unidos para a redução do número de trabalhadores, a Comissão de Política Geral estabelecesse um conjunto de audições para acompanhar o processo. Era necessário.

Deputado José San-Bento (PS): E fizemos isso, Sr. Deputado!

O Orador: Nós estamos efetivamente e a Comissão de Política Geral está a acompanhar o processo e dentro desse conjunto de audições estava incluído, de facto, um conjunto de ministros da República, inclusive a embaixada dos Estados Unidos também.

Penso que estes trabalhos estão planeados,...

Deputado José San-Bento (PS): Sr. Deputado, isso não é verdade!

O Orador: ...penso que essa decisão está estabelecida e, portanto, aquilo que o senhor vem hoje aqui dizer não é mais do que já estava previsto.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Só foi planeada a 1ª fase dos trabalhos!

O Orador: Não se trata de nenhuma novidade.

Estava, contudo, na expectativa que,...

Deputado Francisco Coelho (PS): Diga só que concorda, é mais fácil!

O Orador: ...da parte do Grupo Parlamentar do PS, houvesse uma iniciativa de âmbito regional neste Plano e Orçamento, no sentido de minimizar a diminuição dos postos de trabalho e a economia da Base das Lajes.

Deputado José San-Bento (PS): Os senhores não querem!

O Orador: Portanto, esta vossa opção e este vosso passa culpas que temos vindo a assistir constantemente nesta discussão do Plano regional não se veio a consubstanciar numa proposta em concreto.

Portanto, aquilo que nos traz sobre a Base das Lajes não é mais do que isto que já está planeado,...

Deputado José San-Bento (PS): Mentira!

Deputado Berto Messias (PS): Isso não é verdade!

O Orador: ...que já está decidido e que já está acertado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado José San-Bento pede a palavra para?

Deputado José San-Bento (PS): Para uma interpelação. Muito obrigado.

Queria pedir à Sra. Presidente que solicitasse esse documento, esse referido plano que nós não temos conhecimento. Esse plano não foi apresentado na Comissão de Política Geral, não foi referido como uma proposta que deveria ser deliberada. Foi feito apenas um primeiro contato, que foi estabelecido. Nós efetivamente reunimos, nomeadamente na Câmara da Praia da Vitória e, portanto, isso que fique bem claro.

Esta tentativa, que lamento, numa circunstância...

Presidente: Sr. Deputado...

Deputada Berta Cabral (PSD): Afinal tem tempo!

O Orador: ...em que não temos tempo para responder...

Presidente: O Sr. Deputado quer que seja entregue à Mesa o documento?

O Orador: ...de fazer crer que nós vamos a reboque de uma proposta do PSD, lamento muito. Mas se fosse efetivamente verdade nós não teríamos qualquer problema em admitir, em assumir uma boa proposta, como é evidente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Conseguiu responder à sua própria interpelação!

Presidente: O Sr. Deputado já fez o seu pedido.

O Sr. Deputado António Ventura tem a palavra.

(*) **Deputado António Ventura (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para dizer que efetivamente o Sr. Deputado José San-Bento acabou de facto de confirmar aquilo que eu dizia,...

Deputado José San-Bento (PS): Confirmar o quê?

O Orador: ...que houve uma comunicação por parte do Grupo Parlamentar do PSD no sentido de haver estabelecimento e aquilo que a Comissão de Política Geral está a fazer é obviamente seguir essa comunicação e esse conjunto de audições.

Deputado José San-Bento (PS): Não é verdade! É mentira! Lamento dizê-lo!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado Costa Pereira pediu a palavra. Tem a palavra.

(*) **Deputado Costa Pereira (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Acho que é importante, por uma questão de esclarecimento completo desta situação e porque está em causa a Comissão de Política Geral à qual eu presido, informar que no dia 30 de novembro de 2012, às 10 horas e 39 minutos, remeti ao Sr. Deputado San-Bento uma proposta de agendamento de trabalhos da Comissão que dizia e vou citar o *mail* que enviei: “Acho que será consensual a Comissão de Política Geral, no âmbito das suas competências, desenvolver de forma planeada um conjunto de audições sobre a situação da Base das Lajes

ouvindo, nomeadamente, e por exemplo, o Governo Regional, os representantes dos trabalhadores, o embaixador dos Estados Unidos e o Governo da República.”

Depois perguntava se estaria de acordo com esta sugestão e que só avançaria com a concordância do Partido Socialista.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado José Contente (PS): Mas foi o Presidente da Comissão!

Deputado José San-Bento (PS): Não tenho conhecimento deste *mail*!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José San-Bento, não tem tempo. Pergunto para que é que pede a palavra?

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Peço a palavra só para fazer mais uma interpelação à Mesa, Sra. Presidente.

Deputado Luís Maurício (PSD): Sr. Deputado, seja sério!

O Orador: Para dizer aos colegas, como é evidente, que não tenho conhecimento deste *mail*. Aquilo que falei com o Sr. Presidente da Comissão foi que nós faríamos uma primeira sequência de encontros, como efetivamente fizemos, e que depois iríamos analisar outras eventuais diligências...

Presidente: Sr. Deputado, penso que a Assembleia está esclarecida sobre essa situação.

O Orador: ...do quadro da evolução que este processo teria.

Portanto, neste aspeto, queria que isso ficasse muito claro.

Vou verificar o meu *mail*. Não tenho conhecimento desse *mail*. Queria que isso ficasse claro.

Muito obrigado.

Presidente: Penso que a Assembleia está esclarecida sobre essa situação e da sua posição.

Sras. e Srs. Deputados, penso que não há mais inscrições sobre este ponto do debate e sendo assim vamos encerrar o debate na generalidade.

Regressamos às 17 horas para as intervenções finais. Apenas alerta para aqueles que irão intervir para o escrupuloso cumprimento dos tempos que foram definidos em Conferência de Líderes.

Vamos fazer então o intervalo. Regressamos às 17 horas.

Eram 16 horas e 36 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos concluir o nosso debate com as intervenções finais.

Eram 17 horas e 04 minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este é o 17º orçamento dos governos socialistas, que começaram a governar os Açores no já longínquo ano de 1996. Iniciaram o seu governo no período de maior abundância conhecido por este país desde os tempos do Rei D. João V. Nestes 17 anos, o orçamento dos Açores recebeu três vezes mais dinheiro do exterior do que nos vinte anos anteriores. Nunca tão poucos, e em tão pouco tempo, gastaram tanto.

Em todos estes anos de abundância, o Rei-Sol que nos governou satelizou a sociedade açoriana, tendo apenas revelado duas preocupações governativas: ganhar eleições e aparafusar-se no poder.

O resultado de tudo isto foi uma orgia de cimento e a construção de uma administração regional babilónica ao serviço do partido governamental. Partido

e administração regional fundiram-se ao melhor estilo dos regimes corporativos e não democráticos.

Chegaram, depois, os tempos intermédios. Aqueles que se situam entre o esbanjamento e o início da decadência. O tempo em que teria sido possível inverter o caminho e começar a governar com racionalidade os Açores, olhando para o futuro. O tempo em que o condutor poderia ter travado a fundo e evitado o abismo que já se antevia. Mas não! Os socialistas regionais não estavam preparados para parar as derrapagens milionárias das obras públicas, a expansão do aparelho tentacular do partido e a sangria de dinheiro público na inutilidade e na ostentação.

Esses foram os tempos em que chegaram os *superavits* orçamentais de opereta, que o regime anuncia todos os anos com pompa e circunstância, tal como o fez durante tanto tempo um velho professor de Coimbra. Trata-se do tal equilíbrio orçamental que o regime consegue obter empurrando as contas da saúde para fora do orçamento e utilizando o setor público empresarial como recetor da dívida que é da Região, mas que não é do orçamento regional. Um truque escapista de Houdini que, no fundo, em nada se diferencia da situação do indivíduo que paga o almoço, mas remete sempre a conta do jantar para o testamento do herdeiro.

Assim se chegou, de ilusão em ilusão, à realidade brutal com que se confronta a Região nos nossos dias. Uma conta para pagar na saúde que ascende a qualquer coisa como 1100 milhões de euros. Um terço do valor global a que ascende a dívida nacional da saúde – repito, 1/3 do valor da dívida do sector nacional da saúde – embora a população do território continental some nove milhões e meio de habitantes e a população açoriana contabilize apenas 250 000 habitantes.

Tudo isto apesar dos socialistas terem partido com o conta-quilómetros a zero, pois o Governo da República absorveu todo o passivo anterior. Os socialistas regionais foram, assim, os primeiros, desde os tempos em que Adão habitou o

Paraíso, a ter a oportunidade de viver sem o peso do pecado original. Apenas dezassete anos depois, a macieira já só tem caroços, embora o Adão socialista ainda tenha todas as costelas.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nestas circunstâncias tão dramáticas, quem nos governa? Governa-nos um Governo Regional que é um acidente trágico da História. Um Lázaro que o Passos Coelho e o Vítor Gaspar resgataram com a célebre máxima: que se lixem as eleições. E lixaram!

Foi isso, e apenas isso, que logrou insuflar um derradeiro sopro de vida a um Governo Socialista decrépito e mais gasto que a pasta medicinal couto. Um César sabe sempre quando as coisas se acabam: o fim chega sempre que as portas do Coliseu se fecham e as padarias deixam de abrir de madrugada. Ele certamente não contou com as trágicas carambolas que a História por vezes nos reserva. Afinal, o Bush júnior chegou a Presidente dos Estados Unidos e o treinador do Benfica deu uma aula na Universidade. Os mistérios do Senhor são, de facto, insondáveis.

Seja como for, aqui temos o 5º Governo socialista e a verdade é que este Governo produziu, como lhe competia, um Orçamento e um Plano. Dado o desvelo com que os 4 governos socialistas anteriores torraram o maior fluxo financeiro da nossa História, a tarefa - é justo que se reconheça - não é fácil, embora as contas sejam simples de fazer.

São mais ou menos assim. Como somos a região autónoma mais dependente da Europa, o governo alocou toda a receita dos nossos impostos ao pagamento das despesas de funcionamento do monstro administrativo que os socialistas criaram. O drama é que as nossas receitas próprias só representam 40% do orçamento e só pagam 80% das despesas de funcionamento. A moral da História é que se a Ângela Merkel conseguir mesmo dar cabo da União

Europeia e o Vítor Gaspar fizer o mesmo ao que resta da economia portuguesa, a nossa situação tornar-se-á insustentável.

Dezassete anos de governos socialistas agudizaram a principal fragilidade do nosso sistema autonómico: a nossa enorme dependência face ao exterior.

No que diz respeito aos outros 60% do nosso orçamento, as coisas também não são difíceis de descrever. Com esse dinheiro o Governo socialista paga os 20% das despesas de funcionamento que estão a descoberto, paga as derradeiras megalomanias dos governos anteriores como a deserta SCUT de São Miguel, o mastodôntico Hospital de Angra do Heroísmo, a faraónica Biblioteca de Angra do Heroísmo e o intangível Centro de Arte Contemporânea de São Miguel. Os pozinhos que restam são distribuídos em mais 35 milhões de cimento e betão para as escolas e mais umas quantas bizarras.

No que diz respeito às ilhas de coesão, os tempos são de pão e de água: para a ilha do Corvo, o Governo contempla uma redução de 53% do orçamento, algo que cheira a uma espécie de castigo por os corvinos se terem atrevido a eleger um deputado do PPM. A Graciosa também leva para casa uma redução de 30% para aprender a não ser desmancha-razeres no roteiro das épicas vitórias socialista. O resto é um rosário de péssima planificação e desperdício.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

E poupanças? Temos poupanças? Claro que temos! Na democracia, por exemplo. Soube-se ontem como se pensa poupar no funcionamento das escolas. É simples e barato. Os parlamentos das escolas, também chamadas assembleias como esta casa, serão, pura e simplesmente, extintos.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Isso é mentira!

O Orador: Podem então os mais afoitos perguntar como se passariam a eleger as comissões executivas provisórias que resultarem do saneamento político de um qualquer membro do conselho executivo que não seja partidariamente

obediente. Um presidente do conselho executivo que tenha, por exemplo, levado a tribunal e impedido a colocação, sem concurso público, de um coordenador local da juventude socialista.

Este pode ser um comportamento grave, tal como estar no caminho de dois ou três candidatos socialistas que utilizam a calúnia para fazer caminho porque não conseguem ganhar as eleições numa escola. Uma calúnia que não se detém sequer na agressão brutal ao carácter de uma criança de doze anos. Isto pode acontecer e acontece em sistemas pidescos e fascistas. Em sistemas repugnantes.

Nos tempos do Santo Ofício, os inquisidores arranjavam todos os testemunhos que quisessem à luz da cobardia e do anonimato. É fácil acusar sabendo que não se será responsabilizado criminalmente pelas calúnias.

Deputado José Ávila (PS): Para a Graciosa!

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: É fácil caluniar nesta Região com o apoio de um Governo Regional que está ao lado dos caluniadores e daqueles que rastejam nos esgotos da ignomínia e da cobardia.

O que acontece com a extinção das assembleias de escola é que passa a ser o Governo Regional a fazer a nomeação partidária das comissões executivas das escolas, tal como sucedia no regime salazarista. É esta a proposta da Diretora Regional de Educação.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A outra estratégia deste Governo é o controlo político das nossas decisões e das nossas consciências. Aquilo de que quem não salta, não é cá da malta. É preciso manter a coragem e dizer não, quando essa for a nossa vontade. Resistir a qualquer tipo de ameaça e de insulto e mostrar que estamos prontos a lutar pela nossa liberdade e dignidade em todas as circunstâncias. Que nos levantaremos

da nossa cadeira quando formos ofendidos e que nunca viraremos a cara à luta. Nunca derrotarão a nossa consciência e nunca derrotarão a nossa liberdade.

Viva a liberdade nos Açores!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Terminamos agora três dias de debates que foram, em certa medida, bastante esclarecedores.

Mais do que tudo, ficou clara a total recusa por parte do Grupo Parlamentar do PS em mudar seja o que for, em sair do labirinto cor-de-rosa da sua própria propaganda.

Por outro lado, as palavras de todos os membros do Governo foram de continuidade, quando no contexto que vivemos era necessário um rasgo de coragem para romper com a continuidade das políticas que, também na Região, nos estão a empobrecer nos estão a encaminhar para um cenário de aprofundadamente da dramática crise social que estamos a viver.

As vozes que se ergueram da bancada da maioria que dá suporte ao Governo nunca se dedicaram à proposta construtiva ou à crítica corajosa dos aspetos que deviam ser melhorados. Não. Ficaram-se sempre pela apatia, mais ou menos próxima do absurdo, diria mesmo pelo acriticismo total pelo que o Governo fez ou propõe, pelo que o Governo faz ou fará.

Este Governo Regional, a que alguns insistem em chamar “novo”, conseguiu concentrar em três documentos todos os piores defeitos dos anteriores governos do PS, mostrando que, ainda que com algumas caras novas, as políticas continuam a ser velhas.

A ausência de uma estratégia real, coerente e corajosa para vencer a crise, para gerar riqueza, para criar emprego, continua! A falta de coragem para utilizar os

mecanismos da Autonomia para proteger os açorianos; a recusa de aumentar os rendimentos dos açorianos, de lhes minorar os sacrifícios, continua!

A opção política de favorecer as grandes empresas e os grandes negócios com os sacrifícios impostos aos mais pobres, a política de subsidiar lucros e nacionalizar prejuízos, a despreocupação em relação à desigualdade na distribuição dos rendimentos e à injustiça social, continuam!

A concentração de investimentos nas ilhas politicamente prioritárias para o poder do PS em prejuízo da coesão regional, continua!

A opacidade das rubricas orçamentais, não desagregadas, ao dispor da arbitrariedade do Governo Regional, continua!

O alinhamento com a política da troika, que já nem a maré de críticas ao Governo da República consegue ocultar, continua! O PS continua a defender com unhas e dentes o trato com Passos Coelho, através do qual entregou a Autonomia dos Açores. Na verdade e não é por acaso que o PS na República se recusa derrubar o Governo de Passos Coelho e Paulo Portas, porque espera daí vantagem tática e ganho político à conta do justo descontentamento dos portugueses.

Nem este governo, nem estas políticas são novos, mostrando que este PS já não tem ideias, nem projeto, apenas vontade de se perpetuar no poder.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sabemos que este é o Plano e Orçamento que Vítor Gaspar autorizou: Sabemos que este é o Plano e Orçamento que passa ao lado dos problemas profundos da nossa Região. Sabemos isso.

Mas não abdicamos de, em tudo o que pudermos, contribuir para alterar este rumo ruinoso. Não desistimos de minorar as dificuldades dos açorianos, nem de tentar superar os nossos défices estruturais.

Esse é o sentido e a razão das nossas propostas, nos vários setores e para todas as ilhas.

Queremos uma aposta na produção regional, na criação de emprego, e por isso propomos a construção de uma nova fábrica para a SINAGA ou a melhoria da distribuição de água à lavoura, na construção de equipamentos de apoio ao setor produtivo, como o matadouro do Faial, a Adega Cooperativa da Graciosa ou o Fumeiro de Santo Antão em São Jorge, apenas para dar alguns exemplos.

Queremos melhorar a formação e a empregabilidade dos trabalhadores açorianos. Assim, propusemos a criação do ensino profissional nas ilhas das Flores e do Corvo, o reforço de verbas para a escola das Capelas, o apoio à Universidade dos Açores e a Escola de Formação dos Marítimos.

Queremos contribuir para superar um défice estrutural nos transportes marítimos, e por isso propomos a criação de uma ligação marítima regular entre São Miguel e Santa Maria e que se estude a melhor forma de criar uma ligação regular entre São Jorge e a Terceira.

Queremos também uma sociedade mais justa e solidária e por isso propusemos as verbas necessárias para a distribuição gratuita de manuais escolares, uma proposta que é justa, urgente e da qual não abdicamos.

As nossas propostas consubstanciam, mas sobretudo simbolizam, um rumo diferente para os Açores e contribuem para defrontar no presente as dificuldades e construir no futuro uma Região mais próspera e humana.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Mas vale a pena ainda falar daquela que é talvez a mais urgente de todas elas: estamos, de há muito tempo, preocupados com a segurança das populações. Há vários anos que propomos a aquisição de um barco ambulância para transporte de doentes entre o Faial e o Pico, propusemos este ano a construção do heliporto na Calheta, em São Jorge, e andamos a propor, desde o início de 2012,

que se tomem providências urgentes para evitar cheias e deslizamentos de terras.

A Representação Parlamentar do PCP cumprindo os compromissos assumidos com o Povo Açoriano fez ainda um conjunto de propostas que visam aumentar os complementos regionais de pensão e abonos de família, o aumento da remuneração complementar para a administração pública regional e o alargamento da remuneração compensatória para todos os níveis salariais.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Assumimos, no início desta legislatura, a atitude que desde sempre nos tem caracterizado, somos uma oposição conseqüente que se mantém fiel aos compromissos eleitorais que assumimos em cada uma das nossas ilhas, apresentando propostas de alteração especificamente para todas elas.

Somos uma oposição conseqüente pois não abdicamos de lutar pelo nosso Povo, usando com coragem as competências que a Autonomia Constitucional nos confere, a Autonomia que o PS Açores não quer utilizar, Autonomia que o PSD e CDS-PP nos querem negar.

Disse.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

Deputada Zuraida Soares (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Os/as portugueses/as sofrem, hoje, o resultado da submissão aos ditames da banca nacional e internacional, de que PS, PSD e CDS, há cerca de dois anos atrás, foram servidores rendidos, através do Memorando da troika. Responsáveis, por isso, pela destruição da economia do país e pelo alastramento do desemprego, a níveis nunca antes vividos, em democracia.

Todos/as nos lembramos dos porta-vozes inflamados desta adesão ao Memorando e, alguns deles, estão mesmo aqui, nesta Casa. O Povo português foi, então, vítima duma chantagem sem limites.

Estamos bem recordados da inevitabilidade do caminho imposto pois, alegadamente, não tínhamos dinheiro para pagar, nem salários, nem pensões. Afinal, tínhamos. Faltava era para pagar à banca. Mas estes três partidos não tiveram dúvidas: a sua opção não foi pelo país e pelos/as portugueses/as, foi por outro tipo de interesses.

Passados dois anos, o resultado está à vista.

Reiteramos, aqui e agora, o que, então, dissemos: é urgente mandar a troika embora, assumir a necessidade de reestruturação da dívida, em 50%, com carência de pagamentos, até 2020, renegociar juros e prazos e indexar os pagamentos ao desenvolvimento da economia.

A Alemanha já o fez, em tempos, e até a Grécia, o ano passado, reestruturou a sua dívida, em 50% e não saiu do euro.

Razão acrescida para pôr, na rua, o Governo PSD/CDS, o qual - mais troikista do que a troika - é responsável, pela dor e humilhação que grassa, em centenas de milhar de lares portugueses e que, a manter-se, vai estender a miséria a cada canto - como, aliás, já anunciou, a semana passada.

A gigantesca crise social que também se vive, nos Açores, é o reflexo desta política, cujo alfa e o ómega são a dívida e a banca.

Por isso, não exigimos, nem ao Governo Regional, nem ao Partido Socialista que faça, nos Açores, o impossível, isto é, que altere a política do Governo da República. Mas exigimos, tão só, que cumpra a promessa basilar da sua campanha eleitoral: ser um escudo, no âmbito das nossas prerrogativas autonómicas, para minorar os efeitos da austeridade estúpida e brutal.

Lamentavelmente, este Orçamento é a negação dessa promessa.

Não tem uma medida que combata, seriamente e de imediato, o desemprego. A tão apregoada Reabilitação Urbana é uma mistificação. Neste Orçamento, as verbas que lhe são consignadas, estão ao nível dos anos anteriores. Onde está, então, a coragem? Onde estão as pessoas e as suas dificuldades?

Continua a dar dinheiro às empresas, endividando-as ainda mais e, por isso, protelando-lhes os prazos de pagamento, *sine die*.

Recusa aumentar o acréscimo regional ao salário mínimo, agora, com uma nova argumentação pois, a primeira, era igual à de Passos Coelho.

Recusa devolver o subsídio de férias ao sector público e aumenta o complemento regional de pensão, em linha com os valores do Ministro Mota Soares - a quem o Partido Socialista chama (e bem) 'o ministro da caridade'.

O problema das nossas empresas é que não vendem, nem produtos, nem serviços. E não vendem, porque as pessoas não têm dinheiro para comprar. O Bloco de Esquerda apresentou propostas para minimizar as políticas do Governo da República:

- Um plano de emergência para a Reabilitação Urbana, pública e particular. A pública, em colaboração com as Autarquias; a particular, através de uma linha de crédito, com carência de dois anos e sem juros;
- A devolução do subsídio de férias;
- O aumento das pensões, abaixo do salário mínimo regional, em 15 euros mensais;
- O aumento do salário mínimo regional, em 10 euros mensais.

Estas medidas, conjugadas, permitiriam atacar o desemprego, dar trabalho às empresas, diminuir as prestações sociais e aumentar a receita de impostos, de forma saudável para a economia.

As 62 medidas da Agenda Açoriana vêm na esteira das 24 anteriores e a execução destas, em 2012, não impediu que o desemprego subisse, a um ritmo

superior ao do resto do país, nem evitou que o desemprego jovem alcançasse parâmetros iguais aos do continente.

A realidade é esta. Por isso, mais do mesmo já provou que não resulta e só pode significar uma de duas coisas: ou o PS não consegue ver a realidade, ou está amarrado ao Memorando da troika. E, embora a ritmos diferentes do Governo da República, o resultado acaba por ser o mesmo, apesar da grande promessa eleitoral.

Os/as Açorianos/as dispensam extensos programas com nomes pomposos e lamentos sobre o desemprego. Precisam de medidas urgentes, sérias, responsáveis e exequíveis, que ponham as pessoas em primeiro lugar e não cálculos políticos e eleitorais.

Deixar tudo, quase na mesma, e canalizar o descontentamento, a revolta e o sofrimento contra o Governo da República, é um exercício de tacticismo político imperdoável, no atual momento de profundas dificuldades.

Ao mesmo tempo, o Governo Regional, para esconder a verdadeira face da sua política, ensaia dois discursos e práticas, deveras perigosas.

O primeiro, é a descoberta do inimigo externo e a necessidade de todos os Açores se unirem contra ele.

Que o Governo da República é inimigo da Autonomia, denunciou o Bloco de Esquerda, desde a primeira hora. Que a defesa da Autonomia é, hoje, uma tarefa primordial, em nome de quem aqui vive, não temos qualquer dúvida.

Mas, Senhor Presidente do Governo, utilizar a Autonomia e os ataques de que está a ser alvo, para esconder o facto das suas políticas não defenderem, como deviam, os/as Açorianos/as, é um caminho perigoso que a fere e desgarnece.

O segundo - que é herdado do passado mas que se tem vindo a refinar - é a encenação do diálogo.

Lembremo-nos da forma como o Memorando assinado com o Governo da República foi sonogado a esta Casa e, aqui, apenas apresentado, como um facto consumado, apesar das promessas de diálogo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

A Oradora: No processo de consultas em curso, quanto ao sector da Saúde, basta ler a entrevista do Senhor Vice-Presidente para sabermos antecipadamente as conclusões.

No que diz respeito às negociações sobre o futuro da RTP/Açores, o secretismo mantém-se e esta Assembleia permanece arredada de todo o processo.

A revisão da Lei de Finanças Regionais é negociada entre os governos da República e Regional, dando-se este ao luxo de propalar, através da Comunicação Social, alegadas vitórias de que esta Assembleia não tem a mínima ideia, no concreto.

Abertura ao diálogo, Senhor Presidente? Certamente não estamos a falar da mesma coisa.

Por tudo isto, a Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda tomará as devidas providências para chamar, a este Parlamento, os membros do governo responsáveis pelos *dossiers* da RTP/Açores e das Finanças Regionais.

Finalmente, o mesmo governo que defende a competitividade, a sustentabilidade e o desenvolvimento, pretende privatizar a EDA - empresa monopólio e estratégica para qualquer modelo de desenvolvimento futuro, nos Açores - entregando à gula do lucro privado uma das joias da coroa.

Ao Senhor Presidente do Governo Regional deixo, aqui, o meu desafio de vir a esta tribuna desmentir o Bloco de Esquerda, assumindo que, nesta legislatura, não vai cometer este crime contra os Açores.

Por tudo isto, não é de estranhar que o PSD apoie o Governo Regional e viabilize este Plano e Orçamento, através da abstenção. Presos, como estão, às

linhas mestras da política da troika – ou musculada, ou fofinha – coincidem, no essencial.

Para nós, Bloco de Esquerda, este Plano e Orçamento, porque falta à palavra dada pelo Partido Socialista, porque falta aos Açores, porque falta às pessoas, nesta hora de emergência, terá o nosso voto contra.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Termina agora o debate do Plano e do Orçamento da Região para 2013 e das Orientações de Médio-Prazo 2013-2016; termina agora o debate sobre os piores documentos previsionais do pior momento social, económico e financeiro da nossa história autonómica.

Dezasseis anos de governação socialista conduziram a Região a uma economia débil e anémica, com consequências dramáticas e preocupantes para as famílias e para as empresas Açorianas.

Hoje, temos o maior endividamento público de sempre;

Hoje, temos a maior dívida a fornecedores (só na saúde mais de 100 Milhões de euros);

Hoje, temos a geração de Açorianos mais qualificada de sempre, mas também a mais desempregada de sempre (aliás, a que mais cresceu no País, no último ano, e que tem vindo a crescer sustentadamente na última década);

Hoje, temos a maior taxa de pobreza de sempre;

Hoje, temos a maior taxa de beneficiários do RSI de sempre;

Hoje, 3 em cada 10 Açorianos ou estão desempregados, ou beneficiam do RSI;

Hoje, ocupamos o último lugar do País no indicador compósito da coesão;

Hoje, ocupamos o último lugar do País no índice de desenvolvimento regional;

Como se isso não bastasse, na área da educação, temos o pior resultado nos testes intermédios a nível nacional...

Estes são, por mais incríveis que possam parecer, dados reais e a prova disso foi o debate que aqui travamos nos últimos três dias: ao fim de 16 anos de governação socialista, por mais difícil que possa ser de acreditar, os temas dominantes foram a fome e a pobreza!

Hoje, temos um Governo que esgotou a sua capacidade criativa e os seus recursos financeiros, ao ponto de ter ido pedir dinheiro à República para não entrar em falência técnica.

Neste momento, o Governo Regional tem apenas um aliado: o Ministério das Finanças que não quer que a Troika saiba que há no País mais uma Região altamente endividada.

Consequência disso, o Governo Regional propôs e aceitou um verdadeiro resgate financeiro que, primeiro, impingiu aos Açorianos todas as medidas de austeridade da República e, agora, apresenta um Plano e um Orçamento que mais do que austeridade impõe crueldade aos Açorianos.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Na altura em que a economia mais precisa que as finanças públicas estejam sãs, para mitigar o impacto da austeridade externa, o que temos é um Plano de Investimentos públicos que, face a 2012, sofre um corte de 12% e que, face a 2010, já regrediu 20%.

No momento em que é preciso implementar políticas ativas de emprego, de combate ao desemprego e de competitividade económica, o Governo socialista corta 16,4%.

Agora que é preciso, mais do que nunca, preparar o principal sector de atividade económica da Região – a agricultura e o desenvolvimento rural – para enfrentar os desafios que se vão colocar, mormente o fim das quotas leiteiras, o Governo socialista corta 8,5%.

E na solidariedade social?! Depois de uma semana a falar de fome e de pobreza somos confrontados com um Plano e um Orçamento que corta 16,5% nas verbas destinadas a combater precisamente... a fome e a pobreza!

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A maioria socialista e o Governo, à falta de imaginação e de soluções para encarar a realidade à qual nos trouxeram, adotaram o discurso do “puxa-puxa”, pedindo às oposições para contribuir com ideias e propostas, no sentido de “puxar os Açores para cima”!

Se há oposição a quem os Açorianos reconhecem a qualidade da propositura é ao CDS. Nos últimos anos, sem prescindir das críticas, por vezes duras, fomos construtivos ao ponto de apresentar propostas que ajudam os Açorianos em tempos de dificuldades.

Sempre cumprimos com a nossa palavra. Porém, o Governo do Partido que ostenta o *slogan* "*Compromisso assumido, é compromisso cumprido*" faltou à sua palavra, prejudicando os doentes e as famílias.

Aqui sim, é caso para dizer que, afinal, compromisso assumido foi compromisso sumido!

Assumir e não cumprir promove desconfiança e descredibiliza a atividade política.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Esperando que o discurso socialista de apelo às oposições não seja apenas mera retórica de ocasião, tipo tentativa de esconder as limitações criativas da governação na busca das soluções dos problemas que afetam as famílias e as empresas Açorianas, anunciamos aqui que apresentámos um conjunto de alterações ao Plano e ao Orçamento que visam apoiar as famílias e o nosso tecido económico, desde a educação à formação superior, ao empreendedorismo, à criação de emprego, ao apoio aos mais desfavorecidos e desprotegidos...

Assim, face às grandes carências económicas e financeiras das famílias Açorianas da classe média, flageladas pelo desemprego, entendemos ser imperioso reservar uma verba de cerca de meio milhão de euros para a criação de um programa extraordinário de apoio ao pagamento de propinas dos alunos açorianos a frequentar o ensino superior público.

Propomos também meio milhão de euros para reforçar o programa pioneiro de empréstimo de manuais escolares gratuitos aos alunos dos ensinos básico e secundário da Região (criado, no ano passado, por proposta do CDS, mas, infelizmente, mal implementado pelo Governo).

Ainda no sector da educação, formação profissional e qualificação dos Açorianos, propomos um reforço de 500 mil euros nas verbas destinadas ao apoio à Escola Profissional da Ilha de São Jorge, assim como uma majoração de 250 mil euros no apoio ao desenvolvimento tripolar da nossa Universidade dos Açores.

Ainda relativamente ao apoio às famílias Açorianas, o CDS propõe que seja reposto o diferencial fiscal de 30% nas taxas de IRS, em todos os escalões.

Para o empreendedorismo e a criação de emprego apresentamos uma proposta que reserva mais de meio milhão de euros para apoiar projetos inovadores na área da Aquicultura. Nesse sentido, e por outro lado, como forma de incentivo à aposta na aquicultura propomos que a aplicação dos lucros em investimentos nesta área beneficiem de dedução à coleta.

Por outro lado, como forma de melhorar as condições ao dispor das empresas Açorianas para exportar os nossos produtos apresentamos uma proposta de três milhões de euros para as obras de construção do Terminal de Carga da Aerogare Civil das Lajes – há muito prometidas, mas nunca cumpridas pelo Partido Socialista! Mais uma vez, compromisso assumido foi compromisso sumido!

Reforçamos em mais de 500 mil euros o COMPAMID, visando possibilitar o alargamento deste apoio a um maior número de pensionistas açorianos.

Queremos também reforçar em 154 mil euros as verbas destinadas à aplicação do Vale Saúde – para combater as vergonhosas listas de espera cirúrgicas – e incluímos uma verba de 500 mil euros para recuperar o Plano Regional de Vacinação, mitigando assim mais uma medida de austeridade imposta pelo Governo Regional do PS que, recentemente, retirou do plano de vacinação a vacina contra a meningite pneumocócica.

Não menos importante, reforçamos em mais de 200 mil euros os acordos de colaboração com as juntas de freguesia, no âmbito da requalificação e proteção dos recursos hídricos.

Por fim, e mantendo a coerência com aquele que sempre foi o nosso discurso, também propomos uma forte redução de despesa e medidas de transparência na contratação pública, nomeadamente limitando as remunerações dos gestores das empresas públicas regionais às dos Secretários Regionais, que os nomeiam, limitando a um máximo de três gestores por cada empresa, e, por outro lado, estabelecendo regras de transparência na contratação de funcionários públicos.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Em síntese, apresentamos um conjunto de propostas úteis para a sociedade e perfeitamente exequíveis por parte do Governo Regional que se gaba, todos os dias, de ter finanças públicas exemplares.

Os Açorianos não entendem como é que, tendo contas equilibradas, se corta tanto no investimento público e se corta nos apoios sociais...

Termino, mais uma vez, citando Winston Churchill: "*O Socialismo é a filosofia do atraso, o credo da ignorância e o evangelho da inveja*".

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS-PP)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

As primeiras palavras do PSD/Açores no final deste debate são para todas as açorianas e açorianos que passam grandes dificuldades neste momento.

Sei bem que os dias são difíceis, muito difíceis. Sei que muitos açorianos estão confrontados com dificuldades terríveis.

Num tempo como este, é preciso determinação, empenho, dedicação e ação. É preciso agir e não reagir.

O Parlamento dos Açores, perante a situação de emergência social em que as nossas ilhas se encontram, não pode falhar aos açorianos.

Os Partidos aqui representados têm a responsabilidade de colocar divergências de lado, ignorar a tática e não ceder à demagogia fácil.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Os açorianos precisam que no seu Parlamento se encontrem mais respostas do que desculpas.

Deputados António Marinho e Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Os açorianos precisam que se resolvam aqui mais problemas do que os problemas que criam.

Num tempo em que os açorianos se sentem encurralados entre a austeridade nacional e a nova austeridade regional, mesmo que por enquanto ainda disfarçada na eloquência das palavras, não podemos aqui falhar.

Como o PSD/Açores afirmou no início deste debate, nesta tribuna, através do deputado António Ventura, “As medidas de austeridade adotadas pelo Governo da República têm consequências na economia dos Açores.

É verdade que há medidas que têm contribuído para que os Açorianos tenham maiores dificuldades e é verdade que o Governo da República tem de perceber que se arrisca a perder Portugal e os portugueses para a austeridade”, fim de citação.

Para o PSD/Açores a austeridade pode ser uma necessidade para corrigir erros de má governação do passado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas a austeridade não pode ser nunca imposta para corrigir os erros que resultam da própria austeridade.

Deputados Luís Garcia e Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: E o maior problema para os Açorianos é que a travagem da economia é ainda maior nos Açores do que no resto do país.

A espiral recessiva acrescida que se vive na nossa Região está bem patente nos números da execução fiscal de 2012.

No IRC, a queda no país foi de 17,3% e nos Açores foi de 42,5%.

O IVA, que no país caiu 2%, nos Açores caiu 14,4%.

Estes números explicam também, conforme refere o Instituto Nacional de Estatística, o porquê da taxa de desemprego ter registado nos Açores em 2012 o maior aumento de todas as regiões do país.

E são bem o espelho da preocupação do PSD/Açores com a maior crise social e económica da história da Autonomia.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Minhas Senhoras, Meus Senhores:

Como o PSD/Açores anunciou atempadamente, vamos abster-nos na votação do Plano e Orçamento para o corrente ano.

O número de desempregados nos Açores é superior à população da ilha do Faial ou da ilha do Pico.

O número de açorianos desempregados é quase igual à população conjunta das ilhas de Santa Maria, Graciosa, S. Jorge, Flores e Corvo.

Estamos a falar de milhares de pessoas, de milhares de famílias, de milhares de situações dramáticas!

As instituições de solidariedade social dizem ter sinalizadas situações de fome, registam-se problemas sociais que ainda há bem pouco tempo eram considerados pouco comuns, como situações de sem-abrigo e graves problemas de toxicodependência.

Num momento difícil como aquele em que os Açores se encontram, o pior que pode acontecer é um Governo que se recuse a compreender o problema.

O PSD/Açores não será a desculpa que o Governo procura para aliviar as suas responsabilidades.

Deputados João Bruto da Costa e Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: O PSD/Açores não está entre o governo regional e os problemas dos açorianos. O PSD/Açores está – isso sim! – ao lado dos açorianos na procura de respostas.

Deputados António Marinho e Luís Garcia (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Mesmo não tendo quaisquer responsabilidades nos erros cometidos nestes últimos anos, - repito: mesmo não tendo quaisquer responsabilidades nos

erros cometidos nos últimos anos - o PSD/Açores não ignora o seu princípio maior que é o de defender e apoiar as açorianas e os açorianos!

E estamos ao lado dos açorianos quando apresentamos uma proposta de alteração a estes documentos que visa chegar mais longe no apoio ao autoemprego por jovens, que vai para além dos programas Estagiar e que visa criar oportunidades, por exemplo, para que estes jovens possam, pelas suas mãos, empregar e criar eles próprios o seu emprego.

Estamos ao lado dos açorianos, em especial dos que se encontram em situação de enorme carência quando propomos um aumento do complemento de pensão em 10 por cento.

O PSD/Açores podia optar pela via fácil de propor aumentos generalizados de todos os apoios, mas bem sabemos que tal não é possível.

Ainda assim, julgamos que ao governo dos Açores é exigido um esforço para poder acudir aos idosos com baixas pensões.

Deputados Luís Garcia e Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: O PSD/Açores podia, e estou certo que os restantes partidos também, apresentar novas soluções, novos programas para responder a estes tempos de emergência.

Infelizmente, o acordo de resgate financeiro assinado entre o Governo Regional e o Governo da República apenas nos permite o reforço dos instrumentos que já existem.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Como dissemos em tempo oportuno, esse acordo de resgate limita a nossa Autonomia. Como se já não bastasse ter sido enviado para o Terreiro do Paço, o Orçamento que daqui a pouco votaremos é, também, o primeiro que não permite à Autonomia responder com total plenitude às dificuldades dos açorianos.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Estamos também ao lado dos açorianos quando propomos um reforço das verbas destinadas à recuperação de listas de espera cirúrgicas.

Para o PSD/Açores recuperar listas de espera não é, como parece defender o governo regional, avaliar externamente se um doente deve ou não ser operado depois da necessidade dessa intervenção já estar diagnosticada. Esse é o trabalho dos médicos!

Defender e apoiar os açorianos é elaborar medidas e políticas que permitam realizar num prazo razoável as intervenções cirúrgicas indicadas pelos profissionais de Saúde.

Estamos também ao lado dos açorianos quando propomos nestes documentos um reforço do apoio à tripolaridade da Universidade dos Açores.

Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Não compete ao PSD/Açores governar ou alterar todo o orçamento do Governo Regional.

O PSD/Açores não tem essa pretensão. Ao Governo compete governar de acordo com o seu programa e executar as políticas que dão corpo a esse programa.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A situação de emergência social em que os Açores se encontram não pode continuar a ser mais uma desculpa para o governo regional do Partido Socialista fugir às suas responsabilidades.

Quase duas décadas passadas, um saneamento da dívida regional e um saneamento da dívida do Serviço Regional de Saúde, é tempo do PS deixar de falar na herança dos governos do PSD/Açores até 1996.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Estes dois factos, o saneamento das dívidas da Saúde e das dívidas da Administração Regional, demonstram aliás como é falso esse argumento já batido da herança do passado.

Para surpresa geral, estes dias de debate, trouxeram algumas novidades.

A par dos governos do PSD/Açores do passado e do atual governo da República, parece agora existir um novo bode expiatório para desculpar as ineficiências do Governo Regional. O modelo!

O modelo que o PS, agora, critica e que, agora, quer reformar é o modelo que o PS implantou durante 16 anos!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: O que há de novo não é, pois, o Governo Socialista, que caminha para 20 anos.

O que há de novo é mais uma declinação na narrativa das desculpas, com o PS a quase renegar o seu legado como fuga às responsabilidades numa dramática situação que não mais pode ser disfarçada.

Senão vejamos: O eminente colapso financeiro da Lotação nas palavras do Vice-presidente, deve-se ao modelo de gestão seguido.

O Vice-presidente do Governo Regional, por acaso, não diz que é o autor desse modelo.

As dificuldades do Serviço Regional de Saúde devem-se, na nova linguagem socialista, também ao modelo adotado por anteriores governos.

Há agora uma mudança de modelo, dizem-nos. Segundo foi explicado por um deputado do PS, os açorianos vão ter de se habituar a fazer deslocações mais longas para aceder a cuidados de Saúde.

Ou seja, traduzindo da linguagem socialista para o português comum: há serviços que vão ser encerrados em alguns concelhos e a culpa é do modelo seguido. Quem inventou o modelo, isso já é mais difícil de explicar aos açorianos.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Ora, Sérgio Ávila e Vasco Cordeiro, terão sido certamente co-autores dos erros uma vez que os ratificaram sucessivamente enquanto membros dos governos socialistas do passado.

E agora pedem a ajuda de todos para compensar e corrigir os erros que são da sua exclusiva responsabilidade.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Apesar de não termos qualquer responsabilidade na situação, o PSD/Açores está disponível para ajudar o Governo - e já estamos a ajudar - com diálogo e propostas, mas, nomeadamente na área da Saúde, há alguns pontos prévios que não podemos esquecer:

Primeiro, a culpa do desastre financeiro a que chegámos não pode ser diluída, ela é da única e total responsabilidade dos governos do PS.

Segundo, o Governo regional já nos assegurou que consegue fazer face aos mais de mil milhões de euros de responsabilidades financeiras na área da saúde com os orçamentos regionais, sem prejudicar outras metas políticas orçamentais.

Terceiro, às oposições e aos parceiros sociais compete sugerir, propor e dialogar, mas é ao Governo que compete governar. Não pode o Governo

chegar-se à frente quando lhe convém e esconder-se atrás dos outros quando não lhe convém ou quando tem de tomar decisões difíceis.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Quarto, o mais importante que o Governo Regional pode fazer para ajudar a economia dos Açores é pagar o que deve e, no caso da saúde, são mais de 130 milhões de euros a fornecedores dos hospitais. Infelizmente, mesmo após inúmeras insistências, o Governo recusou-se a dizer aqui quando vai pagar estas dívidas, embora fiquemos ainda na expectativa que, até ao fim deste debate, o possa vir a fazer.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Não pode, por outro lado, continuar a dizer-se meias verdades como cortina de fumo para desfocar o verdadeiro problema, como se ouviu neste Plenário, falando-se de dívidas do Governo da República que representam apenas 4% dos problemas financeiros da Saúde dos Açores.

E, especialmente, tendo em atenção que estas dívidas do Governo da República vêm do tempo do antigo primeiro-ministro José Sócrates, embora só agora, estranhamente, se tenham tornado um verdadeiro problema quando o Governo da República passou a ser de coligação PSD/CDS-PP.

Ora se é certo que o Governo da República deve pagar essa dívida, não deixa de ser extraordinário que agora já sirva qualquer argumento, mesmo que incoerente e insuficiente.

E o que dizer da extraordinária desculpa para a crise que afeta muitas corporações de bombeiros?

Depois de durante anos o anterior secretário José Contente ter afirmado que os bombeiros e a proteção civil deviam ter cada vez maior profissionalismo, cada vez mais e melhores meios;

Depois de durante anos e anos, Sérgio Ávila e Vasco Cordeiro terem aprovado milhares de euros para insuflar esse modelo, o Governo Regional agora

responde aos bombeiros desta maneira dizendo: lamentamos, tivessem seguido outro modelo, a proteção civil não é o pai dos Bombeiros! Como disse o Secretário da Saúde neste Plenário.

De forma surpreendente, vem da boca deste Governo e, em especial, do Secretário Luís Cabral...

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: ..., a maior crítica ao anterior Secretário, José Contente.

Deputados António Marinho e Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Houve um tempo em que a estratégia se baseou no endividamento bancário, depois passámos do endividamento para os atrasos aos fornecedores e agora entrámos numa nova fase da governação: os açorianos vão pagar os juros do endividamento bancário, os atrasos e os juros desses atrasos aos fornecedores.

Como dissemos e repetimos, o melhor que o Governo Regional pode fazer neste ano de 2013 é pagar o que deve. Se o Governo Regional pagar o que deve a nossa economia recebe, de imediato, um balão de oxigénio muito importante!

Deputados António Marinho e Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Minhas Senhoras e Meus Senhores:

O PSD/Açores espera também que o Governo Regional e o PS em próximos plenários aprovem as medidas complementares ao subsídio de desemprego que apresentámos neste Parlamento.

Trata-se de mais um contributo do PSD/Açores para acudir a quem se encontra na terrível circunstância de não ter emprego, e muito em particular aos casos em que ambos os cônjuges estão desempregados ou se encontram em situação de insolvência.

Esta é mais uma oportunidade para o Governo Regional e o PS, que o suporta, demonstrarem que estão mesmo interessados no diálogo e que o desabafo do vice-presidente do governo de que não era necessária a oposição não tenha passado disso mesmo: de um mero desabafo.

Os açorianos precisam que os seus representantes políticos estejam à altura dos desafios que a nossa Região enfrenta.

O PSD/Açores cá está, e cá estará, ao serviço dos açorianos.

O Governo do Partido Socialista foi eleito para governar e para resolver os problemas, alguns dos quais ele próprio criou a si e aos açorianos.

Em Autonomia, com mais de mil milhões de euros no Orçamento para este ano, o Governo Regional está obrigado a apresentar resultados. Não há uma segunda oportunidade para fazer bem aquilo que tem de ser feito já.

O PSD/Açores aqui estará, como sempre, em defesa dos interesses do nosso povo.

Aqui estamos para não permitir que o governo continue a optar pela via açoriana das desculpas.

A via açoriana prometida nas eleições tem de ser a via das respostas e das soluções.

Deputados António Marinho e Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Os partidos são estruturas orgânicas que nascem na sociedade e existem, acima de tudo, para a servir.

O PSD/Açores nasceu nos Açores e construiu-se com a Autonomia que ajudou a construir.

Para nós os interesses das açorianas e açorianos estão acima dos partidos.

Estamos aqui a dar mostra disso com a nossa abstenção, como dêmos recentemente quando enfrentámos o Governo da República.

Aos açorianos que sofrem, quero garantir que o PSD/Açores cá estará para que as respostas necessárias sejam encontradas!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Os açorianos, ao longo da nossa história, demonstraram a sua força e coragem na busca de melhores condições de vida.

A geografia das nossas ilhas criou em nós a determinação que nos impede de desistir perante as mais adversas condições.

Aqui estaremos firmes e determinados a ajudar os açorianos, propondo soluções, buscando o diálogo, cientes do nosso papel enquanto oposição responsável, mas também enquanto oposição atenta.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Queremos que esta nossa energia se possa transmitir aos açorianos que estão ansiosos por sentirem, da parte dos responsáveis políticos, a força anímica, o engenho e a arte para conduzirmos os Açores a dias melhores.

Queremos, com os açorianos, voltar a conjugar a palavra Esperança.

Disse!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos de pé dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

Deputado Berto Messias (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Terminamos agora o debate do Plano e Orçamento para 2013.

Discutimos estes documentos num momento de grandes dificuldades e de enorme incerteza. Num momento em que diversos fatores externos condicionam fortemente o nosso desempenho.

A conjuntura macroeconómica é adversa. Vivemos hoje na maior crise económica e financeira dos últimos oitenta anos. A Europa está à beira do colapso devido à crise das dívidas soberanas.

As notícias que vemos todos os dias sobre as profundas instabilidades nos Estados Europeus, recentemente empoladas pelos acontecimentos no Chipre, empurram-nos para o aumento da incerteza e para aquilo que pode ser o princípio do fim da Europa, tal como a conhecemos.

Por isso, nenhuma discussão ou análise a qualquer Plano e Orçamento ou a quaisquer instrumentos de programação financeira públicos, que seja séria, lúcida e responsável, pode ignorar este facto.

Do mesmo modo o que está a acontecer na nossa economia de referência, Portugal Continental, tem um impacto significativo também na Região Autónoma dos Açores.

Hoje, temos um Governo da República do PSD e do CDS-PP obcecado pela austeridade.

Que entende a austeridade como a cura para todos os males. Um governo da República que se orgulha de ir mais além da Troika.

Um Governo que impõe aos portugueses a maior carga fiscal da história da democracia portuguesa, que asfixia famílias e que empurra empresas para a insolvência.

Aliás, o que se passou recentemente no âmbito da 7ª avaliação da Troika é bem demonstrativo da desorientação do atual Governo da República.

É a prova infeliz de que o Sr. Ministro das Finanças, deixou de ser ministro para ser delegado da Troika em Portugal.

É o exemplo de como não se deve comportar um governo nas atuais circunstâncias.

Infelizmente, devido as opções políticas do atual Governo da República o nosso país está pior do que o que estava há dois anos atrás.

Isso tem um impacto fortíssimo numa economia como a nossa, com as nossas especificidades e com a nossa exposição.

Devido a estes fortíssimos condicionalismos externos a elaboração do Plano e Orçamento e as opções políticas materializadas nesses documentos devem concentrar-se no essencial e prioritário – o emprego, o apoio às empresas e o apoio às famílias, para que seja possível minimizar os efeitos da atual conjuntura externa.

É isso que se exige de um governo nas atuais circunstâncias, nem que para isso tenhamos de repensar ou adiar infraestruturas.

Tendo em conta as opções políticas nos Açores, só por ignorância ou má-fé se pode comparar a ação política do Governo dos Açores com aquela que norteia o atual Governo do País. Só a lealdade cega às chefias partidárias de Lisboa podem impedir de admitir que a Governação nos Açores é melhor que a Governação no resto do País.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: É isso, aliás, que permite um Plano e Orçamento que, apesar de ser obrigatoriamente de contenção, consubstancia a matriz social de que o Partido Socialista muito se orgulha. É evidente que gostaríamos de ir mais além. Mas, nos Açores não cometemos a irresponsabilidade de comprometer as gerações futuras. Isso é reconhecido por todas as entidades externas. Hoje a dívida pública regional corresponde hoje a 19% do PIB e o défice dos Açores está hoje nos 0,4%. Um desempenho que contrasta com a situação nacional que, como se

sabe, apresenta uma dívida pública superior a 120% do PIB e um défice superior a 6%.

A desgraça dos outros não nos satisfaz, pelo contrário, mas é inegável que temos tido melhores desempenhos devido às nossas opções políticas dos últimos anos.

É evidente que para alguns partidos da oposição isso não chega. À falta de melhores argumentos, insistem na narrativa de que estamos a viver a pior crise da autonomia regional. Ao ouvi-los parece, por momentos, que não vivem neste mundo.

É certo que existem dificuldades, ma também é certo que tivemos uma evolução significativa nos índices de desenvolvimento e de qualidade de vida dos nossos concidadãos.

Naturalmente que o Partido Socialista não nega as dificuldades que muitas famílias açorianas infelizmente hoje enfrentam.

É por isso que assumimos com a necessária coragem política um rumo diferente do seguido a nível nacional. A nossa prioridade é clara: proteger o máximo possível as famílias, ajudar as empresas e minimizar os danos da crise que nos assola.

Mas do mesmo modo que não nos deslumbramos com os resultados alcançados, também não cometemos o erro de iludir os açorianos.

Nos momentos de maiores constrangimentos, o que se exige de um Governo não é que tenha um discurso facilitista, mas sim que faça tudo ao seu alcance para atenuar os constrangimentos que afetam a sociedade.

Exige-se de um Governo sério e responsável que procure dar as respostas necessárias. Que esteja atento e ajuste as políticas ao contexto em que vivemos.

Um Governo sintonizado com as dificuldades e empenhado em resolver os problemas das pessoas.

Mas se as atuais circunstâncias elevam a exigência relativamente ao governo isso também não é menos verdade no que se refere aos Partidos da Oposição.

Em momento de especiais constrangimentos, o que se espera da oposição é que, para além do exercício crítico, procure, igualmente, estar à altura do momento que hoje vivemos.

Nos tempos que correm, espera-se que a oposição vá além da crítica fácil e apresente verdadeiros e sérios contributos que, face ao atual contexto, resultem em propostas que possam acrescentar soluções aos problemas que afetam os açorianos.

Uma democracia madura não se compadece com uma oposição que também não evolui quando tudo à sua volta muda.

Uma democracia evoluída precisa de uma oposição madura. Que esteja empenhada em trabalhar nas soluções, deixando os preconceitos partidários de parte. É fundamental que a oposição abandone a sua zona de conforto e perceba que uma derrota eleitoral, mesmo que muitas vezes repetida, não a desobriga nem a demite das suas responsabilidades que vão muito para além do facilitismo da crítica.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Todos podem e devem criticar, todos têm o direito de diagnosticar problemas, mas quem o faz tem a obrigação política e moral de apresentar soluções sérias e exequíveis para o desenvolvimento dos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Neste Plano e Orçamento, destacamos duas questões que nos parecem de enorme relevância política.

Por um lado a forte dimensão social das propostas aqui apresentadas.

Quando na Europa e no País se cortam apoios sociais e se destrói todo o esforço de várias gerações de políticos e de políticas que tudo fizeram para conferir à população os limites mínimos da dignidade humana, nos Açores afirmamos a matriz socialista que nos define, mantendo e reforçando os apoios sociais que existem na nossa Região e pondo a nossa Autonomia ao serviço dos nossos concidadãos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Outra matéria que destaco é a grande prioridade que é dada ao emprego, no apoio às empresas e à manutenção de postos de trabalho, bem como na operacionalização da Agenda Açoriana para o Emprego e Competitividade Empresarial.

É que não deixa de ser politicamente relevante a existência de uma agenda para o crescimento e emprego. Hoje, infelizmente, muitos governos dão mais importância aos números, à despesa e ao preenchimento de folhas de Excel do que às pessoas e ao emprego, sem conferir aos cidadãos horizontes de esperança, de emprego e de crescimento.

As medidas constantes do plano e orçamento de apoio ao emprego e às empresas e a operacionalização desta agenda revelam-se como uma opção política fundamental que deveria servir de exemplo para o resto do país.

Assim, pelas medidas e opções políticas materializadas nos documentos aqui apreciados, apesar das dificuldades e da contenção necessária, espera-se que quem se diz contra os cortes nos apoios sociais, quem se diz contra a austeridade, quem se diz contra o desemprego e quem se diz a favor do emprego e a favor da manutenção dos apoios sociais em coerência tenha de apoiar este plano e este orçamento.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Não escondemos os problemas. Não rejeitamos a situação económica e social difícil que assola muita gente, mas fazemos tudo o que está ao nosso alcance para ultrapassar esta fase difícil.

Porque a Governação nos Açores é melhor que a Governação no resto do País.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: E só não o reconhece quem está mais interessado em defender uma agenda partidária do que defender os açorianos e os Açores.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Por muitas que sejam as tentações de falar mal, por muitas que sejam as tentações de fazer guerrilha, é inquestionável este facto.

É por isso que o PS/Açores tem vindo a exigir mudanças no rumo do País.

Porque estamos convencidos que o rumo que o Governo nacional segue é prejudicial para os portugueses e, também, para os açorianos.

E não tenhamos dúvidas, apesar do nosso esforço, as más políticas nacionais podem destruir boas políticas regionais.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Neste quadro, e numa análise à programação financeira e política de médio prazo, o desafio da sustentabilidade da nossa autonomia assume especial relevo.

A defesa da sustentabilidade da nossa Autonomia é hoje um imperativo político que devia, verdadeiramente, convocar todas as forças políticas da nossa Região. É pena que alguns partidos não percebam – ou não queiram perceber – que quando insistem, por mero calculismo político, em puxar os Açores para baixo, fazem o jogo dos inimigos da autonomia. Quando se deixam levar pela retórica, quando não resistem à tentação e cedem à demagogia e ao populismo, não prestigiam os órgãos próprios da autonomia regional e, com isso, não prestam um bom serviço aos açorianos.

A sustentabilidade da Autonomia exige um apurado sentido de responsabilidade e convoca todos os agentes políticos e parceiros sociais.

Na construção de um futuro que aproveite tudo o que de bom foi feito até ao momento, e que faça as melhorias e acertos necessários no que correu mal, porque só não falha quem nada fez.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Exatamente!

O Orador: Na construção de um futuro pronto para vencer os desafios de futuro que se colocam aos Açores como a sustentabilidade da nossa autonomia, o reforço da competitividade empresarial, a inovação e o desenvolvimento tecnológico, a consolidação de uma cultura de empreendedorismo, a qualificação dos nossos recursos humanos, o desenvolvimento de uma Economia do Mar que seja uma verdadeira referência no País e na Europa. A construção de uma verdadeira sociedade do conhecimento, na qual a redução das assimetrias económicas e sociais seja uma prioridade. Seja também a possibilidade de vencer vários desafios com que estamos confrontados. Como é o caso do combate ao desemprego, o caso daquilo que hoje está a acontecer também na Base das Lajes, o caso do fim das quotas leiteiras ou o caso também da negociação no âmbito das novas perspetivas de financiamento europeu na Europa.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Os tempos são difíceis. Vivemos no meio de imensas dificuldades.

Nós não escamoteamos os problemas. Assumimo-los como desafios a vencer.

Temos situações de pobreza e de emergência social que exigem o máximo de todos nós. De todos, sem exceção.

Aliás, a este propósito, a pobreza e a emergência social, foram por várias vezes referidas ao longo do debate nos últimos dias.

No entanto, temos de ter cuidado quando se discutem problemas de pobreza e de emergência social, sob pena de resvalarmos para um registo demagógico, populista e pouco digno do momento que atravessamos.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Bem percebo as tentações de aproveitar situações de dificuldade de pessoas e de pobreza com o objetivo de daí retirar dividendos partidários. Essa postura é aliás um clássico da direita conservadora e reacionária.

Nós recusamos essa postura. Não o fazemos, nem o faremos.

O Partido Socialista Açores jamais se aproveitará de situações de pobreza e de emergência social para fazer politiquices.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: A exigência perante as dificuldades, o respeito que nos merecem as pessoas e os princípios que nos norteiam são a garantia que não instrumentalizaremos a pobreza no debate político.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: E apesar das dificuldades e das circunstâncias, muito nos orgulha o trabalho desenvolvido pelo Partido Socialista nesta área, que permitiu uma evolução sem precedentes na proteção social nos Açores, quer ao nível das infraestruturas, quer ao nível dos apoios sociais e que, em muitos casos,

garantiu o cumprimento dos limites mínimos da dignidade humana a muitos cidadãos, esquecidos e abandonados nas duas primeiras décadas do regime democrático nos Açores.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Precisamos assim de união e de convergências na defesa dos nossos concidadãos e da nossa Região.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Todos devem estar comprometidos com o futuro da nossa terra. Todos devem assumir as suas responsabilidades.

Pela nossa parte, estamos sempre disponíveis para dialogar e para aceitar e acolher as boas propostas de todos os partidos, porque não apreciamos propostas com base nos seus autores ou em anúncios prévios de orientações de voto, apreciamo-las com base na sua qualidade...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: ...e nos contributos que dão para o desenvolvimento dos Açores.

Nesse âmbito posso anunciar que no debate da especialidade que vai ocorrer a seguir o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, pela apreciação que já pode fazer, vai aceitar e aprovar propostas e contributos de todos os partidos com assento neste Parlamento.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Vivemos assim tempos de responsabilidade. Espera-se, assim, responsabilidade e compromissos genuínos e sérios.

Não basta falar, é preciso fazer.

Permitam-me, neste âmbito, uma referência ao maior Partido da Oposição nos Açores, o PSD, que agora com novas vestes e novas encenações, empenhado em apagar a sua história recente e assumindo uma nova postura colaboracionista.

Não basta afirmar a disponibilidade para colaborar. É preciso, efetivamente, que não se fique pelo mero anúncio de intenção. É necessário que seja coerente. Que o discurso tenha correspondência com a prática.

Infelizmente aquilo que temos presenciado é uma espécie de esquizofrenia política.

De manhã dizem que estão prontos para colaborar, à tarde estão sempre prontos para atacar, criticar e desgastar o Governo e o Partido Socialista.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, não basta parecer, é preciso ser de facto responsável.

Reconheço honestamente o empenho da nova liderança do PSD Açores, mas espera-se mais de um partido com a sua história.

Espera-se que se reencontre, se organize e saiba estar minimamente à altura dos seus pergaminhos. Espera-se, por fim, mais responsabilidade. Que faça política a pensar nos açorianos e que não faça política a pensar nas agendas mediáticas e nas capas dos jornais.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: De igual modo, seria útil e positivo que o outro partido na Região que apoia o Governo da República abandonasse a lógica da guerrilha. Seria bom que o CDS fosse capaz de voltar ao diálogo e abandonasse a via da radicalização do discurso.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Uma via radical e inconsequente que parece revelar que ainda não foram capazes de digerir e ultrapassar os resultados eleitorais obtidos em outubro.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: O CDS parece estar empenhado e comprometido em rivalizar com o PPM em matéria de radicalização retórica. Esperamos que possam inverter o rumo e que regresse o partido moderado que, nesta altura, não sabemos se é o PP, se é o CDS.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Este debate também permitiu desmentir aqueles que, como o PPM, enveredam pelo discurso da vitimização. Que têm a audácia de encher a boca com discursos sobre a democracia sem, contudo, terem noção de que a democracia, ela própria, é um jogo com regras claras e definidas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Pois é!

Deputado Domingos Cunha (PS): Muito bem!

O Orador: Os Açores destacam-se pelas práticas democráticas, pelo respeito pelas oposições e pelo respeito pelos valores e princípios democráticos.

E por mais que o PPM insista em fazer resvalar o debate político, o Partido Socialista dos Açores jamais aceitará a “jardinização” o Parlamento açoriano.

Deputado Domingos Cunha (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Uma coisa não faremos, não matamos a esperança. Não aconselhamos os nossos jovens a emigrar. Não encolhemos os ombros perante o desemprego. Não nos resignamos nem desistimos de defender os interesses dos açorianos.

Já vivemos situações negativas no passado. Já provámos que somos capazes de vencer as dificuldades. Somos um povo de resistentes.

Nenhum Governo do Mundo pode dizer que fez tudo bem.

Nenhum Governo do Mundo pode dizer que resolveu todos os problemas.

Mas qualquer Governo, nas atuais circunstâncias tem de ter a capacidade e a determinação de fazer tudo aquilo que está ao seu alcance para ajudar os seus Concidadãos e para defender a nossa Terra.

Deputados Francisco César e José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: É isso que o PS está a fazer. É isso que o Governo dos Açores está a fazer, assumindo as suas responsabilidades e estamos certos que todos vão também assumir as suas responsabilidades, porque também não temos dúvidas que muito mais é aquilo que nos une, do que aquilo que nos separa.

Porque está em causa o nosso futuro, o futuro das novas gerações, o futuro de tantos jovens que estão hoje a estudar e a qualificar-se e que querem voltar para os Açores, querem ficar nos Açores.

Porque está em causa a sustentabilidade da nossa Autonomia, que queremos preservar e aprofundar, usando-a como instrumento determinante para garantir o nosso desenvolvimento.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Termino. Ao longo de todo o debate ouvimos várias citações e frases de grandes políticos mundiais, de grandes escritores e de grandes filósofos.

Permitam-me que termine com a citação de um jovem açoriano.

Há pouco tempo, no âmbito de um trabalho realizado a propósito do Dia da Autonomia, perguntavam a vários jovens açorianos que estão hoje espalhados pelo Mundo, o que era para eles ser dos Açores, o que era para eles a Autonomia Regional – um deles respondeu que Autonomia Regional é andar de cabeça erguida.

E nós não nos resignaremos para que todos os açorianos possam continuar a andar de cabeça erguida.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos de pé dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para encerrar o debate tem a palavra o Sr. Presidente do Governo.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Açorianas e Açorianos:

Na conclusão destes três dias de debate sobre as propostas de Plano e Orçamento para 2013 e de Orientações a Médio Prazo 2013-2016, cabe-me, como Presidente do Governo, encerrar este período de análise e esclarecimento sobre o trabalho que o XI Governo dos Açores vos apresentou e submeteu à vossa apreciação.

Acompanhei os debates ao longo destes três dias e, deste processo, em que tudo foi legítimo perguntar e questionar ao Executivo, existem algumas notas sobre a forma como o Governo se apresentou perante esta Câmara que gostaria de salientar.

A todos o Governo respondeu e a todos o Governo procurou esclarecer, clarificando opções, explicitando medidas e concretizando os caminhos que queremos seguir no futuro.

Eis, pois, a primeira ideia que considero ser de realçar: a forma frontal, a postura esclarecedora e o trabalho de clarificação que foi e é apanágio deste Governo, dentro e fora desta casa.

Assim foi e assim é, não apenas porque este é um dever que sobre nós impende ou uma convicção democrática que nos anima, mas também porque a

importância, a necessidade e a urgência destes documentos a isso obriga e a isso impõe.

Falámos de documentos – em especial, o Plano e Orçamento – que são de importância fulcral para o futuro da nossa terra, para o futuro das Açorianas e dos Açorianos que, sobretudo nestas horas de maiores desafios e de maior exigência, olham para este Governo e para este Parlamento no sentido de ser dado mais um passo na concretização do projeto de governo que, maioritariamente, sufragaram nas eleições do passado mês de outubro.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Contudo, estes 3 dias de debate não serviram apenas para clarificar as opções do Governo sobre os caminhos do Futuro que queremos para a nossa Região.

Eles serviram também para tornar claras as intenções e o posicionamento dos partidos políticos representados nesta Casa.

Não podemos, por isso, deixar de registar dois ou três aspetos que não podem, nem devem ser esquecidos e que não podem, nem devem passar em branco face aos Açorianos.

Analisar os documentos que aqui apresentámos sem analisar a conjuntura nacional e internacional que vivemos, sem ter em conta a conjuntura nacional e internacional que nos influencia e condiciona, não é um trabalho sério.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: É, no fundo, um exemplo da tática da avestruz que, enfiando a cabeça na areia, não quer saber o que se passa à sua volta, nem quer saber o que a rodeia.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Também aqui, neste Plenário e neste debate sobre estes documentos, da parte de alguns partidos da oposição, presenciámos a tática da avestruz.

A isso aliou-se uma inacreditável arrogância de reclamar e exigir do Governo dos Açores não apenas que cumpra o seu papel, mas que, para além disso, cubra as consequências da inabilidade e, em alguns casos, da incompetência do Governo da República,...

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: ...mesmo não tendo nós os poderes ou os recursos para isso.

Deputado Domingos Cunha (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: O País está, fruto da austeridade do Governo da República, numa das piores recessões da sua história.

Não interessa!

Para esses partidos, o Governo dos Açores deveria resolver os desafios dos Açores e ainda resolver os desafios do País.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

O Orador: Todo o País e toda a Europa lutam com o aumento galopante do desemprego, mas isso não tem nada a ver para esses partidos.

Exigem do Governo dos Açores, não apenas que trate deste combate nos Açores, mas ainda que resolva as causas do desemprego no País e na Europa.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: As medidas de austeridade da República provocam um agravamento das fragilidades estruturais da nossa economia e logo esses partidos se indignam por que razão o Governo dos Açores não constrói aqui uma Grande Muralha para evitar que esses efeitos cheguem cá!

Mas, Senhoras e Senhores Deputados, mas Açorianas e Açorianos, de que partidos falamos?

Falamos, desde logo, dos partidos do Governo da República.

É, de facto, necessário ter muito descaramento para chegar a este Parlamento e acusar o Governo dos Açores de ser o responsável pela crise, esquecendo, convenientemente, aquilo que o Governo deles está a fazer ao País.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Mas o mais chocante é a duplicidade de critérios, o mais escandaloso é usar dois pesos e duas medidas, o mais insultuoso é a exigência que usam no julgamento – sim, porque durante estes três dias momentos houve em que esses debates mais pareciam um julgamento – a exigência que usam no julgamento, dizia eu, de um Governo com apenas quatro meses de existência.

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD)

Toda a tolerância, toda a compreensão vai para um Governo da República com dois anos de vida.

Toda a exigência, todo o rigor vai para o Governo dos Açores com apenas quatro meses de vida.

Deputado Luís Garcia (PSD): E 16 anos!

O Orador: Exigência e rigor em cumprir em quatro meses aquilo que foram compromissos assumidos e reiterados para quatro anos.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): 16 anos e 4 meses!

O Orador: Até parece que querem esconder das Açorianas e dos Açorianos coisas tão simples...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Como 16 anos!

O Orador: ...como o Governo da República estar a cortar nos apoios sociais, mas o Governo dos Açores garantir a existência de apoios como o Complemento de Abono de Família para Crianças e Jovens;...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: O Governo da República desejar ardentemente baixar o Salário Mínimo Nacional e o Governo dos Açores garantir a existência do Salário Mínimo Regional de valor superior àquele;...

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: Querem esconder que o Governo da República corta na remuneração dos funcionários públicos, mas o Governo dos Açores garante a existência da remuneração compensatória; que o Governo da República, após dois anos, continua a insistir na austeridade, mas o Governo Regional, nos primeiros dias do seu mandato, aprovou já uma Agenda Açoriana para a Criação de Emprego e para a Competitividade Empresarial.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Tudo isso são alguns exemplos que o Governo dos Açores não segue, por muito que custe à nossa oposição, o caminho do Governo da República.

O nosso Governo segue, convictamente e com determinação, um caminho diferente para melhor.

Também aqui foram aqui falados os 16 anos que o Partido Socialista esteve no Governo.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Ao longo destes três dias de debate foram várias as vezes e vários os oradores que invocaram discursos de membros de Governos anteriores, que

apresentaram dados de Governos anteriores e que até falaram com base em rubricas de Planos e Orçamentos anteriores.

Pois bem, pelos vistos há uma novidade que ainda ninguém deu a estes partidos: houve eleições em outubro passado.

E, digo-vos mais, o Partido Socialista ganhou as eleições.

Os Açores têm, não só um novo Governo, mas também um Governo novo.

Um Governo novo que se ancora nos princípios e nos valores que nortearam a governação dos Açores nos últimos 16 anos.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Exatamente!

O Orador: Mas é um Governo novo.

Mas aquilo a que assistimos nesses casos foi a uma tentativa de ajuste de contas com a História.

Inconformados com a estrondosa derrota que sofreram, querem substituir agora o julgamento feito pelos Açorianos pela farsa do julgamento feito pelos próprios.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Pois a estes partidos, eu digo: fiquem, então, com o vosso passado de derrotas, que nós ficaremos com a nossa ambição de Ganhar o Futuro para a nossa terra.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Açorianas e Açorianos:

Mas vamos ao que verdadeiramente interessa e o que interessa não são os Partidos da Oposição.

É o Futuro dos Açores, o Futuro das Açorianas e dos Açorianos e o que quer o Governo dos Açores com estes documentos para ajudar a construir esse futuro.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Quer ajudar os Açores a vencerem o momento presente e quer lançar os alicerces para um futuro melhor.

Quer ajudar a criar emprego, em especial para os nossos jovens, melhorando as qualificações profissionais, ajudando as nossas empresas e fortalecendo a nossa economia.

Quer acorrer aos setores mais frágeis da nossa Sociedade, como as nossas crianças, os nossos jovens ou os nossos idosos.

Quer lançar novos caminhos para uma Região sustentável, para uma economia mais forte, para mais empregos e para mais empregos melhor remunerados.

Quer criar as condições para que a nossa Autonomia continue firme, continue de cabeça levantada perante aqueles que, na atual conjuntura e depois do que aconteceu na Região Autónoma da Madeira, parecem estar à espreita, à espera do menor deslize e da menor falha para pôr em causa, não apenas a Autonomia dos Açores, mas este modelo de descentralização governativa.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: É por isso que julgo que, da ação do Governo dos Açores, depende muito mais do que apenas a governação das nossas ilhas.

Há o ressurgimento de um centralismo cego, interesseiro e obtuso que, a coberto das circunstâncias que vive o País, quer fazer reverter opções há muito tomadas e há muito consolidadas no sentir e no viver do Povo Açoriano.

Deputado Domingos Cunha (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Seja no caso do Acórdão recente sobre a Reforma Autárquica, seja na proposta de lei sobre a Exploração do Espaço Marinho, seja ainda na própria revisão da Lei de Finanças das Regiões Autónomas aí está, novamente, um centralismo que não conhece barreiras partidárias nem posições institucionais.

E, face a isso, não pode haver partidos.

Só há Açorianos!

Não posso, por isso, deixar passar esta oportunidade sem lamentar profundamente, nem deixar de manifestar a minha solidariedade pessoal e institucional aos Senhores Deputados à Assembleia da República Mota Amaral, Joaquim Ponte e Lídia Bulcão pela ação disciplinar que estão a ser alvo pelo PSD por terem defendido os interesses dos Açores na votação da Proposta de Lei das Finanças das Regiões Autónomas atualmente em debate.

Em especial no caso do Deputado Mota Amaral, o que lhe está a ser feito pelo PSD é indigno...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ...e insultuoso do seu percurso e do seu trajeto.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Açorianas e Açorianos:

As matérias relativas à criação de emprego, ao aumento da competitividade das nossas empresas e da nossa economia e ao apoio social e à Solidariedade Social constituem o núcleo essencial dos documentos previsionais apresentados pelo Governo.

No que respeita ao primeiro pilar desta estratégia, o Plano de Investimentos articula-se com a Agenda Açoriana para a Criação de Emprego e Competitividade Empresarial.

As medidas que constam dessa Agenda têm sido um elemento decisivo na forma como ajudamos as Açorianas e os Açorianos nesta fase de maior

urgência, seja na componente do Emprego, seja na componente da Competitividade Empresarial.

Das cerca de 60 medidas apresentadas, cerca de 42% já estão em execução, sendo de salientar medidas como o Programa de Incentivo à Inserção do ESTAGIAR L e ESTAGIAR T, o Programa ABC de Aquisição de Competências Básicas ou o Reativar Tecnológico.

O facto, a verdade, é que, no conjunto destas medidas, denominado na Agenda como “Medidas de Apoio ao Emprego e à Formação Profissional”, já chegamos a cerca de 1.200 Açorianos, ajudando-os e ajudando as suas famílias.

Mas este número não nos acomoda, nem nos satisfaz. O que nos inquieta, o que nos move são os casos que ainda temos por resolver, são os casos que ainda temos de ajudar.

Sabemos que há mais Açorianos que, com a nossa ajuda, podem ter melhores condições para ultrapassar esta fase que vivemos e estamos aqui para dar respostas.

E nós queremos ajudá-los!

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Durante o corrente ano lançaremos ainda dois novos programas – AGIR Indústria e AGIR Agricultura – dirigidos não só a permitir aos jovens a integração em setores da economia que sejam mais produtivos, mas também a dotar o tecido empresarial de quadros qualificados, o que permitirá às empresas crescerem de forma mais confiante e sustentável.

Este é também o tempo em que entrarão em vigor medidas como o aumento do prazo de reembolso dos incentivos do SIDER, o Programa de Apoio ao Redimensionamento Empresarial e o Programa de Reestruturação das Empresas Açorianas.

Mas o Governo olha o Futuro com Confiança e, como já foi várias vezes referido, um dos aspetos fundamentais para alcançar um novo patamar na nossa economia tem a ver exatamente com o empreendedorismo.

É, assim, com gosto, que posso anunciar que, até final do corrente mês de março, será aprovado o Plano Estratégico para o Empreendedorismo, o qual visa ajudar a criar um ecossistema favorável à atividade empreendedora, agindo sobre os seus principais setores estruturantes e constituindo, ao mesmo tempo, um importante instrumento para a criação de emprego.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: O Governo dos Açores responde presente ao desafio da criação de emprego e ao desafio de ajudar os trabalhadores e as empresas açorianas a vencerem a atual conjuntura.

Mas o Governo considera que a sua responsabilidade não é apenas a de criar as condições para a criação de emprego e para ajudar as empresas ou a competitividade da nossa economia.

O Governo sabe, porque está no terreno, porque está na rua com as pessoas, que existem muitas Açorianas e muitos Açorianos que necessitam de apoio (sim senhor, é verdade), que necessitam de ajuda nas mais variadas vertentes da sua vida diária.

Se este é o tempo de ser criterioso, de ser exigente, de ser rigoroso na gestão dos dinheiros públicos, este é também o tempo de renovada atenção, de renovado e acrescido cuidado para que não fique ninguém para trás.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: O Governo não se pode substituir às pessoas e às famílias.

Mas o Governo do Partido Socialista assume plenamente a responsabilidade de agir até ao limite das suas capacidades, de atuar e de pôr em prática os valores da Solidariedade Social, de zelar pela dignidade da pessoa humana.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Um exemplo paradigmático desta ação do Governo, da assunção desta responsabilidade, tem a ver exatamente com a questão da alimentação nas escolas.

Este é e foi, certamente, um terreno propício à demagogia.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: O facto, porém, é que infelizmente ninguém, dentro e fora desta Câmara, pode exigir ao Governo que garanta que todas as crianças que todos os dias chegam às nossas escolas não estão com fome. Ninguém pode exigir ao Governo que garanta isso.

Deputado José San-Bento (PS): Essa é que é a verdade!

O Orador: São tantos os fatores que podem contribuir para isso, fatores internos e externos às famílias, que só por demagogia, ou por má-fé, o discurso e a discussão podem ser colocada nesse plano.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Mas como Presidente do Governo, há algo que também sei: é que não é necessário ninguém exigir a este Governo que assuma uma responsabilidade que este Governo é o primeiro a assumir por dever, por valores, por princípios e por consciência: e esta é a responsabilidade de garantir que uma criança que chegue à escola com fome, não saia da escola com fome.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Esta responsabilidade o Governo assume até ao limite dos seus meios, até ao limite dos seus recursos e até ao limite das suas forças. Mas assume esta responsabilidade.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: Mas também noutras áreas de apoio às Açorianas e aos Açorianos o Governo está a trabalhar para ajudar, o Governo está a trabalhar para aliviar o fardo tão pesado que os tempos impõem que nos chegue de outras paragens.

Numa área fundamental para a dignidade e estruturação familiar como é a Habitação, vamos ajudar casais jovens a cumprirem o sonho de terem uma casa. Para isso, o Governo vai lançar um concurso para atribuição de uma centena de habitações, em regime de arrendamento com opção de compra.

Não se trata de dar uma casa,...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ...trata-se de ajudar casais jovens...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ...que, não dispondo de condições para um empréstimo bancário devido às restrições impostas atualmente pela banca, têm, contudo, condições para pagarem uma renda.

É também o caso de um conjunto de outras medidas de apoio social dirigidas às famílias que vamos manter e que, no caso, do Complemento Regional de Pensão, dirigido aos nossos idosos, o cheque pequenino, vamos aumentar.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Açorianas e Açorianos:

Estes documentos trazem em si a ação, a determinação e a ambição para ganhar o Futuro para a nossa terra. Trazem em si a esperança e a confiança que nos impele e que nos faz mover para construir o futuro.

Um Futuro que se constrói quando queremos alavancar um novo olhar para o aproveitamento dos recursos que temos, que são nossos e que devem constituir a base da nossa vitória face ao momento que vivemos.

E é este Futuro que este Governo quer construir, é para a construção deste Futuro que convidamos os Açorianos, é para a construção deste Futuro que desafiamos os partidos políticos representados nesta Assembleia.

Um Futuro que passa, por exemplo, pelos cerca de 12.750 hectares de matas de criptoméria que estão à espera de serem transformados em postos de trabalho e em criação de riqueza;

Um Futuro que se constrói, por exemplo, com os 764 hectares de vinha que estão abandonados, mas que também significam empregos, significam salários, significam riqueza;

Um Futuro que se constrói com o nosso Mar, com o potencial dos recursos que ele encerra, quer no que respeita aos recursos pesqueiros, quer no que respeita a recursos minerais nos seus fundos.

Um Futuro que se constrói com o nosso posicionamento geoestratégico e com as vantagens que dele podemos retirar seja na Base das Lajes, seja na Graciosa, seja em Santa Maria, onde, por exemplo, já no próximo mês, se vai iniciar a instalação da Galileo Sensor Station, num processo em que a Região conseguiu captar este investimento para os Açores, apesar da forte concorrência de outros interessados, como, por exemplo, as Canárias.

Um Futuro que se constrói com projetos como aquele que associará, no âmbito do ProEnergia, uma empresa de âmbito regional num projeto de instalação de energias alternativas para a substituição do uso de gás e que consiste na instalação de 18.600 m² de equipamento solar térmico, abrangendo cerca de 4.600 habitações, resultando numa poupança estimada de cerca de 2 milhões de euros por ano;

Um Futuro que se constrói com a Universidade dos Açores como instrumento de valorização das nossas ilhas e da nossa realidade arquipelágica;

Um Futuro que se constrói, não no imobilismo de nada mudar, de nada pôr em causa, mas sim num esforço contínuo de melhorar, de corrigir, de questionar, de aperfeiçoar para que, cada vez mais, seja possível servir melhor as Açorianas e os Açorianos.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Açorianas e Açorianos:

Também na área da Saúde há um trabalho que está em marcha para melhorar, cada vez mais, o acesso dos Açorianos aos cuidados de Saúde, para garantir o Futuro da Saúde nos Açores.

A construção do Bloco C do Hospital da Horta termina dentro de dois meses, o Centro de Saúde da Madalena do Pico estará em fase de conclusão no final do ano, a ampliação do Centro de Saúde de Vila do Porto em Santa Maria estará concluída no início de 2014 e avançará também a obra de construção do Centro de Saúde de Ponta Delgada.

Mas não é apenas de infraestruturas que falamos quando falamos do futuro do nosso Serviço Regional de Saúde.

Durante o corrente ano, vamos avançar com a criação de um “Call Center” que vai assegurar um melhor relacionamento dos utentes com o Sistema de Saúde e, ao mesmo tempo, reduzir o recurso aos serviços de urgência.

Em todo este planeamento, sobretudo no que se refere às Orientações de Médio Prazo 2013-2016, assume particular relevância o próximo Quadro Comunitário de Apoio para o período de 2014-2020.

Esse é um instrumento que requer um planeamento estratégico claro e a definição de opções claras relativamente ao caminho que, no âmbito dos fundos europeus, nós queremos que sejam trilhados.

Apesar dos avanços e recuos das instituições europeias, ora aprovando, ora reprovando, entendo ser útil desenvolver a nível regional um trabalho aturado de definição das áreas estratégicas a serem abrangidas por esse instrumento comunitário.

Assim, posso anunciar que, ainda durante o corrente mês de março, o Governo dos Açores desencadeará esse processo internamente e, até ao final do mês de abril, lançará um processo de auscultação dos partidos políticos e parceiros sociais sobre essa matéria.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Açorianas e Açorianos:

Com este enquadramento, com estes desafios colocados à frente do nosso Governo, as Açorianas e os Açorianos ficaram a saber, nos últimos dias, que, apesar das juras e das promessas, os partidos da Oposição se recusam a dar o seu apoio ao Governo dos Açores nesta conjuntura difícil.

Com dificuldades que nos chegam da austeridade da República, os partidos da Oposição recusam o seu apoio ao Governo dos Açores nestes documentos que, conforme os próprios reconhecem, são essenciais e importantes para a ação do Governo.

Hoje, aqui, nesta Câmara e perante as Açorianas e os Açorianos que nos acompanham através da rádio e da televisão, lanço-vos, mais uma vez, um convite simples e singelo.

Juntem-se a nós!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Espero que sincero!

O Orador: Juntem-se a nós pelos Açores, juntem-se a nós pelos Açorianos, para darmos mais força aos Açores e para puxarmos os Açores para cima.

Sei, sabemos todos, que não está em causa a aprovação destes documentos.

A sua aprovação está garantida, não por abstenção, mas por voto a favor. A abstenção não viabiliza nada, a não ser o acalmar de consciência do PSD/Açores com as más políticas do Governo da República.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: O que está em causa é mais profundo, é mais importante, tem mais significado do que apenas a aprovação destes documentos.

O que está em causa é dizermos a todas as Açorianas e a todos os Açorianos, é dizermos ao Governo da República, é dizermos à Europa que, aqui na Região, temos as nossas diferenças (temos sim senhor), mas também sabemos que a conjuntura que vivemos exige um esforço acrescido de união.

É, por isso, que vos digo e vos convido: Juntem-se a nós! Juntem-se a nós pelos Açores, juntem-se a nós pelos Açorianos!

Na conjuntura que vivemos, o pessimismo e a divisão é um luxo a que não nos podemos permitir.

O PS já demonstrou que está disponível para viabilizar propostas dos partidos da oposição e por isso eu convido-vos: Juntem-se a nós pelos Açores e pelos Açorianos!

Da parte do Governo, hoje como sempre, contarão sempre com a abertura para analisar, debater e, se for mérito delas e capacidade dos nossos recursos, aceitar as vossas propostas.

É isso que julgamos ser do interesse dos Açores e dos Açorianos.

Disse.

(Aplausos de pé dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Está assim encerrado o debate na generalidade.

Vamos interromper agora os nossos trabalhos. Pedia apenas às Sras. e aos Srs. Deputados que aguardassem alguns minutos no seu lugar para que possamos distribuir as últimas propostas de alteração que entraram e dizer-vos que regressamos às 21 horas e 30 minutos.

Um bom jantar para todos.

Eram 19 horas.

Presidente: Boa noite a todos.

Eram 22 horas e 23 minutos.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos. Começaria por relembrar à câmara que em Conferência de Líderes foi acordado que o debate na especialidade, relativamente ao Plano Anual e ao Orçamento para 2013, seria feito por tempos globais, que são os seguintes:

Governo Regional e PS – 40 minutos;

PSD – 30 minutos;

CDS-PP – 15 minutos;

Bloco de Esquerda, PCP e PPM – 10 minutos.

Vamos começar com a votação da **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 5/X – “Orientações de Médio Prazo 2013/2016”**.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

Secretária: A Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Orientações de Médio Prazo 2013/2016” foi aprovada com 31 votos a favor do PS, 19 votos contra do PSD, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Vamos proceder à votação na generalidade da **Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Plano Anual Regional para 2013”**.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: Na generalidade, a Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Plano Anual Regional para 2013” foi aprovada com 31 votos a favor do PS, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM, 19 votos abstenções do PSD e 3 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Tal como ficou combinado na Conferência de Líderes, a votação do Plano na especialidade será feita quanto às propostas de alteração para as respetivas ações e programa a programa.

Vamos começar pelo Programa 1.

Para o Programa 1 temos uma proposta de alteração do PCP para a ação 1.1.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 1 voto contra do BE, 19 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Muito obrigada.

Temos uma proposta de alteração para a mesma ação apresentada pelo PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 1 voto contra do BE, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PCP para a ação 1.1.10.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 31 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Tínhamos uma proposta de alteração para esta mesma ação apresentada pelo PPM que fica, assim, prejudicada.

Vamos votar uma proposta de alteração do PCP para a ação 1.3.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada pelo PCP foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Para a ação 1.3.3 temos uma proposta de alteração do PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Almeida.

(*) **Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O flagelo do desemprego jovem atinge hoje em dia milhares de jovens em todas as ilhas dos Açores.

Muitos jovens terminam os seus cursos profissionais e técnicos e não conseguem encontrar soluções para a sua vida futura; jovens que querem regressar às suas ilhas de origem e não o conseguem fazer porque não têm condições de empregabilidade nas suas respetivas ilhas.

O desespero de um jovem em busca de emprego é notório; a frustração de um jovem ao não encontrar emprego é preocupante.

Os jovens, nessas situações, sentem-se muitas das vezes inúteis. O drama do desemprego jovem atinge hoje em dia mais de 40% dos jovens das nossas ilhas.

Deputado José San-Bento (PS): Ninguém está a dizer o contrário!

O Orador: Dois em cada cinco jovens estão desempregados e há que encontrar soluções.

Os partidos e os governos não podem cruzar os braços. O governo e os partidos não podem assistir impávidos e serenos a esta preocupação dos jovens, menos jovens, pais, mães e famílias.

Há que encontrar soluções. Há que dar resposta a esses jovens. Há que dar uma palavra de esperança aos jovens açorianos e às suas famílias.

Há que dizer a esses jovens que podem confiar nos agentes políticos, que podem confiar nas pessoas em que confiaram para os representar.

É desta forma que o PSD quer contribuir com soluções nesta matéria, como já o fizemos no passado e vamos continuar a fazê-lo no futuro.

É por isso que o PSD e a JSD apresentam aqui um reforço de verba, na ação Programas de Emprego, de 350 mil euros, porque achamos que o fomento do emprego tem de ser uma prioridade para os governantes e tem de ser uma prioridade nesta casa.

Porque queremos contribuir para resolver este grave problema que afeta mais de 16% da nossa população, dos quais mais de 40% são jovens, proporcionando a esses jovens melhores condições para que aqui possam residir, para que aqui possam constituir família e constituir casa, apresentamos esta proposta.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Berto Messias tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Dizer apenas que esta proposta do Partido Social Democrata, e da Juventude Social Democrata, materializa, de facto, aquilo que pudemos afirmar ao longo deste debate que é o compromisso de trabalharmos em conjunto para conseguirmos vencer alguns dos desafios que temos pela frente.

Deputado José Ávila (PS): Assim é que é falar!

O Orador: Nesses desafios que temos pela frente, de facto, a questão do desemprego jovem e a promoção do emprego dos jovens na nossa Região assume especial relevância.

São conhecidas as propostas e os programas que já estão em implementação por parte do Governo dos Açores sobre essa matéria. Também é conhecido todo o percurso que fizemos nos Açores no âmbito do emprego jovem, quer no âmbito dos programas de transição para a vida ativa, quer no apoio à contratação de jovens e a sua inserção no mercado de trabalho.

Enfim, temos um conjunto de medidas muito evidentes e muitas delas com bons resultados nos Açores neste campo. No entanto, julgamos que é sempre bom melhorar e aprofundar os programas e as metodologias que já existem nesse âmbito.

Este contributo da Juventude Social Democrata e da bancada do PSD julgamos que se enquadra perfeitamente naquela que é a estratégia do Governo nesta matéria e enquadra-se também naquele que é o compromisso abrangente que possa englobar todos os partidos em vencer este desafio.

Portanto, votaremos favoravelmente esta proposta da Juventude Social Democrata.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Almeida.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Prescindo, Sra. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Falo antes da votação da minha proposta porque já percebi que a minha proposta não será votada, uma vez que o Partido Socialista irá viabilizar a proposta do Partido Social Democrata.

É para valorizar esta proposta que vai no sentido correto. Considero que em relação a esta matéria é fundamental aumentar a valorização desta ação, dar-lhe maior consistência e maior capacidade de concretização.

É isso que vamos fazer. Nesse sentido vamos também votar favoravelmente a proposta do Partido Social Democrata.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições vamos passar à votação da proposta de alteração do PSD para a ação 1.3.3.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Como o Sr. Deputado Paulo Estêvão já teve oportunidade de anunciar, a proposta de alteração do PPM fica prejudicada.

Vamos votar a proposta de alteração do PCP para a ação 1.3.7.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Vamos agora votar a proposta de alteração do PCP que cria a ação 1.3.8.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 abstenção do PPM e 3 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Vamos agora votar a última proposta de alteração para este Programa 1, que é a proposta de alteração apresentada pelo CDS para a ação 1.9.4.

Sr. Deputado Duarte Freitas...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sra. Presidente, apenas uma questão.

Qual a proposta que estamos a votar neste momento?

Presidente: É a proposta de alteração apresentada pelo CDS para a ação 1.9.4.

Posso colocar à votação?

Então vamos votar a proposta de alteração do CDS para a ação 1.9.4.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Está, assim, encerrado o Programa 1, pelo que vamos proceder à sua votação com as alterações que lhe foram introduzidas.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: O Programa 1 foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PPM, 19 abstenções do PSD e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Vamos agora iniciar as votações para o Programa 2.

Temos uma proposta de alteração do PCP para a ação 2.1.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do BE.

Presidente: Vamos agora votar uma proposta de alteração do PCP que cria a ação 2.1.9.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do BE.

Presidente: Temos de seguida uma proposta de alteração do PCP que cria a ação 2.2.12.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para explicar o sentido de voto do Grupo Parlamentar do PS.

Não vamos poder apoiar esta proposta, embora percebendo a bondade dela, porque, como é sabido, este projeto da Adegas Cooperativas já foi aprovado pelo PRORURAL com 75% do valor do projeto. Esses 75% são a fundo perdido, como é sabido.

Portanto, há uma componente de 25% que terá de ser privada, por isso não pode ser apoiada pelo Governo Regional.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A necessidade do projeto de requalificação e de modernização da Adegas Cooperativas da Graciosa, quer no que diz respeito à produção vitivinícola, quer

relativamente a outros produtos agrícolas que são característicos da Graciosa e que são comercializados sobre uma determinada marca, é fundamental para o desenvolvimento da Graciosa.

Eu percebo e tenho conhecimento que o projeto ainda não avançou e é fundamental.

O Partido Socialista aqui, reconhecendo-o de qualquer forma, não está a dar o contributo que era fundamental para que este projeto se concretizasse o mais rapidamente possível, criando assim condições à Graciosa (não passaria só por isso, mas dando mais condições) para que pudesse ter alguma recuperação, uma vez que, como sabemos, é uma das ilhas que mais população tem perdido e que maiores problemas atravessa no contexto regional.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 19 abstenções do PSD e 1 abstenção do BE.

Presidente: Vamos agora votar uma proposta de alteração do PPM que cria a ação 2.2.12.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Secretária.

Vamos agora votar uma proposta de alteração do PCP que cria a ação 2.4.7.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Veiros.

(*) **Deputado Rogério Veiros (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O assunto em questão era uma empresa existente na freguesia de Santo Antão, zona do Topo, Fumeiro de Santo Antão, um empreendimento privado.

O Partido Socialista entende a importância da reativação daquela indústria para a Ilha de São Jorge e sobretudo para o meio rural.

Contudo, qualquer iniciativa que surja no âmbito do setor privado será devidamente acarinhada através dos diferentes programas que existem para o apoio ao investimento, tal qual aquele investimento já tinha sido apoiado no passado.

Não entendemos que deva ser uma iniciativa da parte do Governo Regional, neste caso, reativar aquela indústria em questão.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A proposta do PCP não se destina a reativar o fumeiro de Santo Antão. Era apenas para que se fizesse um estudo para ver da viabilidade da indústria daquela zona da região e concretamente na Ilha de São Jorge.

Não deixa de ser sintomático que estas propostas dirigidas a ilhas (há pouco a Graciosa e agora São Jorge) estejam a ser rejeitadas pelo Partido Socialista.

Muito obrigado.

Deputado Francisco Coelho (PS): É que onde há fumo há fogo, Sr. Deputado!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O pior é se sai alguém chamuscado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições vamos passar então à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do BE.

Presidente: Vamos agora votar a última proposta de alteração para este programa. É também uma proposta do PCP que cria a ação 2.4.8.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Parreira.

(*) **Deputado António Parreira (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Só para justificar o voto do PS relativamente a esta matéria e que já é do conhecimento público.

Neste momento já é possível comercializar-se 10 peças. Acima das 10 peças houve ações de formação de modo a habilitar os interessados, neste caso particular os caçadores, a fazer exames de iniciação às peças de carne.

Existe um centro de processamento na Ilha de São Jorge onde é avaliado por técnicos e posteriormente embalado em vácuo e apto a ser comercializado.

Por essa razão, o Grupo Parlamentar do PS vota contra.

Presidente: Não havendo mais inscrições vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do BE.

Presidente: Está, assim, encerrado o Programa 2, pelo que vamos proceder à sua votação com as alterações que lhe foram introduzidas.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

Secretária: O Programa 2 foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 19 votos contra do PSD, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Avançamos agora para o Programa 3, com uma primeira proposta de alteração do PCP que cria a ação 3.1.3.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Julgamos que face à escassez de recursos piscícolas que existem na Região era importante a criação deste programa envolvendo a comunidade científica para a monitorização e avaliação dos *stocks* piscícolas envolvendo claramente a comunidade científica, coisa que não está a ser feita na atualidade.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Ávila tem a palavra.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para explicar o sentido de voto do PS.

O PS não vai apoiar esta proposta porque achamos que é desnecessária, pois o seu objeto está enquadrado na ação imediatamente anterior.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições estamos em condições de passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

A Sra. Deputada e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do BE.

Presidente: Passamos agora para uma proposta de alteração do PCP que cria a ação 3.2.9.

Vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

A Sra. Deputada e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do BE.

Presidente: Passamos agora à ação 3.3.2 com uma proposta de alteração apresentada pelo PS.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PCP vai aprovar esta proposta de alteração do Partido Socialista, porque concorda com o reforço de verbas do FUNDOPESCA.

O que não concorda é com a rubrica da contrapartida. A rubrica da contrapartida é retirar dinheiro ao regime de apoio à frota local.

Com isso não concordamos. Vamos votar o reforço do FUNDOPESCA, mas eu não poderia deixar de fazer esta ressalva.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que se abstém faça favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada com 31 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Passamos agora para uma proposta de alteração do PS para a ação 3.4.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Temos agora uma proposta de alteração, apresentada pelo PCP, para a ação 3.4.2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

A Sra. Deputada e o Sr. Deputado que se abstém façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 abstenção do BE e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Tendo sido rejeitada, então passamos para a votação da proposta de alteração do PPM para a mesma ação, ou seja, para a ação 3.4.2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 3 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Muito bem!

Passamos agora para a proposta de alteração do PPM para a ação 3.4.3.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Esta é uma área absolutamente estratégica para o desenvolvimento dos Açores, a pescaria de profundidade.

Considero que a verba que o Governo está a considerar não é suficiente para valorizar este setor, que é um setor de grande potencial nos Açores.

Portanto, o PPM procede aqui a um reforço de 144 mil euros.

Considero que desta forma será possível, de alguma forma, limitar a lacuna que este orçamento tem em relação a esta área.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Passamos para a ação 3.4.4 com uma proposta de alteração do PS. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Temos agora uma proposta de alteração apresentada pelo PCP que cria a ação 3.4.5.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A proposta para esta nova ação tem a ver com a ampliação da capacidade frigorífica da Conserveira de Santa Catarina.

Temos consciência que a Conserveira de Santa Catarina eventualmente necessitará ou terá outras prioridades, mas face ao contexto que atravessamos julgo que este seria (ou será, eventualmente) um apoio importante uma vez que aquela unidade industrial necessita de maior capacidade frigorífica.

Justifica-se perfeitamente esta ação.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Veiros.

(*) **Deputado Rogério Veiros (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Só para justificar o sentido de voto do Partido Socialista.

Todos os investimentos que a Santa Catarina pretende fazer são candidatados no âmbito dos programas de incentivo que existem e têm participação pública normal.

Neste momento, não conheço em particular quais são as necessidades de investimento físico da Santa Catarina, mas o que é certo...

(Aparte inaudível do Sr. Deputado Paulo Estêvão)

O Orador: O senhor tenha calma.

Neste ano que se avizinha, o que eu espero, e todos nós esperamos, é que os nossos mares tenham *bonitos* e peixes suficientes para a capacidade de frio que a Santa Catarina tem e que é bastante considerável.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Para o ano não vai haver peixe!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Silveira.

(*) **Deputado Luís Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. de Governo:

A proposta do PCP, em parte, parece-nos pertinente, visto que a Santa Catarina teve custos elevados com a congelação de pescado no ano transato.

O motivo que nos levará a votar contra esta proposta é o facto de a quem foi pago o armazenamento desse pescado, que foi à LOTAÇOR, ser a mesma empresa que é detentora da Santa Catarina.

Portanto, não nos parece ser necessário estar a investir em capacidade de frio na Santa Catarina, quando a própria Santa Catarina paga aluguer de espaço frio quando precisa, ao proprietário da própria fábrica.

Há que haver aqui um entendimento com a LOTAÇOR, que é proprietária da Santa Catarina, mas não temos propriamente que investir em mais capacidade de frio porque, de facto, a LOTAÇOR tem essa capacidade de frio, quando necessária.

Obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Então o que é que está mal?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Está tudo!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O que está mal é o Governo!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PPM, 1 voto a favor do PCP, 19 abstenções do PSD e 1 abstenção do BE.

Presidente: Temos por fim uma proposta do CDS que também cria uma ação, a 3.4.5.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. de Governo:

Muito rapidamente para explicar esta ação.

Ouviu-se aqui falar em empreendedorismo, em criação de novos postos de trabalho, em criar nova indústria para os Açores.

Quando importamos toneladas de *robalo* e de vários peixes da aquacultura de Espanha, eu, como açoriano, sinto-me envergonhado de estarmos a importar peixe da aquacultura de Espanha, aumentando as importações, quando

podíamos reduzir pelo menos essas importações e, se calhar, exportar esse peixe.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Parece-nos muito importante esta aposta.

Aliás é um dos setores considerados estratégicos para os Açores. Por um relatório que foi feito pela Ciência e Tecnologia, a aquacultura é um dos sectores estratégicos e onde o empreendedorismo poderia ser um exemplo nesta área.

Desafiamos o Partido Socialista a juntar-se a nós nessa proposta de empreendedorismo.

Se é isso que de facto querem, se é isso que apregoam, então têm aqui oportunidade de votar.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Vamos votar, para concluir esta parte, o Programa 3 com as alterações que lhe foram introduzidas.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: O Programa 3 foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM, 19 abstenções do PSD e 3 abstenções do CDS-PP.

Presidente: No Programa 4 temos duas propostas de alteração do PCP.

A primeira cria a ação 4.3.4.

Srs. Deputados, vamos passar à votação desta proposta de alteração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

A Sra. Deputada e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do BE.

Presidente: A segunda proposta de alteração, também ela apresentada pelo PCP, cria a ação 4.3.5.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Obrigado, Sra. Presidente. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nós não vamos poder apoiar esta proposta de alteração, embora o Sr. Deputado Aníbal saiba que no passado já o fizemos.

É verdade que nos Planos de 2010, 2011 e 2012 foram consagradas verbas para esta ação.

Essas verbas permitiram fazer, por um lado, o levantamento topo-hidrográfico, o reconhecimento do fundo, o estudo prévio, o projeto e também o estudo de impacto ambiental.

Agora, vamos passar por uma nova fase.

A obra será lançada pela empresa Portos dos Açores, se possível enquadrada no novo Quadro Comunitário de Apoio.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigada, Sra. Presidente. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A justificação do Grupo Parlamentar do Partido Socialista não é aceitável.

Deputado Francisco César (PS): Então não é aceitável?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É só teoria!

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Sr. Deputado, faça favor de continuar.

O Orador: Muito obrigado, Sra. Presidente.

Não é aceitável e o PCP não poderia deixar de sinalizar a questão da Marina da Barra até porque, como o Sr. Deputado José Ávila sabe, tem vindo a fazer parte dos Planos que antecedem este. A obra não está concluída, nem está sequer iniciada. Foi abandonada completamente neste Plano.

O PCP queria sinalizar a obra. Aliás, já de alguma forma serviu porque o Deputado José Ávila já veio aqui dizer-nos o que é que já está feito, mas eu tenho dúvidas se realmente aquilo que foi aqui anunciado pelo Deputado José Ávila já esteja de facto concluído.

Por isso mesmo sinalizei esta obra, porque parece-me que caiu no esquecimento por parte do Partido Socialista.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para lamentar o facto do Partido Socialista ter, antes das eleições, colocado um cartaz junto à zona onde seria construída esta obra a dizer “Construção da Marina da Barra e requalificação da zona envolvente”.

Deputado Francisco César (PS): E é verdade!

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Mas há um projeto!

O Orador: Mas não foi o seu Governo, foi o Governo anterior.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Mas é este Governo que vai fazer e não o anterior!

O Orador: Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente à Marina da Barra, não sei qual vai ser o sentido de voto do Sr. Deputado João Costa, mas se bem me recordo, nas alterações que fizemos nesta casa, nomeadamente a alteração do PCP, o senhor não votou favoravelmente. Não sei qual vai ser o seu sentido de voto hoje.

O senhor está preocupado com o facto de ter aparecido antes das eleições um cartaz que dizia “Construção da Marina da Barra”.

Vamos ver:

2006 – Plano de Investimentos: 500 mil euros;

Atirava para os investimentos plurianuais.

2007 – 2 milhões e 700 mil euros;

2008 – 2 milhões e 700 mil euros;

2009 – 2 milhões e 100 mil euros.

Plano de 2007 – 50 mil euros;

Investimentos Plurianuais: 3 milhões e 100 mil euros para 2008;

- 2 milhões e 700 mil euros para 2009;

- 2 milhões e 100 mil euros para 2010.

Plano de 2008: 5 milhões de euros.

Eu estou a falar do Plano da Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Esteve no lugar próprio para falar sobre isso!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estamos agora em condições de proceder à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos a contra do PS, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 19 abstenções do PSD, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do BE.

Presidente: Vamos agora votar o Programa 4 com as alterações que lhe foram introduzidas.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: O Programa 4 foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PPM, 19 abstenções do PSD, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Vamos avançar para o Programa 5.

Vamos votar a proposta de alteração do PPM para a ação 5.1.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Passamos agora para a ação 5.1.2, com uma proposta de alteração apresentada pelo PS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra façam favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada com 31 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 abstenção do BE e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Passamos agora para uma proposta de alteração do PS, para a ação 5.1.10.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada com 31 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 abstenção do BE, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Também apresentada pelo PS, temos a criação de uma ação, a 5.1.12.

A Sra. Deputada Isabel Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS):** Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A cidade de Ponta Delgada tem as duas maiores escolas secundárias dos Açores, designadamente a Escola Secundária Domingos Rebelo e a Escola Secundária Antero de Quental.

A Escola Secundária Antero de Quental, como todos o saberão, está instalada num edifício único, o Palácio da Fonte Bela, cuja construção data do séc. XIX e é, aliás, um imóvel classificado como de interesse público, localizado em pleno centro da cidade.

Encontrando-se em fase de conclusão as obras na Escola Secundária Domingos Rebelo, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista entende que devem iniciarem-se os procedimentos necessários à realização de obras de manutenção e requalificação da Escola Secundária Antero de Quental, de modo a que se mantenha o esforço que o Governo Regional tem vindo a fazer de salvaguarda daquele património imóvel e da constante melhoria das condições de aprendizagem dos seus alunos.

Por estes motivos o Partido Socialista apresenta esta proposta.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, vamos passar à votação.

Passamos agora para a ação 5.1.12, uma proposta apresentada pelo PS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

A Sra. Deputada que vota contra faça favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça favor de se sentar.

Secretária: A proposta foi aprovada com 31 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do BE.

Presidente: Vamos agora votar a proposta de alteração do CDS que cria a ação 5.2.2, por contrapartida da ação 5.3.1

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos passar para a proposta do PCP que cria a ação 5.3.2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos a contra do PS, 19 votos contra do PSD, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do BE.

Presidente: Temos também uma proposta do PPM que cria igualmente a ação 5.3.2. Vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Secretária.

Passamos agora para a proposta que cria a ação 5.3.3, apresentada pelo PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 3 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Temos agora uma proposta de alteração do PCP para a ação 5.4.2 que fica prejudicada pelo facto de apresentar como contrapartida uma ação do Programa 1 que já foi votado. Por isso está encerrado.

Passamos assim para uma proposta de alteração apresentada pelo PPM para a ação 5.4.3.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos passar para a ação 5.6.1, para a qual há uma proposta de alteração apresentada pelo PPM.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Presumo que o Partido Socialista votará favoravelmente esta proposta, porque deve querer saber o que é que se passa no sistema educativo regional para termos os piores resultados do país, quando consideradas 30 regiões.

Como os resultados são catastróficos, devem querer estudar a questão. Devem querer saber porquê, penso eu.

Presumo que o Partido Socialista votará a favor, a menos que esta questão não vos preocupe.

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Ou até já foi estudada, também há essa hipótese!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, vamos passar à votação. Vamos votar a proposta de alteração do PPM para a ação 5.6.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Não querem!

Presidente: Muito bem! Avancemos.

Temos também uma proposta de alteração do PPM para a ação 5.6.2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 3 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Passemos para a ação 5.7.4 que tem 3 propostas de alteração. A primeira a ser votada é a do PCP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada com 31 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 19 abstenções do PSD, 3 abstenções do CDS-PP, 1 abstenção do BE e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Tendo sido aprovada esta proposta de alteração, as propostas que tinham dado entrada, do PSD e do PPM, ficam naturalmente prejudicadas.

Passamos agora à ação 5.8.1 para a qual há uma proposta de alteração apresentada pelo PCP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

A Sra. Deputada e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos a contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 3 abstenções do CDS-PP, 1 abstenção do BE e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora uma proposta de alteração apresentada pelo PPM para esta mesma ação, a 5.8.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 3 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Passamos agora para a proposta de alteração do PPM para a ação 5.9.4.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 19 abstenções do PSD.

Presidente: O Sr. Deputado Paulo Estêvão pediu a palavra para?

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, peço desculpa. Antecipei-me.

Era para falar em relação à próxima proposta de alteração, a 5.10.1.

Presidente: Antes, ainda temos a proposta de alteração 5.9.7 do CDS.

Vamos agora votar a proposta de alteração apresentada pelo CDS para a ação 5.9.7.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão, porque vamos para a ação 5.10.1.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O ano passado o PPM só teve uma proposta aprovada. É aquele número habitual que o Partido Socialista faz para dizer “votámos pelo menos uma proposta de cada partido”, para mostrar uma grande abertura.

O que é que aconteceu?

Dos 50 mil euros não se gastou 1 cêntimo.

Este ano o que faço é uma nova tentativa mesmo correndo o risco, se a proposta for aprovada, ela não ser executada como o Governo Regional fez.

O ano passado a única proposta que aprovou não gastou 1 cêntimo. Portanto, não a aplicou.

É aquele número habitual do Partido Socialista que é o facto de aprovar. Mas mesmo a única que aprovou não a executou.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos passar à votação da proposta de alteração do PPM para a ação 5.10.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 19 abstenções do PSD e 3 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Passamos agora para a proposta de alteração apresentada pelo CDS, para a ação 5.10.12.

Sr. Deputado Luís Silveira tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O CDS apresenta esta proposta por, como é sabido por todos, a Escola Profissional de São Jorge atravessar graves dificuldades financeiras.

Entendemos que é uma instituição que contribui muito para a economia de São Jorge bem como para a formação de muitas pessoas, nomeadamente de jovens, e para a criação de algumas dezenas de postos de trabalho.

À semelhança daquilo que foi feito pelo Partido Socialista no orçamento do passado ano, que com o mesmo intuito apresentou aqui uma proposta dessa natureza, embora com um valor superior àquele que hoje apresentamos, nós, na base de uma oposição construtiva e coerente, como também temos um Orçamento com um valor mais reduzido, apresentamos uma proposta no valor de 500 mil euros para apoio à Escola Profissional de São Jorge, para a qual esperamos, como é óbvio e certo, o apoio do Partido Socialista, tendo em conta a instituição de que falamos, a importância, como disse, social e económica que tem para a ilha e como também já frisei, à semelhança e com a mesma argumentação que foi usada o ano passado pelo próprio Partido Socialista.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado André Rodrigues.

(*) **Deputado André Rodrigues (PS):** Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Realmente a Escola Profissional de São Jorge é um estabelecimento de ensino de natureza privada, por isso tem acesso a fundos do Fundo Social Europeu.

É de extrema importância para o desenvolvimento socioeconómico da Ilha de São Jorge e, devido a essa reconhecida importância, o Governo Regional nos últimos anos tem assessorado e acompanhado a sua gestão de modo a ajudar na sua viabilidade e sustentabilidade.

Essa sustentabilidade só poderá acontecer através da Associação para o Desenvolvimento da Ilha de São Jorge e todos os seus sócios que, como desde a sua fundação, têm garantido fundos próprios que garantem o seu financiamento ao Fundo Social Europeu.

Da parte do Grupo Parlamentar do PS a proposta não tem aprovação por retirar fundos a uma ação com verbas comprometidas e assumidas e porque propõe o seu reforço numa ação da educação para a qual não pode atingir os fins propostos pelo CDS-PP.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Silveira.

(*) **Deputado Luís Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Lamentamos que seja esta a postura do Partido Socialista em relação à Escola Profissional de São Jorge, numa mudança clara de atitude em relação àquilo que se passou há um ano nesta casa para a mesma instituição.

Como sabe, Sr. Deputado André Rodrigues, os proprietários da Escola Profissional, como disse, a ADIS, a Associação de Desenvolvimento da Ilha de São Jorge, é a Câmara Municipal das Velas, é a UNIQUEIJO e a Associação de Agricultores.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): E a Câmara da Calheta!

O Orador: A Câmara da Calheta não, Sr. Vice-Presidente.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): É sim!

O Orador: Não, não é!

Como sabe, estas três instituições, nomeadamente a UNIQUEIJO e a Câmara Municipal de Velas atravessam momentos de dificuldade financeira.

Como tal, sabe que a escola está à beira do colapso financeiro e que as instituições que são proprietárias da ADIS, por sua vez proprietária da escola, não têm condições financeiras de socorrer aquela escola este ano.

Como tal, achámos por bem, em troca, podermos tirar 500 mil euros, que é aquilo que propomos a um Centro de Arte Contemporânea na Ilha de São Miguel, com verbas totalmente do Plano e sem qualquer valor dos Fundos

Comunitários, contrariando claramente aquela que tem sido a posição do Partido Socialista em relação a este Orçamento.

Muito obrigado.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): O Centro Contemporâneo não teve verba do Fundo Comunitário?

Deputado José San-Bento (PS): É a lógica da batata-doce!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos então votar a proposta de alteração do CDS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Passamos então agora para a proposta de alteração do PCP para a ação 5.10.18.

O Sr. Deputado Duarte Moreira tem a palavra.

(*) **Deputado Duarte Moreira (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Na ação 5.10.18, só para clarificar a posição do Partido Socialista, relativamente ao Museu de Santa Maria, consideramos que as verbas previstas no Plano para o ano 2013, no valor de 64.400 euros, para elaboração do projeto, donde consta o Núcleo Aeronáutico da Ilha de Santa Maria, são suficientes para esta ação. Por esse motivo não vamos votar favoravelmente.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A história da aviação civil nos Açores faz parte da identidade cultural mariense. Juntam no mesmo polo museológico, no mesmo museu, as questões etnográficas, as questões culturais de Santa Maria. Não faz sentido que a questão da aviação civil não seja tratada à parte.

Mais. Há um conjunto de património edificado que diz respeito à aviação civil que deve ser preservado.

Esta verba, esta rubrica que estávamos a propor, tem a ver não com o Museu de Santa Maria, mas com a criação de um polo autónomo para o Museu de Aeronáutica em Santa Maria.

Portanto, não é bem a mesma coisa do que o reforço de uma verba para o Museu de Santa Maria.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos então agora passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do BE.

Presidente: Passamos agora à proposta apresentada pelo PCP para a criação de uma nova ação, a 5.10.24.

O Sr. Deputado Duarte Moreira tem a palavra.

(*) **Deputado Duarte Moreira (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para clarificar o sentido de voto do Partido Socialista.

De referir que o Partido Socialista tem também uma proposta do mesmo montante e para o mesmo efeito, nomeadamente para a concretização do projeto para a reabilitação e qualificação do Cinema do Aeroporto, aliás como consta do nosso manifesto eleitoral.

Como a proposta do PCP surge primeiro na votação, nós vamos viabilizar esta proposta mesmo sabendo que a nossa ficará prejudicada.

Presidente: Vamos então votar esta nova ação 5.10.24.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Tendo sido criada esta nova ação, as duas propostas que a mesa tem para a criação de uma nova ação ficam assim prejudicadas.

Passamos para a última proposta de alteração deste programa, apresentada pelo PPM, para a criação de uma ação 5.10.25.

Tem a palavra o Sr. Deputado Iasalde Nunes.

(*) **Deputado Iasalde Nunes (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É do entendimento do Grupo Parlamentar do PS aprovar esta proposta de alteração, até porque no nosso manifesto eleitoral consta a criação de um Núcleo Museológico para a Ilha do Corvo.

Este foi um compromisso do Partido Socialista para esta legislatura e será com certeza cumprido.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. presidente e Membros do Governo:

Como sabem, a primeira vez que me candidatei na Ilha do Corvo foi em 2000. Perdi as eleições em 2000 e perdi também em 2004. Ganhei, finalmente, em 2008 e em 2012.

Há muitos anos, desde que fui dar aulas de História para o Corvo, que esta tem sido uma das grandes preocupações da minha parte, que se fizesse justiça em relação ao património cultural daquela ilha.

Todos os anos vemos investimentos muito importantes nas outras 8 ilhas em relação àquelas que são as questões culturais, as questões museológicas. Acho justo.

Tenho votado todos estes anos a favor. Nunca percebi por que é que, ao longo de todos estes anos, a Ilha do Corvo foi discriminada do ponto de vista cultural, do ponto de vista daquele que é o seu património.

De qualquer das formas a política faz-se a pensar no futuro.

Eu quero, desde já, felicitar o Sr. Deputado Iasalde Nunes por ter conseguido colocar esta matéria, a matéria da defesa do património da Ilha do Corvo, também no seu manifesto eleitoral.

Quero dizer-lhe que lhe dou muito mérito por essa atitude.

Quero felicitar também na pessoa do Presidente do Governo Regional a atitude de valorizar o património da Ilha do Corvo e de permitir, finalmente, que o nosso sistema museológico venha a ser um sistema açoriano, verdadeiramente açoriano, porque passará a incluir todas as ilhas dos Açores.

Por isso eu penso que este primeiro passo é muito importante por parte deste Parlamento ao sinalizar esta ação do ponto de vista do Orçamento da Região Autónoma dos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos então votar esta nova ação 5.10.25.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

A Sra. Deputada que vota contra faça favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada com 31 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do BE.

Presidente: A Sra. Deputada Zuraída Soares pede a palavra para?

Deputada Zuraída Soares (BE): Sra. Presidente, peço a palavra para pedir que se repita a votação, porque eu estou confundida.

Presidente: Vamos voltar a votar a proposta de alteração apresentada pelo PPM para a ação 5.10.25.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Muito bem. Esta era a última proposta de alteração para o Programa 5, por isso vamos votá-lo com as alterações que lhe foram introduzidas.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, uma interpelação.

Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: Sr. Deputado, deixe pelo menos a Sra. Secretária dar a indicação da votação.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Peço desculpa.

Secretária: O Programa 5 foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do BE, 19 abstenções do PSD, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: O Sr. Deputado Aníbal Pires pediu um intervalo regimental de 15 minutos.

É regimental. Está concedido. Voltamos à meia-noite e cinco minutos.

Eram 23 horas e 50 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos. Agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 00 horas e 11 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, vamos entrar agora na apreciação do Programa 6.

O PCP apresentou duas propostas de alteração, uma para criar a ação 6.2.5 e a outra para criar a ação 6.2.6, que no entanto ficam prejudicadas por apresentarem contrapartidas no Programa 1 que já foi votado, por isso está encerrado.

Vamos então votar a proposta de alteração apresentada pelo PSD para a ação 6.8.1.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Maurício.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A proposta que o PSD hoje apresenta vai no sentido de minimizar aquilo que é uma lista de espera cirúrgica nos Açores e que ultrapassa certamente nos três hospitais da Região mais de 8 mil doentes em espera.

Esta proposta não deixa, no entanto, de partir do princípio que defendemos, da racionalização e da maximização das estruturas existentes, nomeadamente da utilização, por desfasamento de horários, das diferentes salas dos Blocos Operatórios dos nossos hospitais, em períodos da tarde, que resolverá em parte este problema das listas de espera cirúrgicas. Mas tendo consciência de que não resolverá de todo, mesmo para o conceito atual de tempo de espera minimamente aceitável, ou clinicamente aceitável, daí a proposta que apresentamos no sentido de ser uma ajuda complementar à resolução de um problema que afeta as pessoas.

Este valor de 513 mil euros, mais 240, aplicado à tabela do SIGIC, que habitualmente é utilizada nestas circunstâncias, permitirá, conjuntamente com uma racionalização, estou certo, dos espaços dos Blocos Operatórios, minimizar esta lista de espera cirúrgica, como disse, e reduzi-la a tempos clinicamente aceitáveis. Muito provavelmente a tempos clinicamente aceitáveis que se reduzirão em cerca de 1 ano de espera em termos cirúrgicos.

Penso que esta proposta do PSD é uma proposta positiva. Esperamos que seja aceite por este Parlamento porque decerto, e de acordo com aquilo que é a nossa consciência e aquilo que são as nossas preocupações para o bem-estar das pessoas, esta é sem dúvida (estou certo e está o PSD certo) uma proposta que visa a diminuição do sofrimento das pessoas.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Cabral.

(*) **Deputado Ricardo Cabral (PS):** Obrigada, Sra. Presidente.

Exma. Senhora Presidente, Exmo. Senhor Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A proposta de alteração ao Plano Regional Anual para 2013, de reforço da ação 6.8.1, redução das listas de espera cirúrgicas, no montante de 815 mil euros, por

contrapartida da redução, em idêntico valor, na dotação provisional, é um contributo para a diminuição de uma necessidade do sistema regional de saúde.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista entende que a melhoria da acessibilidade é uma perene preocupação do Partido Socialista para o melhoramento da prestação de cuidados de saúde aos açorianos, às açorianas e às pessoas que optaram por viver nos Açores.

Sabemos que é impossível eliminar as listas de espera, mas podemos contribuir para diminuir o tempo de espera para períodos de tempo mais aceitáveis.

O objetivo do Grupo Parlamentar do Partido Socialista é servir sempre bem e melhor as pessoas.

A aprovação do Grupo Parlamentar do Partido Socialista a esta proposta de alteração do Grupo Parlamentar do PSD, ao Plano Regional Anual de 2013, é mais uma prova evidente da permanente atenção às propostas de todos os quadrantes políticos, sem prejuízo do cumprimento do Plano de Investimentos para o ano de 2013.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estamos agora em condições de votar a proposta de alteração do PSD para a ação 6.8.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos então agora votar o Programa 6 com esta alteração que lhe foi introduzida.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: O Programa 6 foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PPM, 19 abstenções do PSD, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Passamos então agora para o Programa 7.

A primeira proposta de alteração é do PPM e cria a ação 7.1.12.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: A próxima proposta de alteração era do PCP. Propunha a criação de uma ação 7.2.5 que no entanto ficou prejudicada pela contrapartida fazer parte do Programa 4, que já foi votado.

Passamos então para a proposta de alteração do CDS, que propõe também a criação de uma ação 7.2.5.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: A próxima proposta de alteração apresentada é também do PCP e está prejudicada.

A segunda proposta é do PPM. Propõe a criação de uma ação 7.4.12. Vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 19 abstenções do PSD e 3 abstenções do CDS-PP.

Presidente: O Programa 7 não tem mais propostas de alteração pelo que vamos votá-lo com as alterações que lhe foram introduzidas.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: O Programa 7 foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 19 abstenções do PSD.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Passamos agora para o Programa 8.

A proposta de alteração do PCP e do Bloco de Esquerda para a criação da ação 8.1.7 estão prejudicadas, por apresentarem contrapartidas de Programas já aprovados, pelo que passamos para a proposta de alteração apresentada pelo PPM que cria a ação 8.1.7.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 19 abstenções do PSD e 3 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Passamos então à votação do Programa 8.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: O Programa 8 foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 19 abstenções do PSD.

Presidente: Passamos agora para o Programa 9.

A primeira proposta de alteração é do PPM. Propõe criar a ação 9.2.7.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 19 abstenções do PSD.

Presidente: Passamos para outra proposta de alteração do PPM, que cria a ação 9.2.8.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A Autonomia Política dos Açores deve ser constantemente incrementada.

Nós devemos afirmar a Autonomia dos Açores em novas áreas permanentemente e não devemos estagnar.

Existem territórios na Europa que se têm vindo a afirmar do ponto de vista internacional e político, mesmo não sendo países independentes. Posso dar alguns exemplos.

As Ilhas Faroé participam nas competições da FIFA e em muitas outras modalidades, embora estejam ligadas administrativamente à Dinamarca.

A mesma coisa poderíamos dizer em relação à Escócia, ou ao País de Gales, ou à Irlanda do Norte ou muitas outras situações de territórios autónomos que têm uma grande projeção através do desporto...

Deputado Lizuarte Machado (PS): Não é bem assim, Sr. Deputado!

O Orador: ... não só na Europa, como por exemplo também na América. É o caso de Porto Rico ou de todos os territórios franceses da América que também têm seleções desportivas próprias.

De facto, isto permite uma afirmação através das áreas em que existe maior visibilidade, que é o fenómeno desportivo, que é muito importante.

É também muito importante afirmar a Autonomia nesta matéria.

O Partido Socialista (o Governo Socialista!) não teve até ao momento esta ousadia de pensar a Autonomia noutras áreas, de ter um pouco mais de ambição nesta matéria.

Apresentei esta proposta na última legislatura. Volto agora a apresentar esta matéria, porque para o PPM é uma pretensão que os Açores venham a ter seleções desportivas próprias.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Mendonça.

(*) **Deputado Carlos Mendonça (PS):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em relação à proposta para esta ação, a criação das seleções desportiva, o Sr. Deputado, na última legislatura já tentou de uma forma interessante colocar isto à nossa votação e na altura já teve o resultado que teve.

Era importante relembrar aquilo que foi dito na altura ao Sr. Deputado e nesta câmara.

O Instituto do Desporto Português, o IDP, não reconhece competições regionais a nível internacional, ou seja, as competições internacionais só são possíveis através de federações ou associações portuguesas, isto de forma formal.

Sabemos que em escalões de formação os Açores já competem internacionalmente através do COJI (Comité Organizador dos Jogos das Ilhas) e temos obtido excelentes resultados, mas importa referir que estamos a falar no âmbito da formação.

Os Açores têm apoiado os movimentos associativos de forma a estes estarem inscritos nas nossas federações portuguesas e temos demonstrado claramente, através dos nossos resultados obtidos, que este apoio tem sido de enorme sucesso, não fosse aquilo que têm sido os nossos resultados ao final das épocas desportivas.

É com esse esforço que temos conseguido alcançar o sucesso, colocando muitas vezes atletas açorianos (clubes açorianos!) a competir de forma internacional, mas suportados, Sr. Deputado, pelas Federações Portuguesas das diferentes modalidades existentes na Região.

Quero deixar como exemplos que só em 2012/2013, os Açores tiveram, em desportos coletivos, 3 modalidades a competir de forma internacional: hóquei em patins – Candelária; ténis de mesa – Juncal e os Toledos; vólei – Fonte do Bastardo, e desta forma só foi possível através de representações nacionais em competições internacionais.

Desta forma, o Partido Socialista não pode aprovar esta proposta.

Deputado Paulo Borges (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O Sr. Deputado deve ter consciência do conjunto de barbaridades que acabou de dizer.

(Risos de alguns Deputados das bancadas do PS e do PSD)

Demonstrou um absoluto desconhecimento desta situação.

Falou do enquadramento associativo quando não é isso. O senhor não compreendeu a proposta. Não vale a pena.

Eu não tenho tempo (já só tenho 2 ou 3 minutos), por isso não lhe vou explicar do que é que eu estou a falar.

O senhor está a falar de outra coisa completamente diferente.

Deputado Francisco Coelho (PS): Não há prolongamento, Sr. Deputado!

O Orador: Nesse sentido, não tenho agora tempo para lhe explicar e para lhe ensinar o que é que eu estou a dizer.

O Sr. Deputado dizia: bom, o Sr. Deputado já sabe qual foi o destino – chumbámos a proposta!

Mas o museu também foi chumbado na última legislatura. Agora foi aprovado.

Eu espero sempre – tenho sempre o otimismo de vos convencer – que os senhores possam alterar a vossa posição...

Deputado Berto Messias (PS): Já conseguiu!

O Orador: ... e não mantenham sempre as mesmas posições.

O mundo gira, gira! As coisas não estão estáticas.

O Presidente do Governo é diferente...

Deputado Aníbal Pires (PCP): E qual é a vantagem, Sr. Deputado?

O Orador: ... as maiorias são diferentes, os deputados são diferentes.

Sr. Deputado, se me permite, é evidente que vou voltar a apresentar algumas das ideias que os senhores chumbaram esperando (tenho fé!)...

Deputado Francisco César (PS): O senhor é um homem cheio de fé!

O Orador: ... que os senhores possam votar desta vez, até porque já tenho um precedente, o museu. Os senhores chumbaram na passada legislatura. Finalmente parece que consegui convencer o Partido Socialista dessa justiça. Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Já nos convenceu várias vezes!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Mendonça.

(*) **Deputado Carlos Mendonça (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado, vou reafirmar uma barbaridade e era importante que o senhor ficasse atento a ela:

O Instituto do Desporto Português, mais conhecido por IDP, não reconhece competições regionais a nível internacional, ou seja, as competições internacionais só são possíveis através de federações ou associações portuguesas.

Quero que fique com essa barbaridade bem ciente.

Outra situação:

Pelos exemplos que o Sr. Deputado deu na sua primeira intervenção, tem conhecimento que os resultados obtidos são sempre negativos.

É isso que quer para a nossa Região, resultados negativos no âmbito da competição?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O senhor vai fazer-me gastar o meu tempo e depois não posso falar sobre as outras questões.

(Risos da câmara)

Mas quero explicar-lhe o seguinte.

Sr. Deputado, então vamos seguir o seu raciocínio:

Nós somos pequenos, não podemos ter autonomia desportiva.

Continuando a seguir o seu raciocínio:

Nós somos pequenos, não podemos ter autonomia administrativa.

Nós somos pequenos, não podemos ter autonomia política.

Nós somos pequenos, não podemos ter autonomia na política cultural, etc., etc., etc.

O senhor com esse raciocínio anulava a autonomia dos Açores.

Deputado Berto Messias (PS): O senhor tem que ter humildade democrática para aceitar a nossa inteligência!

Presidente: Penso não haver mais inscrições. Vamos proceder à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto a favor do PPM, 19 abstenções do PSD e 3 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Passamos agora para a ação 9.4.14, que tem uma proposta de alteração apresentada pelo PS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

A Sra. Deputada que vota contra faça favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada com 31 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do BE.

Presidente: Para concluirmos o Programa 9, falta-nos apresentar a proposta de alteração do PPM que cria a ação 9.4.17.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PPM, 19 abstenções do PSD e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Vamos então agora votar o Programa 9 com a alteração que lhe foi agora introduzida.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: O Programa 9 foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PPM e 19 abstenções do PSD.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Entramos agora no Programa 10.

O PCP apresentou duas propostas de criação de novas ações. Estão ambas prejudicadas por apresentarem contrapartidas de programas já aprovados.

Passamos assim para a proposta de alteração apresentada pelo PPM, para a ação 10.2.13.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PPM, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Temos mais 3 propostas de alteração para este Programa 10, todas elas do PCP e também todas elas prejudicadas pelos motivos anteriormente já referidos.

Passamos assim para a proposta de alteração do CDS-PP para a ação 10.5.1.

O Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Este é um compromisso assumido do Partido Socialista, há várias legislaturas, e que se sumiu.

Quando se quer apostar nas exportações, nas câmaras de frio, nas melhores condições para se exportar, era fundamental o terminal de carga aérea da Aerogare Civil das Lajes, que os senhores já prometeram variadíssimas vezes em campanha eleitoral, várias vezes iludiram os terceirenses, várias vezes enganaram os terceirenses e está na altura de se redimirem e aprovarem esta proposta para a qual os senhores já tiveram milhões inscritos durante vários anos.

Mantêm a ilusão permanente. É a vossa especialidade!

Está na altura de se redimirem e aprovarem uma proposta fundamental para o desenvolvimento dos Açores.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Queria apenas fazer um esclarecimento. A ação a que me referi, erradamente, não é a 10.5.1. Naturalmente é a 10.5.11 e é uma proposta para uma nova ação.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional do Turismo e dos Transportes** (*Vítor Fraga*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima, o terminal de carga da Aerogare Civil das Lajes não está esquecido.

Como tive oportunidade de lhe dizer recentemente, este é um processo que está no Ministério da Defesa à espera que seja aprovada a alteração à Lei de Servidão Militar.

Recebemos no dia 14 de março uma indicação do Ministério da Defesa que no dia 11 de março teriam endereçado, para as Câmaras Municipais de Angra do Heroísmo e da Praia da Vitória, a referida proposta de alteração, para ser publicada.

Assim que o processo esteja concluído com a alteração da Lei de Servidão Militar, o projeto também está concluído e o terminal de carga avançará.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

Deputado Francisco César (*PS*): Isto está no relatório da comissão, Sr. Deputado!

(*) **Deputado Artur Lima** (*CDS-PP*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, há mais de um ano estive eu na Aerogare Civil das Lajes e vi o projeto. Foi-me apresentado com pompa e circunstância. Era para se iniciar de imediato, estava tudo despachado. Foi o que disse o anterior Diretor Regional.

Estivemos lá. É notícia pública.

Não acredito (não acredito!) que os senhores na devida altura tenham pedido autorização à Força Aérea.

Os senhores vão dizer a data em que mandaram o pedido de autorização à Força Aérea.

Se já tinham o projeto pronto, ele já teria sido enviado à Força Aérea Portuguesa há mais de um ano.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Berto Messias tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção muito breve.

Tendo em conta a explicação do Sr. Secretário do Turismo e Transportes, tendo em conta também que esta não é uma questão nova, aliás é uma questão já abordada em comissão e consta do relatório dessa Comissão Parlamentar sobre esta matéria, julgo que tendo em conta o empenho que eu reconheço do CDS-PP relativamente a esta matéria, não posso deixar de aqui apelar à influência que o CDS-PP tem no CDS a nível nacional, para que possa também influenciar o Ministério da Defesa para que esta decisão possa ser tomada o mais rapidamente possível e para que o Governo possa materializar esta proposta que, como sabe, consta do programa eleitoral do Partido Socialista.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional do Turismo e dos Transportes (Vitor Fraga):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima, vou fazer-lhe a cronologia dos acontecimentos para ficar devidamente esclarecido.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! Mas comece em 97!

O Orador: Em junho de 2011, o Governo entregou, através da Direção Regional dos Transportes, ao Comando da Zona Aérea dos Açores, o projeto para ser apreciada a sua viabilidade.

Em setembro de 2012, o Comando da Zona Aérea dos Açores informou que o pedido tinha sido remetido para o Ministério da Defesa.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Setembro de?

O Orador: Setembro de 2012.

Em setembro de 2012, o Comando da Zona Aérea dos Açores informou que tinha remetido para o Ministério da Defesa.

Em janeiro de 2013 eu questioneei o Ministério da Defesa sobre o processo.

No dia 14 de fevereiro de 2013, o Ministério da Defesa informou que tinha remetido para as Câmaras Municipais no dia 11 de fevereiro.

É esta a história e o filme dos acontecimentos.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, feita uma parte da cronologia, o que se constata é que o Comando da Zona Aérea dos Açores teve em seu poder mais de um ano o projeto sem o mandar para o Ministério da Defesa.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Exatamente!

O Orador: Ou seja, a culpa aqui é do Comando da Zona Aérea dos Açores...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Que pertence a?

O Orador: ... que reteve o projeto mais de um ano em seu poder.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Ou seja, a culpa não é do Governo!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): É do Ministério da Defesa!

O Orador: Deixe-me acabar.

Fica aqui registado que o Comando da Zona Aérea dos Açores (o Sr. Comandante da Zona Aérea dos Açores) reteve o projeto mais de um ano e que só está no Ministério da Defesa há 3 ou 4 meses.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): O Comando da Zona Aérea dos Açores não pertence ao Ministério da Defesa?

O Orador: O senhor deixe-me acabar!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Pertence ao Ministério das Obras Públicas?

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, faça favor de continuar.

O Orador: O Sr. Secretário devia ter feito toda a cronologia do processo, desde que ele começou, quantos milhões o Governo já teve lá inscrito e quantas vezes falhou.

Foi por falta de autorização da Força Aérea?

Foram promessas repetidas, repetidas, repetidas e nunca cumpridas.

Então se é assim, se é uma mera autorização formal que virá de certeza, porque as câmaras não vão dar parecer negativo, mais uma razão para os senhores aprovarem esta verba. Mais uma razão para ficar a verba aprovada.

Deputado Paulo Estêvão (PS): Muito bem!

O Orador: Se os senhores não querem, estão a travar o desenvolvimento dos Açores, em geral, da Terceira, em particular...

Deputado Berto Messias (PS): Mova as suas influências junto da República!

O Orador: ... e muito mais devido aos mais de mil postos de trabalho que se perderam na Terceira por vossa culpa nestes últimos dois anos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): Mova as suas influências junto da República, Sr. Deputado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do BE.

Presidente: As restantes três propostas de alteração que tínhamos para este Programa estão prejudicadas por apresentarem contrapartidas do Programa 1 que já está votado.

Deputado Aníbal Pires (PCP): E as propostas são do?

Presidente: Do PCP.

Sendo assim vamos votar o Programa 10 na sua totalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: O Programa 10 foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 19 abstenções do PSD.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Entramos agora no Programa 11.

O PCP tinha apresentado duas propostas de alteração que estão ambas prejudicadas.

Sendo assim vamos votar a proposta apresentada pelo PPM que cria a ação 11.2.4.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 19 abstenções do PSD e 3 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

O PCP tinha apresentado ainda mais uma proposta para este Programa que também está prejudicada.

Sendo assim vamos votar na globalidade o Programa 11.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: O Programa 11 foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 19 abstenções do PSD.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Secretária.

Passamos ao Programa 12 e para a proposta de alteração do CDS para a ação 12.3.1.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Silveira.

(*) **Deputado Luís Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O CDS apresenta esta proposta que visa reforçar as verbas para a limpeza de ribeiras, nomeadamente dos recursos hídricos...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... por entender que esta é uma necessidade que a Região tem.

Recentemente, assistimos às catástrofes que têm acontecido na Região, nomeadamente pela falta, se calhar, de alguma limpeza nas linhas de água.

Esta tem sido a postura do Governo Regional, cooperar com as juntas de freguesia para a manutenção e limpeza destas ribeiras através do Programa “Eco Freguesia”, programa este que, no âmbito das audições para este Plano e Orçamento, tive oportunidade de questionar o Sr. Secretário, com a tutela, que reafirma que é um projeto para manter, é de grande interesse para o próprio Governo Regional e com resultados muito positivos.

O facto é que, no Orçamento, a possibilidade de protocolar com as juntas freguesias, no âmbito das limpezas das ribeiras, desapareceu.

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Está enganado!

O Orador: Ou seja, esta proposta, para além de reforçar em 200 e poucos mil euros a verba, visa igualá-la ao ano de 2012.

Não nos parece excessiva. Portanto, pedimos este reforço de 203 mil euros e que se permita que no Orçamento estes protocolos sejam mantidos.

É esta a intenção da proposta que esperamos que seja acolhida pela bancada do Partido Socialista.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Junte-se a nós!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Rodrigues.

(*) **Deputada Isabel Almeida Rodrigues** (*PS*): Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista acha pertinente a proposta apresentada pelo CDS-PP que vai absolutamente na linha daquilo que tem sido a atuação do Governo Regional, como se pode ver pelo conjunto de ações que constam deste Programa 12, todas elas em redor desta preocupação, não só de proteção dos

nossos recursos hídricos, mas também de proporcionar maior segurança às pessoas e aos seus bens.

No entanto, devo dizer-lhe que o Programa “Eco Freguesias”, como foi referido pelo Sr. Secretário na audição em Comissão, não estava em causa. Nunca esteve em causa a manutenção desse programa e isso foi afirmado pelo Sr. Secretário Regional em audição.

Entendemos, no entanto, que faz todo o sentido reforçar os nossos recursos nesta área.

Portanto, vamos votar favoravelmente esta proposta.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Como é do conhecimento da câmara, a Representação Parlamentar do PCP tinha – ou tem, mas vai ficar prejudicada – uma proposta que vai no mesmo sentido e afetava um volume financeiro bastante superior.

Julgamos que é necessário encarar esta questão da limpeza das linhas de água com muito rigor de maneira a que se consigam minorar todas as hipóteses de enxurradas, enchentes, como temos assistido ultimamente, mas não quero estar a referir-me a isto.

De qualquer forma, e em virtude da nossa iniciativa ficar prejudicada, vamos dar o voto favorável a esta iniciativa do CDS-PP, mas julgamos que é ficar aquém da necessidade que este problema representa para as nossas ilhas e sobretudo para as pessoas.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Rodrigues.

(*) **Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Era só para explicar ao Sr. Deputado Aníbal Pires que eu tenho um entendimento diferente.

Poderei estar a lavrar em erro, mas entendo que a sua proposta está prejudicada por via da contrapartida que apresentava.

O Sr. Deputado imputou a limpeza de ribeiras à ação 12.3.5 que tem a ver, sim, com o sistema de monitorização e a larga movimentação de massas, nomeadamente das estações que estão em São Caetano, no Pico e na Maia, em Santa Maria.

Portanto, nunca poderíamos aprovar a sua proposta, porque ela materialmente não se enquadra na ação em que está apresentada.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Independentemente do programa onde nós procurámos o reforço, a verdade é que esta iniciativa fica prejudicada.

Mas de qualquer forma, Sra. Deputada, gostaria de lhe dizer o seguinte:

Não me parece que a contrapartida que nós damos para a nossa proposta seja dentro deste programa.

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Mas eu não disse isso!

O Orador: Não é dentro deste programa.

Se não é dentro deste programa, não é dentro deste programa.

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Eu não disse isso!

O Orador: Disse sim, Sra. Deputada.

Portanto, não tem nada a ver com isso, Sra. Deputada.

De qualquer forma a iniciativa está prejudicada e a Representação Parlamentar do PCP o que considera é que é fundamental nesta questão, a questão da limpeza das linhas de água, que o protocolo com as juntas de freguesia seja reforçado.

Mais. Para dar eficiência e eficácia a estas ações tem de haver um plano integrado, a desenvolver em conjunto com as juntas de freguesia. Era isso que pretendíamos.

Vamos aprovar a proposta do CDS-PP, mas consideramos que esta verba não é suficiente para a dimensão do problema, para manter as linhas de água convenientemente limpas e para prevenir situações como aquelas que tivemos recentemente.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Silveira.

(*) **Deputado Luís Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Isabel Rodrigues, o que aqui quisemos clarificar com a nossa proposta é que o Projeto “Eco Freguesias” não é mencionado no Orçamento. Não é agora, como não foi no passado.

Mas há aqui uma questão não estava sendo tida em conta. O Plano Regional Anual de 2013 tinha uma alteração até à aprovação (e tem ainda até à aprovação) desta proposta, em relação ao ano passado. É que na sua discricção, naquilo que se confere à limpeza de ribeiras, a questão dos acordos de colaboração com as juntas de freguesias foi retirado.

A questão que se coloca ao CDS, e que aqui quisemos trazer de uma forma muito linear e clara, é que se pudesse fazer esses acordos de colaboração com as juntas de freguesia, porque não estavam mencionados no plano.

Portanto, foi isso que quisemos clarificar, para além de reforçar a verba e igualá-la ao ano de 2012.

Foi essa a nossa intenção, até porque, como sabe o Partido Socialista e o Governo, as freguesias têm tido um papel muito importante e foi reassumido pelo Sr. Secretário no âmbito da audição para este Plano Regional Anual e para este Orçamento.

Também sabem que os municípios, independentemente da sua cor política, que têm responsabilidades na limpeza e na manutenção das linhas de água na área geográfica e habitacional das freguesias, não o fazem.

Tem sido feito, melhor ou pior, pelas juntas de freguesia, também independentemente da cor partidária. Melhor ou pior, mas tem sido feito com essas verbas, que não são muitas para cada junta, mas que são o suficiente para se fazer alguma manutenção e alguma limpeza.

A verdade é que essa é uma responsabilidade não do Governo Regional, mas dos municípios, mas que os municípios, no todo regional, têm olhado para o lado.

Tem sido com estas pequenas verbas que o Governo Regional tem feito chegar às juntas de freguesia...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... que se tem conseguido minimizar muitas das catástrofes que têm vindo a acontecer na Região.

Se calhar, se não fosse com este tipo de intervenções, seriam bem piores do que aquelas que se têm assistido.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para que esta questão fique completamente esclarecida, a proposta que apresentamos e que está prejudicada (eu já vou dizer por que é que ela está prejudicada) previa um reforço de verbas no valor de 2 milhões de euros para a realização de uma ação especial de limpeza de ribeiras e prevenção de riscos, cheias e deslizamentos, em cooperação com as autarquias locais, por contrapartida de uma redução de igual valor na ação 1.1.2 – Programa de Apoio à Reestruturação Empresarial, para que fique claro. E para que fique ainda claro por que é que estamos aqui a colocar este valor, que é um valor substantivo. Por quê?

Temos, em tramitação, um projeto de resolução que visa recomendar ao Governo isto mesmo. Daí termos colocado esta ação no Plano para 2013.

A justificação é essa.

Aliás, Sra. Presidente, eu fiquei com dúvidas, porque não me dei conta dos cortes terem sido votados neste Programa 1, mas isso é outra questão e já passou.

De qualquer forma está justificado e esclarecido.

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Mas eu não disse nada em contrário!

O Orador: Disse. A Sra. Deputada disse que estava dentro do mesmo programa.

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Não disse nada!

O Orador: A contrapartida era no Programa 1.1.2, Programa de Apoio à Reestruturação Empresarial.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Começa-se tudo de novo!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições vamos então votar a proposta de alteração do CDS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: O Sr. Deputado Aníbal Pires já esclareceu tudo o que tinha a esclarecer relativamente à sua proposta que foi prejudicada, por isso não preciso voltar a referir.

Avançamos para a proposta do PPM para uma alteração à ação 12.3.5.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 3 abstenções do CDS-PP.

Presidente: O PCP apresentou também uma proposta de alteração para a ação 12.3.7, que também está prejudicada pela contrapartida da ação 1.4.2, pelo que avançamos para a proposta do PPM para a mesma ação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: A próxima proposta de alteração é do PS e propõe criar a ação 12.3.8.

O Sr. Deputado Luís Maciel tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Maciel (PS):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Na sequência dos deslizamentos que ocorreram na freguesia da Fajazinha, no concelho das Lajes das Flores, o Governo Regional já encetou um conjunto de ações, de forma a minimizar novas ocorrências, no caso de elevada pluviosidade naquela freguesia.

No entanto, falta ainda construir uma infraestrutura de grande importância para a freguesia que é a bacia de retenção da freguesia da Fajazinha, sendo que este é um dos compromissos eleitorais do Partido Socialista para a presente legislatura.

Considerando que esta é uma obra que põe em causa a salvaguarda da segurança daquela população, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista entende que se deve criar, já no Plano deste ano, uma ação para que se dê início o quanto antes aos procedimentos que levem à concretização desta obra.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos colocar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Para a ação 12.4.5 temos duas propostas de alteração. A primeira é do PCP e está prejudicada por apresentar contrapartidas no Programa 7, que já foi votado e por isso está encerrado.

A segunda proposta de alteração foi apresentada pelo PPM.

Vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: A última proposta de alteração é do PS, para a ação 12.4.7.

Vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

A Sra. Deputada que vota contra faça favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada com 31 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do BE.

Presidente: Vamos agora votar o Programa 12 com as alterações que lhe foram introduzidas.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: O Programa 12 foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PPM, 19 abstenções do PSD e 1 abstenção do PCP.

Presidente: O Programa 13 apresenta apenas uma proposta de alteração.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu li nos jornais que o Presidente do Governo Regional está em negociações com a RTP e que o acordo será assinado até 31 deste mês. Penso que estou correto, não é? Penso que estou a reproduzir a notícia.

Este Parlamento ainda não foi minimamente informado...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nem vai ser!

O Orador: ... em relação a esta questão, nem os diversos partidos que integram o Parlamento dos Açores.

Eu penso que seria uma boa oportunidade para o Sr. Presidente do Governo Regional nos informar a respeito desta questão, até porque teria com certeza cabimento do ponto de vista regimental.

De qualquer das formas, apresentamos aqui uma proposta que tem a ver com aquilo que temos vindo a defender ao longo dos anos, que é a necessidade da Região ter um papel importante, decisivo, na gestão da RTP, se não queremos que ela pura e simplesmente desapareça.

O que temos vindo a defender é um sistema de cotutela entre o Estado e a Região.

Depois o Partido Socialista copiou aquela (e fizeram bem em copiar!)...

Deputado José San-Bento (PS): De quem era a gestão?

O Orador: ... que era a proposta do PPM sobre esta matéria: os administradores, os gestores, seriam votados por dois terços do Parlamento do Açores para evitar tentações hegemónicas sobre a futura RTP-Açores.

Nesse sentido, o que consideramos e que introduzimos também é um cofinanciamento por parte da Região, com contrapartidas.

Temos vindo a defender a internacionalização da RTP-Açores ao longo destes anos, mas o Estado não nos permitiu, porque quis defender a RTP Internacional que faz um bom negócio na América do Norte à nossa custa, à custa das notícias dos Açores.

Penso que esta questão é fundamental.

A proposta que estamos aqui a fazer corresponde, de facto, a algo de objetivo, porque o Governo Regional está a dias de chegar a um acordo.

Sr. Presidente, eu lanço-lhe aqui um desafio. É que informe esta câmara a respeito destas negociações.

O Sr. Presidente tem o dever de o fazer perante esta câmara, onde já tantas vezes discutimos o futuro da RTP-Açores.

O Sr. Presidente quase que está a rezar para não ter que vir aqui responder.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Não!... Estou só a dizer: perdoai-lhe Senhor, porque ele não sabe o que diz!

(Risos da câmara)

Presidente: Sr. Deputado, está a esgotar o seu tempo. Agradecia que terminasse.

O Orador: Termino, Sra. Presidente. Vejo que temos o primeiro convertido do Papa Francisco.

(Risos da câmara)

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não! Já era convertido antes!

Presidente: Sr. Presidente do Governo tem a palavra.

(*) Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Sra. Presidente, peço a palavra para um interpelação, solicitando um esclarecimento sobre se é ou não possível responder às questões que me foram colocadas pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão neste período dos trabalhos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Se o senhor não pode falar, quem é que pode?

Presidente: Sr. Presidente, neste momento, de facto, não estava previsto este tipo de esclarecimento, mas se o plenário não se opuser, naturalmente que a mesa permitirá que possa esclarecer.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, não era essa a resposta que o Sr. Presidente queria!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente.

(*) Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, em relação a essa matéria o que há a dizer é aquilo que é público desde setembro (não, mais!) do ano passado.

A posição que o Governo Regional defende nestas negociações, nestas conversações, é a posição que corresponde ao compromisso eleitoral que assumiu nesse âmbito.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Como é que estão as negociações?

O Orador: Além disso, na sequência da audiência que tive com o Presidente do Conselho de Administração da RTP, tive oportunidade de dar conta pública que considerava que o relatório que foi aprovado por esta Assembleia, relativamente ao Serviço Público de Rádio e Televisão, era também um contributo importante a ter em conta nessas conversações que decorriam.

Neste momento não lhe posso dizer nem que vai ser assinado no dia x, nem que vai ser assinado no dia y, porque decorrem estes contatos e aguardamos também uma tomada de posição da parte da RTP e do Conselho de Administração da RTP, que foi a entidade que o Ministro que tutela esta matéria indicou para podermos esclarecer, debater, ver quais são os pontos de convergência.

As posições com que a Região parte para este assunto são as posições que acabei de dizer: o relatório que foi aprovado por esta Assembleia e o compromisso que eu assumi no âmbito da campanha eleitoral para as últimas eleições legislativas.

Muito obrigado.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Presidente, pelos seus esclarecimentos.

Vamos então votar a proposta de alteração do PPM para a criação da ação 13.1.4.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto a favor do PPM, 19 abstenções do PSD e 3 abstenção do CDS-PP.

Presidente: Vamos então votar o Programa 13.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: O Programa 13 foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PPM e 19 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos votar as propostas de alteração para o último Programa.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão para?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, para apresentar a proposta.

Presidente: O senhor já não tem mais tempo.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Já não tenho mais tempo? Pronto, Sra. Presidente, eu sabia que esse momento acabaria por chegar.

(Risos da câmara)

Presidente: A primeira proposta de alteração para o Programa 14 é do PPM e é para a ação 14.1.3.

Vamos proceder à votação.

O Sr. Deputado Aníbal Pires pediu a palavra?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não, Sra. Presidente.

Presidente: Isto é sinal que estamos a precisar de um intervalo.

Vamos então votar a ação 14.1.3.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PPM, 19 abstenções do PSD e 3 abstenção do CDS-PP.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

O Sr. Deputado Berto Messias pede a palavra para?

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sra. Presidente, é para solicitar um intervalo regimental.

Presidente: Vamos então fazer um intervalo de 15 minutos. Regressamos à uma e meia.

Era 01 hora e 15 minutos.

Presidente: Antes de retomarmos os trabalhos, pedia aos líderes e ao Sr. Vice-Presidente o favor de se aproximarem da mesa.

Era 01 hora e 37 minutos.

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputados, vamos então recomeçar os nossos trabalhos.

Para a ação 14.2.3, temos uma proposta de alteração do PPM.

Vamos proceder à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PPM, 19 abstenções do PSD e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Passamos agora para a ação 14.2.4, com uma proposta de alteração apresentada pelo PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada com 31 votos a favor do PS, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PPM, 19 abstenções do PSD, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Passamos agora para mais uma proposta de alteração apresentada pelo PPM para a ação 14.3.1.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PPM, 19 abstenções do PSD, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Passamos agora para mais uma proposta de alteração do PPM para a ação 14.3.3.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PPM, 19 abstenções do PSD, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do PCP.

Presidente: A última proposta de alteração para este Programa é também do PPM e refere-se à ação 14.3.4.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PPM, 19 abstenções do PSD, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Agora, sim, vamos votar o Programa 14 com a alteração que lhe foi introduzida.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: O Programa 14 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 1 voto contra do BE, 19 abstenções do PSD, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Passamos agora para a votação final global do Plano Anual Regional para 2013. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: O Plano Anual Regional para 2013 foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 19 abstenções do PSD.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Vamos iniciar agora as votações relativas à **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 3/X – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2013”**.

Vamos começar pela votação na generalidade deste diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: Na generalidade, o “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2013” foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM, 19 abstenções do PSD e 3 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Vamos então proceder à votação na especialidade deste documento.

Para o artigo 1º não existem propostas de alteração pelo que coloco-o à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: O artigo 1º foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 1 voto contra do BE, 19 abstenções do PSD, 3 abstenções do CDS-PP, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do BE.

Presidente: Temos uma proposta de alteração apresentada pelo PPM para o nº 1 do artigo 2º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 19 votos contra do PSD, 1 voto contra do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 3 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Vamos então votar o artigo 2º da Proposta de Decreto Legislativo Regional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 1 voto a favor do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM, 19 abstenções do PSD e 3 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Para os artigos 3º, 4º e 5º não há propostas de alteração.

Pergunto à câmara se posso votá-los em conjunto.

Sendo assim, estão à votação os artigos 3º, 4º e 5º da Proposta de Decreto Legislativo Regional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados com 31 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Para o artigo 6º temos uma proposta de alteração apresentada pelo CDS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Vamos então votar o artigo 6º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PPM e 19 abstenções do PSD.

Presidente: Passamos agora para uma proposta de aditamento, o artigo 6º-A, apresentada pelo Bloco de Esquerda.

A Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Presidente, com a sua permissão gostaria de apresentar todas as propostas de uma vez, porque assim fazemos alguma economia de tempo.

Presidente: Claro que sim.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada.

As propostas de alteração apresentadas pelo Bloco de Esquerda representam, em nossa opinião, uma contribuição séria, exequível e responsável para responder aos reais problemas dos açorianos e açorianas.

Fazemo-lo, porque é nossa profunda convicção que só através do desenvolvimento da economia é possível combater o desemprego, tirar a região da crise e enfrentar os compromissos externos.

Fazemo-lo, porque não basta constatar a enorme crise social, é preciso coragem para a atacar.

Perante a emergência, só a emergência é resposta.

A reabilitação urbana, pública e particular, tem que ser e pode ser uma preciosa alavanca para o combate ao desemprego. Por isso apresentamos um substancial reforço para a primeira e a criação de uma linha de crédito, sem juros e com carência de dois anos para a segunda.

As empresas nos Açores não vendem, porque as pessoas não têm dinheiro.

Repór o que lhes foi confiscado, como o subsídio de férias, ou dignificar quem trabalhou toda uma vida aumentando as pensões de miséria, ou reconhecer o dinheiro ao almejar sair da pobreza quando se trabalha aumentando o salário mínimo regional, parecem-nos medidas socialmente justas e economicamente aconselháveis, para além de exigíveis, no sentido de amortecerem de facto, e como as pessoas precisam, as políticas de desastre do Governo da República.

Garantir que a EDA continue maioritariamente pública e, portanto, uma garantia da sustentabilidade da economia e do desenvolvimento coeso desta Região, é outra das nossas propostas.

Pensar sequer em privatizá-la é um atentado ao presente e ao futuro dos Açores. Respeitar o sofrimento das pessoas que sofrem de Alzheimer ou da doença Machado Joseph, permitindo o seu acesso a medicação cara, é uma medida de elementar humanidade.

Acabar com a precaridade fomentada pelo Governo Regional no que respeita aos professores e professoras contratados, além de ser o reconhecimento pelo seu empenho, é também a recusa do seu estatuto de eternamente descartáveis.

Exigir a renegociação das rendas das parcerias público-privadas é o mínimo que propomos, pois não aceitamos que um Governo que se diz de esquerda tire o subsídio de férias aos trabalhadores do setor público para entregar milhões de euros aos consórcios financeiros.

Inscrever a remuneração compensatória no texto do Orçamento é a garantia de que esta medida não fica dependente de qualquer decisão arbitrária ou conjuntural.

Votar as propostas do Bloco de Esquerda é, de facto, assumir um outro caminho e uma alternativa à política deste Governo.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Não havendo mais inscrições vamos passar à votação, neste caso, da proposta de aditamento do artigo 6º-A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça favor de se sentar.

Secretária: A proposta anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 19 votos contra do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Vamos passar à votação da proposta de aditamento do Bloco de Esquerda, artigo 6º-B.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 19 votos contra do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Votemos agora a proposta de aditamento, também apresentada pelo Bloco de Esquerda, para o artigo 6º-C.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP vai votar contra esta iniciativa do Bloco de Esquerda, porque temos uma proposta sobre a remuneração compensatória para que ela seja alargada a todos os escalões remuneratórios da função pública, da administração pública regional.

Consideramos que esta proposta do Bloco de Esquerda acaba por ser redutora e perpetua, digamos, uma injustiça relativamente àquilo que está a ser feito aos trabalhadores da Administração Pública Regional.

A haver compensações remuneratórias, deve ser para todos os níveis salariais. Essa é a nossa proposta.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça favor de se sentar.

Secretária: A proposta anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 19 votos contra do PSD, 1 voto contra do PCP, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Passemos à votação do artigo 7º da Proposta de Decreto Legislativo Regional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 8º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PPM e 19 abstenções do PSD.

Presidente: Passemos então à votação do artigo 9º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 19 abstenções do PSD, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Muito bem!

Artigo 10º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 19 abstenções do PSD, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Artigo 11º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 19 abstenções do PSD, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Passemos ao artigo 12º para o qual há uma proposta de alteração apresentada pelo PCP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 19 votos contra do PSD, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Passemos então à votação da proposta de alteração do Bloco de Esquerda para este mesmo artigo.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do BE, 3 abstenções do CDS-PP, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos então votar o artigo 12º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 19 votos contra do PSD, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Artigo 13º. Para este artigo não existem propostas de alteração.

Vamos votar o artigo 13º da Proposta de Decreto Legislativo Regional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 14º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 3 votos contra do CDS-PP, 19 abstenções do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 15º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 3 votos contra do CDS-PP, 19 abstenções do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos agora votar a proposta de aditamento apresentada pelo Bloco de Esquerda para o artigo 15º-A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Artigo 16º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 19 abstenções do PSD, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Temos uma proposta de aditamento apresentada pelo Bloco de Esquerda, para o artigo 16º-A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 19 abstenções do PSD.

Presidente: O PPM apresentou uma proposta de alteração para o artigo 17º, que está à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos votar o artigo 17º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 3 votos contra do CDS-PP, 19 abstenções do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Pergunto à câmara se posso votar os artigos 18º e 19º em conjunto.

Não havendo oposição, estão à votação os artigos 18º e 19º da Proposta de Decreto Legislativo Regional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Posso pôr à votação os artigos 20º e 21º?

Não havendo oposição, vamos votar os artigos 20º e 21º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados com 31 votos a favor do PS, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 19 abstenções do PSD, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Artigo 22º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 23º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 3 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Artigo 24º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do CDS para o artigo 25º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos votar o artigo 25º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PPM e 19 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos votar a proposta de aditamento apresentada pelo CDS-PP. Trata-se de uma alínea ao artigo 26º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do BE.

Presidente: Vamos então agora votar o artigo 26º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 3 abstenções do CDS-PP, 1 abstenção do BE e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Passemos agora à votação da proposta de alteração apresentada pelo PPM ao artigo 27º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Votemos então o artigo 27º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto contra do PPM e 19 abstenções do PSD.

Presidente: O artigo 28º não tem propostas de alteração. Vamos votá-lo.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 19 abstenções do PSD.

Presidente: Para o artigo 29º temos três propostas de alteração. A primeira é do PCP.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para uma rápida intervenção.

Gostava de reafirmar, em primeiro lugar, em nome do Partido Socialista, a importância que damos àquilo que se pode chamar, e se chama comumente, a compensação dos custos de insularidade por esta via da compensação do rendimento, quer no que diz respeito ao Complemento Regional de Pensão para os reformados e pensionistas, quer no que diz respeito à Remuneração Complementar para os funcionários públicos, quer no que diz respeito aos trabalhadores do setor privado com o diferencial de 5% como acréscimo ao salário mínimo nacional.

Foi um longo caminho que fizemos no sentido da conquista autonómica da diferenciação positiva, sobretudo a favor daqueles que têm menores rendimentos.

Foi também um percurso, eu diria, intelectual, porque isto surge primeiro como uma reivindicação mais localizada de um conjunto de trabalhadores, de um conjunto de trabalhadores da Administração Pública, que em 1992, por

conjugação de alguns fatores políticos, conseguem, contra a vontade do PSD-Açores, então no governo, fazer aprovar esta proposta só para os trabalhadores da função pública.

Em 93, ela foi de novo revogada.

Os Governos do Partido Socialista defrontaram-se com a obrigação, ao nível da compensação dos custos de insularidade, de retomar essa proposta e de torná-la mais abrangente, no sentido de incluir todos os trabalhadores, tendo em conta a sua diferenciação jurídica e o respetivo regime.

Foi o primeiro Governo Regional do Partido Socialista que em maio de 1999, numa comunicação do governo, daquela tribuna, anunciou que estava fazendo e que esta matéria também devia contemplar os reformados e pensionistas.

Assim foi feito, assim tem prometido o Partido Socialista manter estas conquistas e mantê-las de acordo com um determinado tipo de compromissos que já têm, aliás, alguns anos, ou seja, que o Complemento Regional de Pensão deve ter atualizações anuais sempre superiores à taxa de inflação, que a Remuneração Complementar deve seguir basicamente os aumentos da função pública e que é razoável o diferencial de 5% ao nível do salário mínimo nacional.

Percebemos que há aqui um conjunto de propostas e, por economia processual, eu falaria nas três, diversas, que pretendem introduzir aumentos superiores àqueles previstos pelo Partido Socialista, designadamente na sua proposta de Orçamento que é de 3%.

Eu reafirmo que o Partido Socialista mantém estas conquistas como extremamente importantes; mantém e cumpre os seus compromissos ao nível da sua atualização e crê que, infelizmente nos tempos em que vivemos, esse é um compromisso razoável, esse é um compromisso suportável e que não põe em causa a continuidade destes subsídios.

De qualquer modo vejo que há aqui outras generosidades. Apesar de tudo não deixo, por exemplo, de constatar que, ao contrário do que disse numa entrevista à RTP-Açores, no dia 10 de outubro de 2012, a Dra. Berta Cabral, que achava que esses aumentos deviam ser de 20%, penso que o PSD tem aqui, na sua proposta em concreto, uma boa “*rebajas*”. Achou, passados poucos meses, que 10% já era suficiente.

Deputado Francisco César (PS): Era outro partido, outro mandato!

O Orador: Nós, pela nossa parte, continuamos a cumprir os nossos compromissos nesta matéria, porque pensamos que eles também são, nesta altura, a forma realista de não os pôr em causa e de os manter como conquista essencial nos Açores e para os seus beneficiários.

Por isso mesmo vamos votar contra estas propostas mantendo naturalmente aquilo que é a proposta original do Governo de aumento de 3% nesta matéria.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Aida Amaral.

(*) **Deputada Aida Amaral (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Hoje, o PSD apresenta aqui uma proposta de alteração ao Decreto Legislativo Regional 4/2013 e 3/2013, porque, em momento de profunda crise económica e social, como aquela que os açorianos sofrem, o PSD-Açores é de opinião que há que apoiar os mais frágeis.

Deputados Cláudio Almeida (PSD) e Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: E entre os mais frágeis estão os idosos com pensões tão baixas que mal dão para pagar a mercearia e os medicamentos que têm que adquirir na farmácia.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

A Oradora: Não são os meros 3% que o Governo Regional se propõe aumentar, que representa uns míseros 1 euro e 44 cêntimos, a mais, por mês, que vão ajudar os idosos com maiores necessidades.

Deputados Cláudio Almeida e Berta Cabral (PSD): Muito bem!

A Oradora: O PSD-Açores está ciente de que há espaço no Orçamento para colher o aumento de 10% que propomos no Complemento Regional de Pensão. E, portanto, fazemos um último apelo à consciência dos deputados da maioria socialista para que aproveem esta proposta do PSD-Açores. Não olhem para o autor da proposta, olhem, sim, para o que ela significa para os milhares de idosos que de tanta ajuda necessitam.

Muito obrigada.

Deputados Cláudio Almeida (PSD) e Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Deputado José Ávila (PS): Tanta demagogia!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem 30 segundos.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Se é verdade que foi o Secretário Regional dos Assuntos Sociais que daquela tribuna (Adjunto da Presidência) colocou pela primeira vez a questão da criação de um Complemento Regional de Pensão, não é menos verdade que a iniciativa teve e foi formalizada pelo Partido Comunista Português em 99 e depois aprovada em 2000.

Temos uma proposta também de aumento ao Complemento Regional de Pensão, valor que temos vindo a manter desde 2009. Trata-se de um aumento que visa reposicionar este Complemento Regional de Pensão em 60 euros.

É um valor que consideramos razoável, suportável pelo Orçamento Regional e que certamente contribuiria para que quem recebe o cheque pequenino pudesse,

com ele, fazer mais do que aquilo que faz atualmente: comprar pão, comprar leite e os seus medicamentos.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado José San-Bento (PS): E um copinho de vinho!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Aníbal Pires, efetivamente é verdade. A primeira iniciativa legislativa que deu entrada nesta casa, na sequência dessa intervenção, foi do PCP, creio que em setembro de 99. Outras também se seguiram. Depois acabou por ser aprovada uma proposta mais de conjunto, que reuniu aqui na altura a maioria necessária, mas não é, penso eu, direitos de autor que aqui nos interessa...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Como V. Exa. percebe, é importante!

O Orador: ... embora seja interessante conhecer a história desta proposta, a evolução destes conceitos e já agora também a evolução dos diversos partidos acerca destes conceitos.

O que me parece fundamental é eu crer que continua a existir algum consenso lato e largo sobre a importância desta proposta que, acredito, pelo menos no essencial e ao nível da maioria das forças políticas, é um consenso verdadeiro, sincero e diria mesmo coerente. Isto é importante, mas também não podemos esquecer, desde logo, que é o que compete, aliás, à Região, independentemente das ideias que ao nível político e de justiça social tenhamos.

Como o nome indica, trata-se aqui de estabelecer, ao nível da efetiva compensação dos custos da insularidade, um complemento.

Sra. Deputada, talvez fosse bom que esses sentimentos, que eu quero ter por verdadeiros, fossem melhor e eficazmente dirigidos, desde logo, a quem é responsável por pagar as pensões e as reformas que paga com um determinado montante.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quem é que as aumentou?

O Orador: Numa altura de crise é também quem tem a obrigação de gerir essa crise.

Sobretudo tenho que lhe dizer, Sra. Deputada, que me deixa algumas dúvidas...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Quem é que as paga?

O Orador: ... essa imprecisão muito lata entre 20% em outubro e 10% em março. Deixa-me algumas dúvidas...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O Sr. Presidente do Governo esclarece!

O Orador: ... e seria bom que essas dúvidas ficassem claramente expressa nesta câmara.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O Sr. Presidente do Governo tem uma boa visão sobre isso!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições vamos votar a proposta de alteração do PCP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 1 voto a favor do PCP, 19 abstenções do PSD, 3 abstenções do CDS-PP, 1 abstenção do BE e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos agora votar a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda para este mesmo artigo.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 19 abstenções do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Passemos agora à proposta de alteração do PSD também para este artigo 29º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do BE.

Presidente: Vamos então votar o artigo 29º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 3 votos contra do CDS-PP, 19 abstenções do PSD, 1 abstenção do BE, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Vamos fazer um pequeno intervalo de 10 minutos.

Eram 02 horas e 31 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 02 horas e 45 minutos.

Vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Vamos dar continuidade à votação da Proposta de Decreto Legislativo Regional para o Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2013.

Temos de seguida uma proposta de aditamento apresentada pelo PCP para o artigo 29º-A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Segue-se uma proposta de aditamento apresentada pelo Bloco de Esquerda para o artigo 29º-A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de aditamento foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos passar à votação da proposta de aditamento apresentada pelo PCP para o artigo 29º-B.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 19 abstenções do PSD.

Presidente: Passemos agora à votação da proposta de aditamento apresentada pelo PCP para o artigo 29º-C.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 19 votos contra do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do BE.

Presidente: Passemos à votação do artigo 30º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 19 abstenções do PSD, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Temos duas propostas de alteração para o artigo 31º. A primeira a ser votada é a do CDS.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Melo Alves.

(*) **Deputado Nuno Melo Alves (CDS-PP):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Duas ou três palavras para justificar a nossa proposta.

Nós consideramos que deve vigorar um teto salarial nos gestores públicos regionais, neste caso nivelado pelo secretário da tutela que os nomeia.

Por outro lado, é uma proposta de poupança que visa normalizar um pouco as coisas, até na senda do que tem sido proposto a nível de resoluções na Assembleia da República, de limitar o número de membros do Conselho de Administração das empresas públicas, no SPER, a três.

Parece-nos ser um número perfeitamente razoável e exequível para a composição de conselhos de administração deste tipo de empresas.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passemos à votação da proposta apresentada pelo CDS para o artigo 31º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Agora será colocada à votação a proposta de alteração para este mesmo artigo apresentado pelo PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 3 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Vamos então agora votar o artigo 31º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PPM, 19 abstenções do PSD, 1 abstenção do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: O artigo 32º não tem propostas de alteração pelo que vai ser posto à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 19 votos contra do PSD, 3 abstenções do CDS-PP, 1 abstenção do BE, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar o artigo 33º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 19 votos contra do PSD, 1 voto contra do PPM, 3 abstenções do PSD, 1 abstenção do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de aditamento apresentada pelo CDS para o artigo 33º-A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Votemos agora o artigo 34º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 3 votos contra do CDS-PP e 1 abstenção do BE.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de eliminação apresentada pelo PCP para o artigo 35º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça favor de se sentar.

Secretária: A proposta de eliminação foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do BE.

Presidente: Para este artigo há outra proposta de alteração apresentada pelo PS, é esta que será votada.

A Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

Deputada Zuraida Soares (BE): Sra. Presidente, é para pedir para ser votado separadamente o artigo 9º e 10º.

Presidente: Esta proposta do PS é uma proposta de alteração para o artigo 35º, que por sua vez altera os artigos 9º e 10º do Decreto Legislativo Regional.

A Sra. Deputada pediu para votar em separado.

Então vamos votar a proposta de alteração para o artigo 9º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: A alteração anunciada foi aprovada com 31 votos a favor do PS, 19 votos contra do PSD, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do BE.

Presidente: Vamos colocar agora à votação o artigo 10º desta proposta de alteração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: A alteração anunciada foi aprovada com 31 votos a favor do PS, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 19 abstenções do PSD, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do PPM

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Então, agora sim, votemos o artigo 35º com as alterações que lhe foram introduzidas.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 19 votos contra do PSD, 3 abstenções do CDS-PP, 1 abstenção do BE e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos colocar à votação agora uma proposta de aditamento apresentada pelo PS para o artigo 35º-A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de aditamento foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação a proposta de aditamento apresentada pelo PS para o artigo 35º-B.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento foi aprovada com 31 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Vamos colocar agora à votação o artigo 36º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Por fim, está à votação o artigo 37º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Temos duas propostas de alteração para os mapas...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Estão prejudicadas.

Presidente: Uma não. Penso que a do PSD... Ficou também prejudicada?

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): As propostas do PSD só seriam votadas se fossem aprovadas as 4 propostas.

Presidente: Agradeço ao Sr. Vice-Presidente o esclarecimento.

Sendo assim, as duas propostas de alteração para os mapas que compõem esta Proposta de Decreto Legislativo Regional ficam ambas prejudicadas (uma era do PCP e a outra era do PSD), uma vez que os artigos enunciados não foram aprovados.

Vamos proceder à votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de Orçamento para a Região Autónoma dos Açores para 2013 foi aprovada com 31 votos a favor do PS, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 19 abstenções do PSD.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Duarte Freitas** (*PSD*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Como afirmei no encerramento do debate que antecedeu a votação do Plano e do Orçamento para 2013, a grave situação de emergência social em que os Açores se encontram exige coragem, determinação e ação.

O PSD-Açores entende que num tempo em que o número de desempregados é quase equivalente à população conjunta de Santa Maria, Graciosa, São Jorge,

Flores e Corvo, é dever de todos os partidos políticos ajudar a encontrar soluções.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Ouvimos dizer que a abstenção do PSD-Açores era o reconhecimento da boa governação dos Açores.

O líder parlamentar do PS aparenta não estar a par da pretensa mais recente novidade que aqui foi trazida, que teria havido eleições e que este é um governo novo.

Um governo novo dirigido por dois companheiros políticos desde o tempo dos antigos governos do PSD-Açores.

Um governo tão novo que anuncia um *call center* para a saúde prometido pelo Presidente do Governo velho em 2008.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Um governo tão novo que anda a pedir aos partidos da oposição ajuda para pagar a dívida do Governo velho na área da saúde, que anda a pedir contributos para resolver o desemprego do Governo velho ou, pura e simplesmente, a lavar as mãos do modelo velho dos bombeiros açorianos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Há pouco ouvimos, pela voz do Sr. Deputado Francisco Coelho, falar dos governos do PS como se fossem um só e um único, acerca do Complemento Regional de Pensão.

É preciso dizer-se que da parte do Partido Socialista há aqui um conflito insanável entre aquilo que pretensamente seria um governo novo e aquilo que é a história e o amarramento a um governo velho.

Deputado António Marinho (PSD): Muito bem!

O Orador: Por nós, reiteramos a total disponibilidade para dialogar, para propor, para ajudar os açorianos a ultrapassar o mais depressa possível a situação dramática em que muitos se encontram. Foi o que fizemos durante

estes 3 dias e é o que continuaremos a fazer, mesmo com um governo que puxa a oposição para baixo em voz alta, enquanto pede clemência em voz baixa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: É hora de executar o orçamento, é hora do novo governo começar a governar depressa, bem e se possível melhor do que o Governo velho, porque há muitos e muitos açorianos que estão lá fora à nossa espera.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão para uma declaração de voto.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Depois de termos verificado durante esta tarde a forma enfática como o Sr. Presidente do Governo Regional pediu e solicitou, num tom melodramático, o apoio das outras forças políticas, o que constatámos é que o governo do Partido Socialista ficou novamente isolado politicamente, tal como já tinha sucedido no âmbito da discussão do Programa do Governo. Não conseguiu mais uma vez romper o seu isolamento. A verdade é esta. É um governo isolado politicamente e é um governo que não consegue convencer as oposições da bondade do seu Programa Eleitoral e neste caso da questão orçamental.

As propostas que foram aqui apresentadas tinham diversas vulnerabilidades.

É evidente que o Partido Socialista e o Governo Regional, dirão, amanhã, que até votaram algumas propostas da oposição.

Deputado Francisco César (PS): Amanhã?

O Orador: Eu devo dizer-vos que é bom que se desmistifique esta questão.

No caso do PPM, por exemplo, foram aprovadas duas propostas que somam 23 mil euros. Estive a fazer as contas, dá 0,0002 daquilo que propúnhamos.

Deputado José San-Bento (PS): Não apresente propostas dessas!

O Orador: É evidente que por parte do Partido Socialista isto é um enfeite: “Nós aprovámos duas propostas aqui, duas ao PCP,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Três do PCP!

O Orador: ... mais uma ao Bloco de Esquerda, penso que ao CDS também...

Deputado Francisco César (PS): O senhor nem contas sabe fazer!

O Orador: ... e depois nós somos muito dialogantes, nós somos muito abrangentes.”

É evidente que este discurso é um discurso para inglês ver, mas é importante que os açorianos não se deixem enganar. O Governo sai da discussão deste Orçamento tão isolado como chegou. Não convenceu ninguém, não convenceu os cinco partidos da oposição e não convenceu, estou seguro disso, a sociedade açoriana.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares para uma declaração de voto.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda votou contra este Plano e Orçamento porque considera que ele não responde às necessidades dos Açores, não responde à situação de emergência social que se vive nesta região e não responde porque o Partido Socialista optou por cumprir o acordo com a troika, também aqui nos Açores, em detrimento da resposta possível de acordo com as prerrogativas autonómicas em favor dos Açores e das açorianas e açorianos.

O Bloco de Esquerda apresentou também aqui outro caminho, um caminho alternativo, mais conforme com a promessa central do Partido Socialista em campanha eleitoral, ao contrário do que plasmou neste Plano e Orçamento.

O Memorando da Troika é, na sua essência, a génese do caos social que hoje vivemos no país e nos Açores, mesmo na versão “fofinha” do PS-Açores.

Cortar com este Memorando é vital para a Região, mas o PS-Açores não teve a coragem de o fazer neste Orçamento e neste caminho não contará com o Bloco de Esquerda, porque a diferença entre tirar o subsídio de férias aos trabalhadores, mas pagar dividendos aos acionistas, é a diferença que faz toda a diferença e nos separa e esta diferença existe, aqui, nos Açores.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Deputado José San-Bento (PS): Mais alto! O senhor parece que está doente!

O Orador: Estou cansado.

A Representação Parlamentar do PCP ao longo destes dias de debate não só deu a sua posição, contribuindo para o debate, mas sobretudo apresentou um conjunto de propostas que não só respondem ao compromisso eleitoral da Representação Parlamentar do PCP, mas que se constitui também como o contributo da Representação Parlamentar do PCP para podermos de algum modo alterar este modelo político, este modelo de desenvolvimento económico. As nossas propostas tinham essa marca.

Não foram acolhidas na sua maioria pelo Partido Socialista. Isso não nos faz desistir da nossa luta e sobretudo de levarmos, em frente, ao longo desta

legislatura, aquilo que são os nossos compromissos com o eleitorado que nos colocou aqui e com o povo açoriano.

Iremos certamente continuar a ser uma oposição consequente mas também uma oposição com consequência. Foi o que fizemos na anterior legislatura e é isso que faremos ao longo desta legislatura.

Demonstrámos durante o debate qual era a nossa posição relativamente às opções que o Governo aqui nos trouxe. Procurámos demonstrar que havia e há uma outra política, que é necessário haver alguma coragem para o exercício das competências autonómicas de modo a podermos salvaguardar os interesses dos Açores e dos açorianos.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: Chegámos ao fim da discussão do Plano e Orçamento e o CDS votou contra: convictamente contra o Plano e convictamente contra o Orçamento.

Começamos logo por este Partido Socialista que se arroga diferente, que faz mais, que mantém e aumenta apoios sociais. Pois, para o cheque pequenino o aumento foi micro pequenino...

Deputado Aníbal Pires (PCP): “Nano”!

O Orador: ... vergonhoso, vergonhosamente 3%, migalhas que vão dar a quem delas mais precisa. Migalhas!... Era as mesmas migalhas que o Partido Socialista queria dar à oposição.

Deputado José San-Bento (PS): Sr. Deputado, isso deve ser da hora!

O Orador: O magnânimo Partido Socialista dava umas “migalhitas” à oposição. Houve uma oposição que aceitou migalhas e se absteve, mas há uma oposição que não aceita migalhas, nem se vende por um prato de lentilhas.

Apresentamos propostas concretas, exequíveis, de ajuda às famílias, aos estudantes e à economia.

O Sr. Presidente do Governo, no seu número televisivo, ali, há bocado, dizia “juntem-se a nós”,...

Deputado Berto Messias (PS): Pelos Açores!

O Orador: ... mas depois chumbaram tudo o que era de propostas úteis a favor dos açorianos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Propostas inúteis!

O Orador: Essa é que é a verdade, essa é que é a realidade.

O Sr. Presidente acha inútil reforçar...

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): O senhor é que acha!

O Orador: ... em 250 mil euros o apoio à tripolaridade da Universidade dos Açores?

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Foi aprovado em Conselho do Governo!

O Orador: Acha inútil um aumento de 500 mil euros para apostar na aquicultura dos Açores. E acha inútil também...

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): O senhor é que acha!

O Orador: ... que se aumente o número de beneficiários do COMPAMID. Quando se sabe que são estes agora que estão a passar mais necessidades, o Sr. Presidente acha inútil e por isso reprovou esta proposta.

Deputado José San-Bento (PS): Quem vota somos nós!

O Orador: Também acha inútil que se aumente em 154 mil euros o VALE SAÚDE, documento que os senhores nunca aplicaram porque não quiseram, porque tiveram sempre má-fé. No relatório não explicaram por que é que pouca gente queria, mas o Sr. Secretário um dia ainda há de explicar o resto da

história, por que é que recusaram, onde é que eram operados. O resto da história o senhor é que a vai explicar aqui.

Era pouco, era inútil uma verba de 500 mil euros para pagar as propinas...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Foi uma pena não ter dito isso quando o Governo podia falar!

O Orador: ... a filhos de pais desempregados, a famílias que estão no desemprego,...

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Muito bem!

O Orador:... que os senhores puseram no desemprego, que o vosso governo colocou no desemprego.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Exatamente!

O Orador: Com o Programa de Pró-Emprego de 2007...

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): O Governo lá fora já caiu?

O Orador: ... até 2012, Sr. Vice-Presidente, quais foram os resultados?

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Estava a ver que ia sobrar!

O Orador: Quais foram os resultados do Programa Pró-Emprego entre 2007 e 2012?

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Por que é que não fez essas perguntas quando podíamos falar?

O Orador: Foi o aumento exponencial do desemprego que aconteceu na Região Autónoma dos Açores, com milhões gastos pelo Governo Regional.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Por que é que não fez as perguntas quando podíamos responder?

O Orador: Mas os senhores também acharam mal que se fizessem propostas de transparência para contratação na função pública, porque o senhor quer contratar quem quer e bem entende e não quer regras de transparência.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Apoiado!

O Orador: Tem que ir tudo à mãozinha, beijar, porque os senhores não querem que se limite as remunerações dos gestores públicos ao Secretário da tutela, porque os senhores não querem que se reduza ao máximo de 3 os administradores hospitalares, porque os senhores querem nomear *jobs for the boys*.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Ministério da Agricultura, Ministério dos Negócios Estrangeiros!

O Orador: Os senhores querem manter, os senhores não querem poupar.

Finalmente, o COMPAMID que os senhores tanto apregoaram na campanha eleitoral, também não o quiseram aumentar, ou seja, o que os senhores impõem com este Orçamento é rigor e austeridade aos açorianos.

À austeridade da República os senhores juntam-lhe a austeridade regional.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Foi isso que aconteceu.

É o pior orçamento para combater o maior nível de pobreza, o maior nível de desemprego, o maior nível de falências e os senhores têm o menor e o pior dos instrumentos para fazer face.

Desafiam, numa encenação, a oposição para colaborar...

Presidente: Sr. Deputado, tem que terminar.

O Orador: ... para apresentar propostas. A oposição apresentou propostas e os senhores fizeram o que fizeram. Os açorianos percebem isso.

Os senhores julgam-se juízes de elevada moral. Só o que os senhores acham que está certo, é que está certo. O que os outros propõem está tudo errado.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Por isso é que aprovámos propostas!

O Orador: É assim o vosso conceito de democracia.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: O Sr. Presidente do Governo pede a palavra para?

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Sra. Presidente, foi feito um conjunto de acusações ao Governo e ao Presidente do Governo. Eu queria esclarecer...

Presidente: Não pode usar da palavra agora, Sr. Presidente.

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Muito obrigado.

Deputado Francisco César (*PS*): Curioso o senhor ter questionado quando o Governo não pode falar!

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias, tem a palavra para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Berto Messias** (*PS*): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Votámos há pouco, em votação final global, o Plano e o Orçamento para o ano de 2013, como se sabe, instrumentos fundamentais para a materialização daquelas que são as nossas opções políticas, opções políticas que julgo serem muito claras porque garantem também aquilo que para nós é inquestionável, que a governação nos Açores é melhor que a governação no resto do país.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Este é um Plano e um Orçamento que se foca naquilo que é essencial tendo em conta os constrangimentos que hoje vivemos: o apoio ao emprego, o apoio às famílias, a manutenção dos apoios sociais e também o apoio à nossa economia na perspetiva de minimizar os danos da conjuntura adversa que vivemos e também minimizar os danos da violentíssima austeridade que hoje é imposta aos portugueses e também aos açorianos pelo atual Governo da República do PSD e do CDS.

Deputado Francisco César (*PS*): Muito bem!

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Falta o mais importante!

O Orador: Temos também, naturalmente, que continuar este esforço que é enorme, é certo, porque também não temos dúvidas, e hoje é cada vez mais evidente, que as más políticas nacionais podem destruir as boas políticas regionais.

Deputados Francisco César e José San-Bento (PS) e Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

O Orador: Este esforço não deve ser só assumido pelo Governo dos Açores. É assumido pelo Partido Socialista e tem que ser assumido por todos.

O Sr. Deputado Duarte Freitas tem razão: lá fora estão muitos açorianos à nossa espera, mas estão a espera de todos, não estão só à espera do Governo ou à espera do Partido Socialista. Estão à espera de todos, porque este tem que ser um esforço de todos...

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Muito bem!

O Orador: ... para que possamos contornar as dificuldades e minimizar os danos das nossas famílias.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Cá estamos!

Deputado José San-Bento (PS): É lá fora!

O Orador: É por isso que ao longo do debate que tivemos nos últimos dias apelámos à oposição que apresentasse propostas sérias,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não eram sérias?

O Orador: ... responsáveis e exequíveis.

Deputado José San-Bento (PS): Sérias, responsáveis e exequíveis! O senhor não ouve?

O Orador: Apelámos à oposição e vários partidos da oposição cumpriram e responderam afirmativamente a esse apelo.

É por isso que o Partido Socialista aprovou e acolheu propostas de todos os partidos neste Parlamento.

Gostaríamos de ter aprovado e aceite mais propostas, mas em vários casos isso revelou-se não ser possível. Por exemplo, no caso do PPM, porque baseou e enquadrou mal financeiramente as suas propostas. O PPM nas propostas que fez previa uma redução na dotação provisional no valor de 13,3 milhões de euros quando a dotação provisional tem 6 milhões de euros.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Demagogia!

O Orador: Portanto, não seria possível acolher a grande maioria das propostas do PPM...

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Muito bem!

O Orador: ... e muitas delas gostaríamos naturalmente de ter acolhido.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Aprovou 28 mil euros!

O Orador: Por outro lado, também gostaríamos muito de ter aceite mais propostas do CDS-PP, mas em muitos casos isso não foi possível até porque havia propostas, por um lado mal fundamentadas...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quais?

O Orador: ... e por outro lado eram profundamente injustas, eram socialmente injustas.

Em primeiro lugar, não posso deixar também de dizer, porque julgo que a sua análise não foi correta quando acusa o Partido Socialista de não ter aprovado uma proposta do PP que reforçava o valor afeto ao reforço da tripolaridade da Universidade dos Açores (sabe bem o Sr. Deputado, sabem todos os deputados nesta câmara), que a sua proposta ficou prejudicada porque o Partido Socialista aprovou uma proposta com o mesmo teor do Partido Comunista Português.

Mas tinha outras propostas que eram socialmente injustas. Por exemplo, a proposta que V. Exa. apresentava no âmbito da igualdade do diferencial fiscal era socialmente injusta...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah, era?!

O Orador: ... porque fazia com que quem ganha mais tivesse uma redução de impostos superior a quem ganha menos. Isso, para nós, é profundamente inaceitável,...

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: ... mas percebemos que essa é a orientação ideológica do CDS-PP. O Partido Socialista jamais poderia compactuar com essa profunda injustiça social.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Os senhores são a favor da redução fiscal!

Presidente: Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: Por outro lado também, o CDS-PP, ao longo de todo o debate, disse que exigia que o Governo assumisse os seus compromissos para com os seus fornecedores. Pois, Sr. Deputado, V. Exa. apresentou aqui várias propostas que implicavam retirar dinheiro de obras e investimentos a decorrer e já contratualizados.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quais eram? Diga lá quais eram?

O Orador: Se isso acontecesse, aí sim, não conseguiríamos cumprir os nossos compromissos com os fornecedores. Refiro-me, por exemplo, àquilo que propunha no âmbito das reduções, quer no investimento do Parque Tecnológico NONAGON, quer também no Centro de Arte Contemporânea do arquipélago.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, o Partido Socialista esteve, neste debate, com humildade, com honestidade e de peito aberto. Estamos, como sempre, prontos para o diálogo e para que continuemos a levar a nossa terra para a frente.

Quem quiser falar mal, puxar os Açores para baixo,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Os Açores já estão bem baixo!

O Orador: ... agarrar-se à maledicência e à radicalização do discurso...

Presidente: Sr. Deputado, tem mesmo de terminar.

O Orador: ... não conte com o Partido Socialista.

Quem quiser levar os Açores para a frente pode, naturalmente, contar com o PS...

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: ... e, estou certo, contar com o Governo dos Açores.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agora, sim, encerramos os três pontos iniciais da agenda.

O ponto quatro refere-se ao **pedido de autorização para prestação de depoimento escrito do Sr. Deputado Miguel António Moniz da Costa, no âmbito de auditoria realizada ao enquadramento legal de apoios atribuídos pela Secretaria Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos (Processo n.º 12/106.01).**

O relatório foi distribuído por todos pelo que vamos passar de imediato à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: O documento apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passo agora a ler a Proposta de Deliberação final:

“A Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de março”.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: A Proposta de Deliberação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, depois desta longa jornada, resta-me agradecer aos funcionários e a todos os colaboradores que apoiaram na organização deste plenário, ao Sr. Presidente do Governo e aos Membros do Governo e às Sras. e Srs. Deputados pela colaboração na condução deste debate.

A todos uma boa noite e bom regresso a casa.

Eram 03 horas e 32 minutos.

(*) Texto não revisto pelo orador

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Humberto Trindade Borges de Melo

As redatoras: Ana Sofia Pereira da Silva Machado e Maria da Conceição Fraga Branco